**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA - PDTSA**

**JOYCE CARDOSO OLÍMPIO IKEDA**

# EXPANSÃO DO CAPITAL, LUTA DE CLASSES E PODER LOCAL NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ (1985-2012)

Marabá/Pará
2014

**JOYCE CARDOSO OLÍMPIO IKEDA**

# EXPANSÃO DO CAPITAL, LUTA DE CLASSES E PODER LOCAL NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ (1985-2012)

Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas socioambientais na Amazônia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela discente Joyce Cardoso Olímpio Ikeda, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profª. Drª. Célia Regina Congilio

Marabá/Pará

2014

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**(Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)**

---

O46e Ikeda, Joyce Cardoso Olímpio.

**Expansão do capital, luta de classes e poder local**: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá / Pará (1985-2012) / Joyce Cardoso Olímpio Ikeda. – 2014.

154 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Célia Regina Congilio.

Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Inclui referências e apêndices

1. Capitalismo – Marabá, (PA). 2. Conflito social – Marabá, (PA). 3. Poder (Ciências sociais) – Marabá, (PA). I. Título.

CDD - 22 ed.: 330.122098115

---

**JOYCE CARDOSO OLÍMPIO IKEDA**

# EXPANSÃO DO CAPITAL, LUTA DE CLASSES E PODER LOCAL NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ (1985-2012)

Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Linha de pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas socioambientais na Amazônia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela discente Joyce Cardoso Olímpio Ikeda, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Célia Regina Congilio (Presidente)
PDTSA/UNIFESSPA

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro (Membro)
PDTSA/UNIFESSPA

Prof. Dr. Lúcio Flávio de Almeida (Membro)
PUC/SP

Profa. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira (Suplente)
PDTSA/UNIFESSPA

Marabá, 09 de maio de 2014

À minha filha Ana Clara Olímpio Ikeda por ser quem me motiva a seguir em frente.

Ao meu marido Álvaro Luís Beltrão Ikeda, meu refúgio durante o processo doloroso que foi me ausentar de todas as minhas certezas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida para viabilização desta pesquisa.

À coordenação e a secretaria do PDTSA, profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro, prof. Dr. Alexandre Santos, Niwmar Silva Nogueira e Jadna Mara Santos Mendes, que sempre estiveram à disposição para qualquer eventualidade.

À banca de qualificação, ao prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro e o prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro, os quais contribuíram para que eu encontrasse um caminho teórico e metodológico engajado com minha convicção política.

À minha orientadora profa. Dra. Célia Regina Congilio que foi uma companheira na busca por uma produção científica afinada com a teoria por mim escolhida, além de estar à disposição sempre quando precisei.

À profa. Dr. Edma Moreira que muito contribuiu para a organização deste trabalho, principalmente, com a forma pela qual apresento esta pesquisa.

Ao prof. Dr. Cloves Barbosa que ao longo destes dois anos sempre esteve a disposição para me auxiliar com os aspectos teóricos aqui abordados.

Ao prof. M. Sc. Bruno Cezar Pereira Malheiro que gentilmente me forneceu seu artigo e o relatório da pesquisa que realizou em parceria com o prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, entre outros pesquisadores, sobre aspectos da cidade de Marabá.

A todos os professores que compõem o corpo de docentes do PDTSA, os quais não mediram esforços para nos auxiliar neste processo contínuo de desconstrução e construção que é a produção de um saber.

A todos os meus colegas da primeira turma de mestrandos do PDTSA, os quais contribuíram de forma positiva para que eu chegasse ao fim desta curta, porém, intensa jornada.

À minha irmã Cristiane Cardoso Olímpio e minha sobrinha Suellen Olímpio Rosa que me ajudaram na contabilização dos valores pagos as empresas locais pela Prefeitura Municipal de Marabá e na digitação das referências das matérias de jornais.

À senhora Valdirene Pereira Alves, pessoa sem a qual eu não teria conseguido me dedicar à esta pesquisa.

À direção do Correio do Tocantins e seus funcionários, os quais sempre me receberam com cordialidade e presteza.

Às minhas amigas, Camila Ishibashi e Flávia Lisboa, que me auxiliaram na correção final deste trabalho, porém, caso alguns erros ortográficos tenham permanecido a responsabilidade é exclusivamente minha.

Agradeço aos professores Dr. Maurilio Monteiro de Abreu e Dr. Lúcio Flávio Almeida por me lembrarem que ainda existem outros debates para serem travados e novos campos para serem explorados. Trabalho defendido, porém nunca estará pronto e acabado, sempre haverá aspectos para serem aprofundados e melhor compreendidos.

Por fim, não posso deixar de reconhecer que ao construir esta pesquisa de algum modo fui descontruída por ela. Ao chegar ao final deste trabalho percebo que hoje tenho mais incertezas. Sinto que muitas convicções, as quais julgava que morreriam comigo, me foram arrancadas violentamente, porém, não sem resistência. É por isto que não posso deixar de agradecer que de certa forma a fé ainda habita em mim.

De qualquer modo, a posição das classes sociais na estrutura de poder da sociedade é que determina e gradua a maneira pela qual as mudanças sociais se concretizam historicamente – ou seja, que determina quais são os interesses e os valores sociais a serem consagrados ou beneficiados pelas mudanças socialmente necessárias e *in flux*. No fundo, a chamada “luta pelo poder político” representa uma luta pelo controle da mudança social, pois são seus efeitos que ditam o sentido, o alcance e a continuidade, a curto ou longo prazo, das alterações ocorridas no padrão de integração da ordem social vigente.

Florestan Fernandes

## RESUMO

Pensar a organização do poder político, mesmo que na esfera local, demanda algumas reflexões teóricas e metodológicas, isso porque a definição do caminho de análise compromete, sobremaneira, tanto a construção quanto o resultado de uma pesquisa. Partimos do princípio de que a sociedade capitalista corresponde a uma determinada formação social, onde as relações de poder constituem-se na luta entre as classes sociais. Diante disto nos propomos a pensar a organização do poder político em Marabá/Pará sob a perspectiva materialista dialética, cuja definição é a de que não existe nada mais desigual do que considerar homens em condições materiais desiguais, como iguais. Nossa intenção é estudar o poder político local que, pressionado pela expansão do capital e a luta entre as classes sociais, se compõe e recompõe a cada ano eleitoral. Devido a isto, não nos limitamos a pensar a organização política a partir, ou por meio das concepções burguesas de democracia, mas indicando seus limites e denunciando seu caráter de classe. Em Marabá, o que se observa no período deste estudo é a ascensão de uma burguesia industrial e comercial, as quais buscam no poder político local a melhor forma de administrar a reprodução do capital em sua dinâmica regional no circuito de Marabá. A opção pela forma como organizamos e apresentamos esta pesquisa reflete o nosso esforço de contribuir para o debate que visa resgatar a política em sua forma para além da ideologia burguesa, ou seja, uma política que seja capaz de criar novas perspectivas de sociedade, na qual não existam dominantes e dominados, ou ainda, nos termos do discurso usual das teorias de globalização, privilegiados e excluídos.



Palavras-chave: Capital - Estado - Luta de classes - Poder local.

**ABSTRACT**

To think the organization of political power, even at the local sphere, demand some theoretical and methodological reflections, because the definition of the path of analysis greatly compromises both the construction and the result of a search. We assume that capitalist society corresponds to a given social formation, where power relations are constituted in the struggle between social classes. Considering this, we propose to think the organization of political power in Marabá/Pará in the dialectical materialist perspective, which is defined by the idea that there is nohing more unequal than considering men in unequal material conditions as equals. Our intention is to study the local political power, which, pushed by capital expansion and the struggle between social classes, is composed and recomposed in every election year. Because of this, we do not just think the political organization from or through the bourgeois conceptions of democracy, but indicating its limits and denouncing its class character. In Marabá, what is observed during this study is the rise of an industrial and commercial bourgeoisie, which seeks in the political local power the best way to manage the capital reproduction in its regional dynamics in the Marabá circuit. The option by the way we organize and present this survey reflects our effort to contribute to the debate that aims to rescue the policy in its shape beyond the bourgeois ideology, that is, a policy that is able to create new perspectives of society in which there are not dominant and dominated, or under the usual discourse of globalization theories, privileged and excluded.

Keywords: Capital - State - Class Struggle - local authority.

## LISTA DE SIGLAS

ACIM: Associação Comercial e Industrial de Marabá
ADHONEP: Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno
ALPA: Aços Laminados do Pará
ASCOM: Assessoria Comunitária
COMAM: Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá
COSIPAR: Companhia Siderúrgica do Pará
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CVRD: Companhia Vale do Rio Doce
CT: Correio do Tocantins
DEM: Democratas
DIM: Distrito Industrial de Marabá
GETAT: Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBRAM: Instituto Brasileiro de Mineração
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPASEMAR: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Marabá
MARAGUSA: Marabá Gusa Siderúrgica
MOP: Movimento do Orçamento Participativo
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OP: Orçamento Participativo
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDC: Partido Democrático Cristão
PDS: Partido Democrático Social
PDS: Partido Democrático Socialista
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PFL: Partido da Frente Liberal
PGC: Programa Grande Carajás
PHS: Partido Humanista da Solidariedade
PL: Partido Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN: Partido da Mobilização Nacional
PP: Partido Progressista
PPB: Partido Progressista Brasileiro
PPS: Partido Popular Socialista
PR: Partido da República
PRN: Partido de Reconstrução Nacional
PRONA: Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS: Partido Republicano da Ordem Social
PRB: Partido Republicano Brasileiro
PRN: Partido da Reconstrução Nacional
PRP: Partido de Representação Popular
PRP: Partido Republicano Progressista
PRTB: Partido Renovador Trabalhista
PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSC: Partido Social Cristão
PSD: Partido Social Democrático
PSDB: Partido Social Democrata Brasileiro
PSDC: Partido Social Democrata Cristão
PSL: Partido Social Liberal
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PST: Partido Social Trabalhista
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTN: Partido Trabalhista Nacional
PTR: Partido Trabalhista Renovador
PV: Partido Verde
SDU: Superintendência do Desenvolvimento Urbano de Marabá
SEMMA: Secretaria de Meio Ambiente de Marabá
SICOM: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Marabá
SIDEPAR: Da Terra Siderúrgica do Pará
SINOBRÁS: Siderúrgica Norte Brasil
SINTEPP: Sindicato dos Trabalhadores Públicos do Pará
SUDAM; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UDR: União Democrática Ruralista
USIMAR: Usina Siderúrgica de Marabá

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO.....27**

**1 A COMPOSIÇÃO DO PODER NA ESFERA LOCAL DO ESTADO CAPITALISTA.....36**

1.1 O ESTUDO SOBRE PODER LOCAL NO CAPITALISMO.....39

1.2 ESTADO CAPITALISTA E ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO.....44

1.3 A REORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARABÁ/PARÁ E ALGUMAS DEFINIÇÕES SOBRE PODER LOCAL .....49

**2 EXPANSÃO DO CAPITAL: LUTA DE CLASSES E RECOMPOSIÇÃO DO PODER NA AMAZÔNIA.....57**

2.1 CAPITAL, ESTADO E LUTA DE CLASSES NA AMAZÔNIA.....61

2.2 DA CASTANHA AO MINÉRIO: A LUTA PELA TERRA E O PODER LOCAL EM MARABÁ/PARÁ.....64

**3 A COMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARABÁ/PARÁ (1985-2012).....74**

3.1 PODER LOCAL E ELEIÇÕES MUNICIPAIS.....78

**3.1.1 Eleições de 1985.....83**

**3.1.2 Eleições de 1988.....87**

**3.1.3 Eleições de 1992.....90**

**3.1.4 Eleições de 1996.....93**

**3.1.5 Eleições de 2000.....100**

**3.1.6 Eleições de 2004.....104**

**3.1.7 Eleições de 2008.....107**

**3.1.8 Eleições de 2012.....112**

3.2 ABRINDO AS CORTINAS: O PODER LOCAL E AS CLASSES DOMINANTES.....124

**3.2.1 Desenvolvimento e fé: ilusões que constituem poder.....126**

**3.2.2 A indistinta relação entre o econômico e o político.....130**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....137**

**REFERÊNCIAS.....141**

**APÊNDICE**

## INTRODUÇÃO

Pensar a organização do poder no âmbito local nos exige refletir sobre a internacionalização da economia e sua influência na reorganização do poder político e, ainda, sobre a hierarquização dos espaços que abarcam as formações sociais, visto que o "local está cada vez mais perpassado pelo não local" (ALMEIDA, 2000, p. 186). Convém salientar que o que compreendemos como espaço local é a estrutura subnacional do Estado-nação, ou seja, o poder político em sua última instância, o município.

Por outro lado, é preciso desconstruir a ideia de globalização articulada à noção de homogeneização do planeta, principalmente porque a mundialização da exploração capitalista tem provocado a proliferação das desigualdades sociais em escalas cada vez maiores, atingindo, sobremaneira, as cidades dos países de economia dependente. Isto porque a "internacionalização da produção capitalista é seletiva e não elimina a desigualdade econômica entre países centrais e periféricos" (BOITO JR, 1999, p. 34-35).

Boito Jr (op.cit.) ressalta que a internacionalização da economia não é um fenômeno restrito a atualidade e tão pouco representa um processo linear. Segundo o autor, trata-se de uma característica típica do imperialismo capitalista que ora flui e reflui diante das adversidades ocasionais. Ele diz que a ideia de globalização vem atrelada ao discurso neoliberal, o qual defende a noção de homogeneização do espaço econômico internacional, quando, na verdade, a política neoliberal não produz os mesmos efeitos em todos os países. Boito Jr. afirma que enquanto o neoliberalismo reforça e preserva os interesses dos países imperialistas, para os países periféricos a política neoliberal impõe parâmetros de adequação em vista de atender as demandas e as necessidades das grandes potências, como também, representa a repressão dos direitos trabalhistas conquistados ao longo dos anos. Nesta perspectiva, o autor afirma que devido as diferentes facetas e propósitos da política neoliberal, no que diz respeito principalmente a organização política, falar de ""excluídos" na Europa Ocidental não é o mesmo que "excluídos" na América Latina" (Idem, p. 31). As políticas neoliberais, inclusive, atendem de modo diferenciado as diferentes frações da burguesia.

Trazer certa noção sobre o modo como o poder se organiza no plano global é de suma importância para visualizarmos que a forma como o poder político se organiza em um município está diretamente relacionada ao modo como se dão as relações comerciais entre este e os mercados nacional e internacional. Isto porque, onde quer que a lógica de obtenção de lucro tenha alcançando, ela tem oprimido pessoas, degradado o meio ambiente, e, assim, provocado a mais perversa devastação promovida pela ganância do homem. Tal realidade torna essencial o debate sobre os efeitos causados pela expansão do capital, bem como sobre o comprometimento do poder político no que se refere à luta de classes e à emancipação humana.

Inicialmente esta pesquisa tinha por objetivo estudar os impactos que o Programa Grande Carajás – PGC, criado em 1980, provocou na composição do poder político no município de Marabá. No entanto, após um estudo sobre o PGC e sua relação com a sociedade marabaense, percebemos que a gênese das modificações na estrutura social do município antecede a criação do referido programa. Um dos indícios que fortalece esta interpretação é o fato de que após a divulgação da descoberta da reserva mineral de Carajás, ocorrida em 1967, no ano de 1970 Marabá foi decretada Área de Segurança Nacional. Isto, somado aos acontecimentos que contribuíram para a centralização do poder, o acirramento da disputa pelo controle e propriedade da terra, principal meio de produção na região, causou profundas mudanças na organização política e econômica do município, antes mesmo que o PGC viesse a ser implantado. Isso não quer dizer que este não tenha contribuído para significativas transformações na configuração do poder local.

Caracterizada anteriormente por ciclos econômicos de monocultura voltados para a exportação (borracha, castanha, etc.), a economia amazonense sofreu profundas transformações entre 1965 e 1968, quando o Estado da ditadura militar lançou a Operação Amazônia e SUDAM, Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. Na década de 1970 os militares lançam a palavra de ordem: “integrar para não entregar” e se intensificou, a partir dos grandes projetos mineradores e madeireiros (além da pecuária extensiva), a expansão do capitalista na Amazônia. A partir daí se acelerou o fluxo migratório para Marabá, especialmente a partir da criação do Programa Grande Carajás e da construção da barragem de Tucuruí, para lhe dar suporte energético. Desde então, o modelo de expansão capitalista na região amazônica tem como base ações indutoras com forte presença do Estado.

Em Marabá, a expansão do capital na região e as diretrizes de produção trazidas pela intensa exploração das potencialidades econômicas da Amazônia retiraram o controle que a burguesia local lograva, principalmente, porque o planejamento e o gerenciamento destes projetos encontravam-se fora da área de influência do poder político local, de modo que os planos e medidas direcionados a exploração do minério na região de Carajás ocasionou mais do que modificações econômicas, promoveu transformações na formação social e, consequentemente, na organização política do município de Marabá.

A partir da leitura de uma bibliografia que versa sobre o PGC e sua relação com a história econômica da Amazônia (CARDOSO; MÜLLER, 1977; HALL, 1991; HÉBETTE, 2004; PINTO, 1980, 1982; KOWARICK, 1995), nota-se que o que orientava os projetos, planos e programas econômicos elaborados para esta região era a necessidade da exploração de novos mercados de matérias primas pelo grande capital. Portanto, entendemos que a origem dos acontecimentos que reorganizaram as relações sociais que caracterizavam a região e o poder local em Marabá, não se encontra no PGC em si, mas nas forças e nos interesses que o originou: a expansão do capital e luta de classes.

Dowbor (2000), ao discorrer sobre a expansão do capital e o processo de reordenamento do poder, diz que estes fenômenos correspondem, respectivamente, a mundialização da economia capitalista e a crise do Estado. Segundo ele, enquanto as tecnologias e a reprodução do capital avançam em larga escala, os instrumentos de regulação, ou seja, os Estados permanecem em âmbito nacional criando um ambiente propício para que as empresas atuem no espaço global mantendo, ao seu interesse, a relação que for mais lucrativa sem nenhuma instância de poder que as impeçam ou fiscalize. Para o autor, a desregulação do mercado tem causado uma profunda polarização econômica e social entre as populações do mundo inteiro. Dowbor (Idem, p. 11) acredita que;

> O Estado moderno não pode se limitar a tentar gerir o absurdo. A reforma do Estado tem um “norte” fundamental: humanizar e reequilibrar a sociedade. E as empresas têm de assumir a sua responsabilidade social e ambiental neste processo. Mas isto são os desejos. A realidade é que enquanto o planeta encolhe e tudo se torna mais próximo, e as populações se encavalam nos espaços urbanos, o precipício econômico e social entre as populações aumenta rapidamente. Esta proximidade e convívio íntimo entre riqueza e miséria, luxo e privações, constitui uma mistura explosiva e insustentável a médio prazo. O equilíbrio do terror já não é mais entre potências, se manifesta na porta das nossas casas.

Com tal argumento, Dowbor propõe a ideia de que o poder local seja a solução mais viável para o reequilíbrio da sociedade. Isto porque, de acordo com sua compreensão, os problemas cotidianos encontram-se mais próximos dos cidadãos no âmbito das cidades. O autor acredita que o exercício das decisões políticas deve encontrar-se mais próximo dos cidadãos; neste caso, o município seria a instância administrativa que, por permitir uma rápida identificação do problema, melhor corresponderia às expectativas e necessidades de seus habitantes. Para o autor, na atual ordenação do poder, "o município é o primeiro a enfrentar a explosão dos problemas urbanos", que em sua grande maioria são diretamente causados pela desenfreada expansão do capital e pela má redistribuição das riquezas produzidas, porém, "constitui o último escalão da administração pública", o que impede uma resposta eficiente do Estado-nação aos problemas sociais (2000, p. 16). Dowbor (1997, p. 101) afirma que o Estado nacional é pequeno para resolver os problemas em nível global e grande demais para solucionar as demandas que circundam as cidades. Assim, neste duplo aspecto, na visão do autor, o Estado é posto em xeque pela globalização do capitalismo.

Em contrapartida, Almeida (2000, p.178), ao abordar a relação entre a expansão capitalista e a organização do poder político, observa que;

> [O] exame das relações entre transnacionalização do capitalismo e Estados nacionais deve ser feito com muito cuidado, até porque, como o neoliberalismo faz apologia da "globalização", ocorre uma forte tendência a atribuir aos Estados nacionais o papel de "vítimas" deste processo, só variando as avaliações quanto ao que pode esperar deles. A este respeito, duas posições têm se destacado. Uma enfatiza a necessidade de "revigorar" e bem conduzir o Estado nacional, de modo a que ele possa ou se confrontar com o grande capital internacional ou, pelo menos, chegar a relações mais favoráveis com este e, assim, conseguir uma boa "inserção" na nova ordem. Outra atribui, neste novo contexto, pouca importância ao Estado-nação, tendendo a enfatizar a importância do poder local [grifo do autor].

Ele destaca que em ambas as posições o caráter de classe do Estado capitalista é desconsiderado. Acrescenta, ainda, que não há nenhuma mostra de que o processo de transnacionalização do capitalismo tenha causado a redefinição das estruturas estatais a ponto de transformá-las em instâncias administrativas voltadas para a promoção do bem comum. Lembra que o poder político, independente da instância, nacional, regional ou local, no que se refere a luta de classes, é um espaço de dominação. "Sob este aspecto, não há como ser neutro: ou

se “conquistam” prefeituras com vistas a melhor “administrar” o capitalismo em nível local ou se coloca a gestão do município a serviço do avanço das lutas populares”, conclui Almeida (Idem, p.185) [grifos do autor].

Observando a advertência feita por Almeida, a proposta desta pesquisa é pensar a organização do poder político do município de Marabá e seu processo de composição e recomposição entre o período de 1985 a 2012. A intenção é partir de uma perspectiva da disputa pelo poder sob o aspecto da luta de classes, sem perder de vista a internacionalização da produção capitalista e sua ação sobre a reorganização da formação social da Amazônia. Atualmente, esta região, onde se encontra localizado o município de Marabá, é reconhecida pelo seu potencial mineral e energético o que, num passado recente, deu a ela uma nova interação com o mercado mundial.

A atividade de mineração, sobretudo a da siderurgia, fez surgir no cenário político de Marabá, no início dos anos 1970, uma nova burguesia, a burguesia industrial[1], e a ascensão da burguesia comercial. Isto se configura pela criação da Associação Comercial e Industrial de Marabá - ACIM, em agosto de 1972. A partir da redemocratização em 1985, a burguesia industrial, articulada à fração comercial e em confronto com a oligarquia agrária exportadora, passou a introduzir-se na disputa pelo poder político de Marabá na ânsia de criar no município um aparato de fortalecimento e imposição de seus interesses de classe, transformando-os em um objetivo geral de toda a sociedade marabaense.

Aqui nos atemos ao jogo político que se constrói entre as classes sociais e na disputa pela influência sobre as decisões do poder político local. No entanto, o principal desafio para quem deseja analisar as forças que constituem o poder em Marabá não é alcançar algum nível de compreensão sobre este, mas estabelecer a forma pela qual se pretende olhar para ele. Dito de outro modo, a complexidade do

[1] É importante destacar que enquanto a burguesia comercial encontra-se situada em Marabá, a burguesia industrial ainda que não estando nas mesmas condições, também se faz representada nos/pelos interesses presentes no poder político local, principalmente, por ser uma expressiva financiadora de campanhas eleitorais, tanto de candidatos a prefeito quanto de vereadores. Isto permite à burguesia industrial maiores chances de influenciar na atuação do Poder Executivo e na criação de leis municipais que beneficiem suas atividades na região, bem como ocupar espaços de representação dentro das secretarias municipais que atuam no campo de seus interesses; por exemplo, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Indústria, Comércio, Mineração, Ciência e Tecnologia. Outro elemento que fundamenta nossa compreensão é o fato da Associação Comercial e Industrial de Marabá ter grande participação na composição do poder político local, quase sempre elegendo o seu favorito no cargo majoritário; exemplo, nas eleições de 1985, 1992, 1996, 2000, 2004 e 2012.

estudo sobre o poder, mesmo que municipal, está na construção do próprio método de pesquisa. Para que a barreira da aparente igualdade pregada pela democracia burguesa seja ultrapassada é preciso que se enxergue o poder político local como uma esfera do Estado capitalista e, a partir daí, traçar e explorar os caminhos que permitam a visualização do modo como se organiza o poder político numa sociedade dividida em classes. Sobretudo, porque;

> O poder político requer instituições que possibilitem seu exercício, não somente em escala nacional (ou mesmo supranacional), mas também local. Isto significa que também na esfera local se manifestam lutas pelo poder. Mas, se é assim, da mesma forma que ocorre com a esfera nacional, as diferentes formas de relacionamento com as instâncias locais do aparelho de estado não são indiferentes às relações de poder entre as classes sociais (ALMEIDA, 2000, p. 185).

Tendo como referência a expansão do capital, decidimos estudar a organização do poder local fazendo a relação entre a luta de classe e a constituição do poder político em Marabá. Neste aspecto, observamos não só a disputa entre as classes antagônicas, mas os confrontos intraburgueses; ou seja, os conflitos entre as frações dominantes pelo controle ou influência sobre o poder político local. Por meio de um levantamento das eleições municipais de 1985 até 2012, buscamos identificar os recursos econômicos, ideológicos e políticos que marcaram a cena política, bem como a relação entre as instâncias dos poderes Executivo e Legislativo e as secretarias municipais, com o intuito de visualizar a conformação do poder político de Marabá e se há algum avanço da luta por uma maior participação política por parte das classes dominadas.

Como fonte documental tivemos o arquivo de edições do jornal local Correio do Tocantins (CT), que por ter sido fundado em 1983 acompanhou o desenrolar dos fatos e personagens que preencheram a cena política de Marabá durante estes 30 anos. Em seu conjunto de textos, o CT nos auxiliou na interpretação dos aspectos sociais, políticos e econômicos, atuais e históricos. A análise do conteúdo das matérias do referido jornal possibilitou a observação e compreensão do processo de mudança na organização social do município de Marabá, bem como dos fatores que contribuíram para construção da cena de cada eleição municipal.

Recorremos à análise de conteúdo que, por meio do estudo das mensagens materializadas na escrita, nos permitiu conhecer as instituições e as relações construídas pelos agentes sociais ao longo da história de Marabá. Franco (2005, p.

13) diz que as mensagens estão vinculadas às condições contextuais de sua produção, “que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais seus emissores estão inseridos”. Por uma questão de exequibilidade de levantamento e de análise dos dados, elegemos as edições dos seguintes anos: 1985,1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012 como o *corpus* geral de pesquisa. Destacamos, que para um melhor entendimento de alguns fatos que influenciaram as conformações nas eleições municipais, edições de 2009, 2012 e 2013, por exemplo, também foram consultadas. Ressaltamos que não tivemos a intenção de trabalhar todo o conteúdo das edições selecionadas, visto que, devido ao grande volume de material a regra de representatividade permite a análise qualitativa dos dados.

Em Franco (Idem) o *corpus* é apresentado como o conjunto de documentos a serem submetidos aos procedimentos analíticos e sua constituição requer determinadas escolhas relacionadas ao objetivo da pesquisa e a utilização de regras vinculadas ao método e as técnicas a serem executados. Atendendo as observações feitas pela autora elaboramos e realizamos alguns critérios que tinham por finalidade atender ao objetivo desta pesquisa; refletir sobre a organização do poder político local.

Os anos eleitorais foram escolhidos estrategicamente e nos permitiu observar a construção de cada cenário; ao mesmo tempo nos forneceu as marcas das principais transformações na organização do poder político de Marabá. Um recorte temporal de quase três décadas se justifica porque as transformações as quais nos referimos trata-se de um processo no qual a organização do poder local é resultado de relações sociais historicamente estabelecidas; portanto, trata-se de um processo social, cujas marcas não podem ser enxergadas isoladamente.

Nossa primeira atividade foi escolher quais matérias do CT seriam analisadas. A escolha por determinados textos, obedecendo a hipótese de que a expansão do capital na Amazônia provocou modificações na organização do poder local de Marabá, foi realizada optando por trechos em que haviam marcas e/ou vestígios destas transformações. Para que os documentos apresentassem critérios semelhantes e precisos, obedecendo a regra de homogeneidade apresentada por Franco (op. cit.), dividimos as matérias publicadas pelo CT em quatro grupos, nos quais a relação entre as forças que constituem o poder local fossem evidenciadas. Os textos foram divididos observando a interação entre: a) o poder econômico e o

político; b) o poder social e o político; c) as relações entre o poder político local e poder econômico; d) as relações entre o poder político local e as forças sociais, formando assim um corpus mais específico para a análise. Esta sistematização ajudou a remontar o cenário de cada eleição de 1985 a 2012.

Tendo a consciência de que "com o objetivo de configurar e esclarecer o contexto e as condições sociais e políticas presentes e, historicamente, contidas nas mensagens emitidas" (FRANCO, 2005, p. 49-50), obedecendo a regra de exaustividade, buscamos fontes complementares a fim de esclarecer alguns fatos que marcaram cada ano eleitoral. Para isto, consultamos alguns sítios virtuais de jornalistas locais, entre eles o blog do Chagas Filho e o site do Hiroshi Bogéa. Além destas fontes, consultamos sites que fornecem informações sobre o poder político de Marabá: o site do Supremo Tribunal Eleitoral e o Portal da Transparência[2]. Tais consultas contribuíram para uma melhor visualização das relações entre o poder econômico e o poder político de Marabá.

O levantamento das empresas que financiaram candidatos locais e os pagamentos feitos pela Prefeitura Municipal de Marabá a seus fornecedores, nestes sites, não buscou elencar indícios de corrupção ou desvios de recursos públicos, o que seria assunto para outra pesquisa, mas evidenciar a contínua e indistinta relação entre o poder econômico e o poder político, objeto desta.

O presente trabalho encontra-se divido em três capítulos, o primeiro foi destinado a refletir sobre as possíveis abordagens sobre o poder local levando em conta a lógica e a estruturação do Estado capitalista. No segundo, buscamos relacionar a inserção da Amazônia no mercado mundial e o modo como isto afetou a organização política do município de Marabá. No último, remontamos as eleições municipais entre 1985 e 2012. O principal critério de sistematização do capítulo três foi a relação entre o poder econômico e a organização do poder político, bem como, o movimento das forças sociais no que diz respeito a luta de classes.

[2] Os dados retirados do site do Supremo Tribunal Eleitoral foram sistematizados e apresentados nas tabelas dos apêndices A e B. Todas as informações fornecidas pelo o Tribunal, inclusive os valores de cada doação feita aos candidatos, podem ser acessadas no site www.tse.jus.br. O acesso poderá ser feito do seguinte modo: selecione a opção eleições; eleições anteriores, em seguida deve-se escolher o ano desejado. Já os valores referentes a pagamentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Marabá a seus fornecedores encontram-se disponibilizados no Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.gdip.com.br. Para ter acesso a estes valores basta selecionar o estado, município e entidade, no nosso caso, Prefeitura Municipal de Marabá, opção consultas de despesas, em seguida a opção empenho.

As epígrafes que abrem os subitens que tratam de cada eleição, com exceção a epígrafe das eleições municipais de 2008, foram retiradas do livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, uma obra entre as quais Marx trata dos conceitos de cena política e bloco no poder, conceitos que foram fundamentais para construção de nossa reflexão; estes são “conceitos que Marx aplica ao estudo da periodização especificamente política no campo das práticas das classes dominantes” (POULANTZAS, 1997, p. 241). Acreditamos que trazer alguns fragmentos da referida obra foi de grande valia para a reconstrução de cada eleição, uma vez que os aspectos abordados por Marx sobre a luta entre classes sociais são aspectos universais, contribuindo significativamente para a compreensão sobre a história da luta de classes no âmbito da realidade amazônica.

A opção pela forma como organizamos e apresentamos esta pesquisa reflete o nosso esforço de contribuir para o debate que visa resgatar a política como ação transformadora, na perspectiva de uma sociedade na qual não existam dominantes e dominados, ou ainda, no discurso usual das teorias de globalização, privilegiados e excluídos.

# 1. A COMPOSIÇÃO DO PODER NA ESFERA LOCAL DO ESTADO CAPITALISTA

> [...] Sim, o medo aniquila a todos. Medo, agora, que se dá no plano interno: pânico de viver em Marabá. A sociedade marabaense, hoje, está literalmente assustada [...].
>
> Francisco Barbosa de Oliveira

Discorrer sobre as forças que interferiram e interferem [3] na composição política do município de Marabá/Pará requer algumas reflexões anteriores ao próprio debate que se anuncia. Tal tarefa demanda compreender as bases que constituem o capitalismo, não somente como um modo de produção, mas como uma organização social. Um conjunto de relações estabelecidas entre os homens e, dos homens, com os meios e os produtos da produção, uma vez que, "o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas" (MARX, 2013, p. 836).

Queremos dizer com isto que o estudo sobre o poder, mesmo que na esfera subnacional, como é o caso do poder local, inicia-se pela compreensão do funcionamento da sociedade na qual este local está inserido, visto que, a história de Marabá não está excluída das forças que regem o mundo capitalista. É justamente o avanço do grande capital na Amazônia a origem do medo retratado na epígrafe acima. O medo abordado por Oliveira (1984, p. 3), refere-se ao temor sentido por uma fração da burguesia marabaense que pouco a pouco perdia seu domínio, tanto no plano econômico quanto no campo político, diante das novas dinâmicas produtivas que se instalavam na Amazônia e que afetavam, sobremaneira, a organização social de Marabá.

Velho (1972, p. 43), ao discorrer sobre a história de Marabá, diz que a "função primordial" da cidade, construída às margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins, era o comércio da borracha. Uma economia de base extrativista, posteriormente suplantada por outra, a da castanha-do-pará. Durante o auge da economia da castanha, no campo da luta de classes, seja no aspecto econômico ou no político, predominava uma oligarquia castanheira. Até que a expansão do capital na região, principalmente a exploração do minério, quebrou a hegemonia dessa oligarquia latifundiária e mercantil (EMMI, 1999). O irônico nisto é perceber que o espírito que

[3] O verbo interferir encontra-se nos dois tempos de conjugação, passado e presente, devido ao fato de que o processo de recomposição do poder político não se encontra estático, antes disto, permanece em constante movimento, visto que, tanto as mudanças nas dinâmicas produtivas quanto as direções das lutas sociais causam sempre modificações no desenho deste poder.

sufocou a burguesia extrativista foi o mesmo que a havia lhe trazido à vida, o comércio. Isto porque durante o auge da castanha, formou-se em Marabá uma burguesia extrativista de grande influência sobre o poder político local. Todavia, com a expansão do capital na região, principalmente com a atividade de mineração, cada vez mais novas frações burguesas, classes e camadas de classes, passaram a confrontar-se no campo político, o que atingiu fortemente a base de sustentação do poder da fração castanheira.

A organização política de Marabá foi sendo alterada com a chegada de novas formas e modos de produção. O medo que atormentava a burguesia extrativista era a chegada de uma burguesia industrial e de uma massa de trabalhadores com potencial de organização que traziam consigo, seja no aspecto econômico, político ou ideológico, as forças que destruiriam os pilares que mantinham o domínio dos castanhais. É no enfrentamento de classes, frações e camadas de classes que se deu/dá o processo de recomposição do poder político em Marabá.

Cardoso (1977) argumenta que a expansão capitalista na Amazônia brasileira se orientava pelas necessidades e para a viabilização de interesses políticos e econômicos oriundos de outras áreas localizadas no sul do país. Acrescenta que as políticas direcionadas à incorporação econômica desta região ao mercado nacional e internacional não expressavam nenhum interesse da Amazônia, e sim a diversificação dos modos de exploração aqui implantados. Todavia, estes interesses foram assumidos pelo Estado como um projeto nacional.

> O Estado financia o deslocamento de capitais privados (nacionais e estrangeiros) para exploração dos minérios e da terra (empreendimentos pecuários e alimentícios), visando a lançar as bases para a economia exploradora. Com isto criam-se condições para ampliar a escala social da reprodução geral do capital e para que este diversifique suas funções (Idem, p. 15).

O autor acrescenta que as propostas que versavam sobre os grandes projetos para a Amazônia sempre destacavam que a meta geral era o homem, era absorver os excedentes populacionais do Brasil. No entanto, percebe-se que, mesmo que em seu conjunto estes projetos trouxessem políticas que incluíssem os interesses das classes subordinadas, não significa que o objetivo maior do Estado nacional era trazer “homens sem terra para uma terra sem homens” ou “integrar para não entregar”, máximas construídas durante este período. Tudo se fazia para

viabilizar a exploração capitalista e diversificar as formas de reprodução do capital, como coloca Cardoso no trecho acima.

Entendemos que as políticas de colonização para a Amazônia foram incluídas na pauta dos grandes projetos para estabelecer um caráter aparente de Estado do **bem comum**, apresentado como **a serviço da nação**, quando na verdade, priorizava e atendia os interesses do capital. Dito de outro modo, a ação do Estado frente ao que erroneamente se chamou de período de desenvolvimento da Amazônia, viabilizava os interesses de uma burguesia industrial. Tal afirmação comprova-se pela negligência para com os colonos trazidos para a região amazônica, o que pode ser observado em Hall (1991, p. 35), quando este fala sobre a campanha de integração nacional, 1970 a 1974:

> Além do mais, como foi bem documentado por numerosos pesquisadores, os serviços básicos de infra-estrutura, educação, saúde, crédito, extensão rural e outros prometidos aos colonos nos povoados planejados simplesmente não foram implantados e a terra apenas não era suficiente para garantir a sobrevivência nessas difíceis circunstancias.

Utilizando-se das reflexões de Poulantzas (1977) a respeito do Estado capitalista e sua relação com a produção e com a luta de classes, pode-se fazer a seguinte análise da atuação do Estado brasileiro neste período: o Estado, para legitimar sua ação, necessitou esvaziar-se da imagem de um aparelho de dominação de classe e, por isto, as políticas estatais traziam em seu conjunto planos que incluíam as classes subordinadas. A expansão do capital na Amazônia dinamizada pelo Estado, se apresentava pelos **interesses nacionais**. Dentro de uma conjuntura onde o voto popular não era uma ameaça a esse Estado, já que vivíamos uma ditadura que durou de 1964 a 1985, tais planos de inclusão não precisavam sair do papel, como expõe Hall (op.cit.). O que estava em jogo era a dissimulação do que realmente o Estado se propunha a fazer e realizava. Tratava-se de mascarar o saque dos recursos naturais da Amazônia brasileira pelo grande capital.

Diante da explanação aqui esboçada, deduzimos que as modificações na composição do poder em Marabá não tiveram sua origem nos grandes projetos, mas, como sempre, a recomposição do poder local nessa região se faz e se refaz na disputa pelo controle sobre os recursos que a Amazônia possui e para garantir a

hegemonia, ora de uma burguesia agrária exportadora ora comercial e de serviços e, no âmbito temporal dessa pesquisa, da indústria mineral extrativista.

Nas articulações políticas de ação do governo local, arranjos se firmam entre novos e velhos “caciques”, de forma que todos possam usufruir das vantagens econômicas que o poder econômico confere aos que a ele não criam obstáculos.

## 1.1 O ESTUDO SOBRE PODER LOCAL NO CAPITALISMO

De uma forma geral, no Brasil, o poder local vem sendo discutido a partir da redefinição do papel do município que após a Constituição de 1988 passou a partilhar com a União de algumas funções legislativas. Isso quer dizer que o governo local teria certa autonomia para mobilizar políticas e administrar os recursos públicos. A partir dessa modificação do papel do Estado em âmbito local, o município representaria um potencial gerenciador eficiente dos recursos públicos, podendo promover iniciativas inovadoras de desenvolvimento econômico e social.

A favor dessa interpretação sobre a “ressignificação” do poder local, temos o seguinte argumento:

> Essa mudança da imagem do local é evidenciada nos crescentes estudos de experiências de gestões municipais inovadoras e na reflexão sobre as possibilidades de ação das estruturas locais de poder, no sentido de viabilizar mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Mudanças que traduz a descoberta do local como portador de positividades, no momento em que solidificam-se uma percepção mais aguda do processo de mundialização e uma crescente descrença na capacidade de respostas políticas e econômicas globais a partir dos Estados nacionais (COSTA, 1996, p. 113).

Costa (op. cit.) afirma que essa ressignificação da esfera subnacional ocorreu no período de transição do regime autoritário para a democracia política. Devido a mobilização de diferentes forças sociais o tema poder local foi incorporado à pauta política, “articulado aos temas da democracia, da descentralização e da participação popular”. Dowbor (2008) diz que estamos na era da globalização, mas como nem tudo é global para todos, acredita que o desequilíbrio da qualidade de vida da humanidade e a superação das desigualdades econômicas e sociais dependem, cada vez mais, de iniciativas locais. Segundo o autor, é neste ponto que o poder local apresenta-se como um poderoso instrumento de gerenciamento de políticas públicas. Para ele, a utilização de técnicas de gestão urbanas podem aproximar a

população das decisões, e, assim, promover políticas que atendam a contento as necessidades de uma cidade.

Nesta perspectiva, a conformação do poder local pode ser pesquisada tendo como lócus os conselhos de Orçamento Participativo – OP, os quais vêm sendo apresentados como um exemplo de gestão de recursos municipais compartilhada. O estudo de OPs, utilizando reflexões de Bello (2007) e Rizek (2007), revela que estes conselhos buscam criar vínculos entre a dimensão pública da cidade e as possibilidades de ação política de sua população no intuito de resolver as demandas locais. Porém, constata-se que a maioria dos problemas apresentados aos conselhos não podem ser resolvidos no âmbito municipal e exigem um conjunto de políticas de maiores proporções. Nunes (1996, p. 33) adverte que as teorias de governo representativo reservam um espaço para os municípios, porém, em níveis que não ultrapassem as funções administrativas, o que não representa mudanças positivas no que diz respeito à descentralização e a participação popular.

Dentro das possibilidades políticas do governo local, problemas como desemprego, carência do serviço público, pauperização e o crescimento das desigualdades entre a população, ou ainda o baixo nível de qualificação profissional das classes subordinadas passam a ser enxergados como problemas de origem administrativa que devem ser resolvidos pela mobilização da população junto ao Estado, no âmbito local. Desse modo, as desigualdades sociais não são relacionadas ao sistema capitalista e sim reportadas como tema da boa gestão dos recursos públicos locais. Esta metodologia de abordagem, que busca observar o poder local através do estudo de OPs, parece não levar em conta as relações entre a política municipal e a organização do poder numa escala mais ampla, ou seja, as relações presentes no jogo econômico entre as cidades e os mercados nacional e internacional. Deste modo, ela produz resultados superficiais porque se trabalha com os efeitos da globalização do capitalismo, mas não se observa a influência que este modo de produção exerce sobre a formação social de uma cidade, visto que a base da organização política de um município está fundamentada numa lógica de relações bem maiores do que este método tem alcançado.

Paoli (2007) afirma que a utilização destas técnicas de gestão produz uma concepção de política limitada, pois a população é impedida de constituir uma organização autônoma. Para a autora, o uso de mecanismos de gestão, os quais são criados para que a população os utilize como campo de debate, limita ou

inviabiliza a liberdade de organização independente, porque ao instituir este espaço o Estado não somente impõe o lugar de disputa, como a agenda em discussão. Segundo a autora, para quem deseja entender as relações de poder e o modo como se faz política nas cidades, dentro dos moldes da sociedade contemporânea, estes mecanismos de gerenciamento e de participação popular na criação de políticas representa uma armadilha para um pesquisador distraído. Paoli (Idem, p. 232) argumenta que estes espaços domesticam e despolitizam as práticas sociais, uma vez que, “a política, como possibilidade real de criação de novas experiências de reivindicação e de invenção espontâneas em sua origem, é expulsa da festa”.

Entre outros prejuízos provocados por estas técnicas de gestão à participação política está o fato de que a prática democrática é utilizada em seu sentido mais formal, pois a política é tomada como o gerenciamento de obras e políticas urbanas. Nota-se que e a criação destes mecanismos, também, não significa a efetiva participação da população nas decisões, antes disso, eles contribuem para a inversão da concepção de participação política em privilégios de alguns, o que fortalece ainda mais as bases de relações oportunas para a existência do clientelismo e do personalismo político.

Coutinho (2010) afirma que a pequena política tem se sobreposto a grande política. Para ele, o debate sobre questões parciais e cotidianas está substituindo a luta pela destruição das estruturas econômicas e sociais vigentes, tanto como o debate em prol da criação de novas possibilidades de organização social. De acordo com o autor, esta hegemonia da pequena política funda-se num consenso passivo, que não se expressa pela auto-organização ou pela participação popular por meio de partidos ou por outros organismos da sociedade, mas pela aceitação das existências das desigualdades sociais como algo natural. Na concepção de Coutinho, a pequena política torna-se dominante graças à predominância da ideologia burguesa entre as classes subordinadas que, para ele, possibilita a reprodução da ideia de que a política não passa da disputa entre elites, o que colabora para a aceitação e a naturalização do existente. Segundo o autor, outro fator que contribui para a hegemonia da pequena política são os discursos em defesa da concepção de que não existem mais diferenças entre governos de direita ou de esquerda, ideia que, mesmo indiretamente, é reforçada pelas teorias de gestão compartilhada.

Nessa concepção, as desigualdades e as contradições de uma sociedade de classes são retiradas dos debates políticos e são reinseridas como problemas de boa administração dos recursos públicos. Deste modo, elas podem ser incorporadas à agenda política sob a sombra ideológica da democracia burguesa. A luta de classe dá lugar a uma concepção reduzida da prática democrática e o **fazer política** passa a ser entendido como competência e habilidade de gestão. Sobre as condições de participação política no capitalismo, Farias (2012, p.45) argumenta que a disputa pelo espaço de representação na esfera local tende a concretizar a hegemonia de grupos econômicos, visto que seu lugar na produção lhe garante maiores recursos para atuarem nos sindicatos, partidos políticos, associações, ou ainda sobre os meios de comunicação. O argumento de Farias contribui para a concepção de que a organização das classes na divisão social do trabalho exerce influência sobre a organização política.

A discussão sobre a reorganização do poder político de Marabá, portanto, não parte da ideia de ressignificação baseada na noção de um Estado imparcial e descomprometido com a estrutura capitalista. Ela exige uma reflexão do que se entende por poder local e de como este poder deve ser estudado. Dowbor (2008), por exemplo, acredita que o poder local representa um espaço com grande potencial de auto-organização econômica e social capaz de responder aos problemas vividos nas cidades. Problemas que, segundo ele, são desequilíbrios herdados, causados principalmente pela desigualdade econômica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O autor afirma que o problema da desigualdade social representa uma questão mais política do que econômica e alega que um dos principais fatores que contribuem para a disseminação da pobreza seria a má distribuição dos benefícios da globalização, como mostra o trecho a seguir:

> Nesses próximos anos, o Terceiro Mundo representará quatro quintos da população do planeta. O grande problema que enfrentamos, neste início de século, é o problema da desigualdade. O Banco Mundial, no seu estudo da exclusão econômica do planeta, avalia em 4 bilhões o número de pessoas que “não têm acesso aos benefícios da globalização”, ou seja, estão fora (Idem, p. 16 [grifo do autor]).

Certamente, Dowbor refere-se ao processo de mundialização do capital e a proliferação da pobreza, uma configuração estabelecida e mantida pela centralização do capital. Tal polarização, no entanto, não ocorre apenas entre países, mas no interior de um mesmo país onde a precária situação de algumas

cidades é inversamente proporcional aos grandes centros econômicos. O autor sugere que uma resposta para os desafios vividos na contemporaneidade seria uma maior participação política dos cidadãos e que o poder local representaria um recurso mais eficiente, pois quanto mais próximas dos cidadãos estiverem às tomadas de decisão, mais capazes estas decisões serão de responder as demandas e as necessidades de uma população. No entanto, Dowbor (Idem, p.18) reconhece que alguns problemas exigirão soluções de nível nacional ou até mesmo global. Sendo o poder local um possível espaço de organização, no âmbito das cidades, em prol do bem comum, argumento que ele expõe do seguinte modo:

> São os dois imensos dilemas que enfrentamos: a desigualdade e a destruição ambiental. Até há pouco tempo nos contentávamos com o crescimento econômico, a creditando que o resto seguiria. Hoje já não há dúvida de que precisamos de mecanismos muito mais ativos de intervenção organizada para enfrentar os desequilíbrios herdados, envolvendo todos os atores sociais – Estado, empresa e sociedade civil – na luta por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Partir desta definição de poder local nos trariam alguns entraves, tanto no plano teórico quanto metodológico, o que impossibilitaria nossa compreensão a respeito do tema que nos propomos a estudar. Por exemplo, se partíssemos da compreensão apresentada por Dowbor, em que as desigualdades sociais seriam superadas pela ação conjunta entre o Estado, as empresas e a sociedade civil, nossa reflexão resultaria em uma análise superficial e incorreta. Ao fazer uma relação geral da política com as mazelas sociais, Marx (2010, p. 38-40) diz que, numa sociedade capitalista, a política burguesa se constrói pela naturalização das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e é por esta razão que o Estado tende a levar o problema da desigualdade para o campo da administração, já que esta “é a atividade organizadora do Estado”.

> O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele *está baseado* nessa contradição. Ele está baseado na contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. [...] Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual *vida privada*. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe *tão somente* como antítese a ela (Idem, ibidem).

O que Marx quer dizer com isso é que o Estado constitui uma instância regional do modo de produção capitalista e desempenha um papel específico que lhe confere a própria existência, seja na estrutura das relações de produção ou no campo das lutas de classes e que, por isso, não pode destruir as causas das mazelas sociais sem destruir a si mesmo, já que é um Estado de uma sociedade dividida em classes e que existe, tão somente, para manter, nos níveis favoráveis à reprodução capitalista, a relação de dominação entre as classes.

## 1.2 ESTADO CAPITALISTA E ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Compreender a organização do poder político no capitalismo demanda pensar alguns dos fatores que formam o Estado capitalista e como o poder político se organiza neste tipo de Estado. Outro ponto importante é conhecer as características que definem o modelo de democracia que regula o capitalismo liberal. Saes (1987, p.49) alerta que a tendência de se pensar o sistema político elegendo como ponto de partida “as chamadas democracias modernas”, não tendo o devido cuidado de pontuar o nível democrático de cada momento histórico que constitui o processo de evolução de tal organização política, acaba por ocultar “a continuidade existente entre as diversas manifestações históricas da democracia de classe exploradora”. Tal tendência, complementa, acaba por promover a democracia burguesa como o “modelo universal de democracia”. Saes destaca que, apesar de suas limitações, a democracia burguesa apresenta-se de forma mais ampla do que suas antecessoras, visto que ela constitui todos os homens, independente da classe social, como cidadãos de direitos e abre o ingresso para que membros da classe explorada possam fazer parte do corpo de funcionários do Estado, porém adverte que os direitos políticos permanecem sendo mais bem aproveitados pela classe economicamente dominante.

> Na democracia burguesa, direitos como liberdade de reunião, de associação, de palavra e de imprensa são usufruídos prioritariamente pelas classes proprietárias, que dispõem de prédios, gráficas, dinheiro e tudo quanto seja necessário para transportar essas liberdades do plano da Constituição para o plano da prática cotidiana de classe; mas a classe explorada pode, graças a um esforço material coletivo, chegar a usufruir minimamente desses direitos e a constituir, assim, alguma forma de organização da luta contra a classe exploradora (SAES, 1998, p. 147).

A característica particular da democracia burguesa não se define por eliminar a separação entre o produtor direto e proprietários dos meios de produção, mas, sobretudo, por encobrir as contradições entre as classes sociais e convertê-las na cena política em conformidades, como se não existissem conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais. Aqui, o termo cena política é usado para designar a política no campo das práticas da burguesia, descrita por Poulantzas (1977, p. 241-242) como a ação política aberta das classes ou frações de classes dominantes; como espaço de luta entre partidos e organizações políticas, os quais representam os interesses das diferentes frações da burguesia. Boito Jr. (2002) diz que a cena política para os liberais representa uma realidade transparente e objetiva. O Estado é visto como o espaço da administração dos interesses comuns, ou ainda, como campo de organização da vida pública. O autor argumenta que, dentro da perspectiva do liberalismo clássico, os partidos e as correntes de opiniões presentes na disputa política são vistos e assumidos como aparentam ser, não existindo nada que permaneça oculto.

Ao falar sobre concepção liberal de cidadania, Saes (2003) argumenta que a declaração de igualdade na forma de sujeito de direitos tem um caráter ilusório, pois o capitalista e o trabalhador assalariado são iguais apenas do ponto de vista formal, uma vez que este último encontra-se em condições materiais desfavoráveis em relação ao primeiro. Sobre a organização do poder, o autor acrescenta que se trata de outra ilusão prática, acreditar “que todos os homens, independentemente de sua condição socioeconômica, estão participando do exercício do poder político”. A respeito da participação política no âmbito das cidades, acrescenta:

> É possível que, numa municipalidade de um Estado capitalista, a comunidade seja chamada a opinar sobre as dimensões relativas dos diferentes gastos em políticas sociais; todavia, a sua intervenção ocorrerá dentro de limites fixados pela linha geral de ação administrativa do governo local (Idem, p. 35).

O motivo pelo qual não optamos por estudar o poder político em Marabá meramente através da relação entre os partidos, o governo, a sociedade local e seus representantes, ou seja, a partir dos mecanismos de participação política pregados pela noção burguesa de democracia, foi porque compreendemos que este método deixaria passar despercebido os conflitos entre os interesses específicos das classes sociais. Principalmente, porque na atual conjuntura política do Brasil os

assuntos referentes à organização da vida cotidiana e a administração dos recursos públicos têm se sobreposto à luta de classes, o que faz com que as contradições do sistema capitalista sejam naturalizadas ou esquecidas.

Há também a necessidade de se pensar as relações que formam o próprio Estado. Offe (1984), ao tratar das características classistas do Estado capitalista, levanta alguns problemas analíticos e metodológicos a respeito das tentativas de se construir uma teoria crítica sobre a dominação de classe e sua relação com a democracia burguesa, bem como a seletividade das instituições políticas. O estudo de Offe aborda um amplo leque de relações internas e externas ao Estado, as quais revelam o caráter de classe tanto do Estado quanto do processo político no capitalismo. As pontuações de Offe são importantes para compreendermos que a dominação política da classe burguesa não se dá apenas pelo seu lugar na produção, mas, também, pela seletividade fixada no próprio sistema institucional político.

> As descrições analíticas e outros estudos empíricos recorrem crescentemente à imagem de um sistema de filtros, que confere aos processos político-administrativos um peso específico, vinculado a interesses de classes – uma racionalidade estratégica objetiva, assegurada pela *estrutura interna* do sistema institucional político, e não por sua instrumentalização externa (OFFE, 1984, p.151).

O sistema de filtros abordados por Offe (Idem, p. 151-153) são mecanismos de seleção que, segundo ele, atuam em quatro níveis “estrutura, ideologia, processo e repressão”. No nível da estrutura o autor destaca a exclusividade consolidada pelo sistema institucional, o qual estabelece um programa seletivo que demarca as possibilidades e limites da ação política, o que inaugura “um espaço de atuação mais ou menos estreito para a ‘política’ possível” [grifo do autor]. O conceito de seletividade, diz o autor, indica “fenômenos e acontecimentos que estão fora da esfera coberta pelas regras da exclusão, isto é, que tornam essas regras visíveis como tais” (Idem, 154). É o caso das práticas políticas das classes exploradas, as quais, via de regra, são consideradas ilegais, pois se encontram caracterizadas pelo direito burguês como ações não permitidas, ou seja, excluídas ou marginalizadas pelo sistema político institucional. No ideológico, mesmo as instituições mais abertas a intervenções externas são orientadas por uma ideologia responsável por eleger determinados problemas e conflitos sociais e desprezar outros. “Assim como ‘o espaço de possibilidade’ de acontecimentos políticos é delimitado pela estrutura das

instituições políticas, essa estrutura, por sua vez, é restringida pelo sistema de normas ideológicas e culturais", argumenta Offe (Idem, ibidem) [grifo do autor].

No que diz respeito ao processo político, o autor demarca que o próprio modo como as instituições políticas são organizadas já direciona aos possíveis resultados que visam reforçar a dominação de classe. Segundo ele, "os processos de assessoria parlamentar, da barganha coletiva, do planejamento e da administração burocrática", ou ainda a orientação político cientifica, as campanhas eleitorais e as políticas de massas são práticas que de modo algum podem ser enxergadas como formalismos processuais, mas como uma sequência de ações que asseguram e direcionam para um determinado resultado, que regra geral, atende aos interesses da reprodução capitalista. Sobre isto Offe (Idem, p. 153) acrescenta:

> Tais estruturas alcançam este objetivo na medida em que conferem a certos conteúdos políticos probabilidades de realização maiores, assegurando tratamento preferencial a certos interesses, concedendo-lhes prioridade no tempo, oportunidades de coalizão mais favoráveis ou a possibilidade de aplicação de meios de poder específicos. Cada regra processual cria relações de favorecimento e, inversamente, de exclusão para certos temas, grupos ou interesses.

As arguições de Offe sobre o processo de como se organizam as instituições políticas numa sociedade capitalista marca a predisposição de que os interesses da burguesia recebam maior visibilidade na cena política, bem como alcancem vantagens que os estabeleçam como prioridades do Estado.

Por último, no nível de repressão, o autor coloca que a coibição das classes dominadas se baseia no efeito intimidativo relacionado aos órgãos de polícia, exército e justiça ligados ao aparelho repressivo que cumpre as ameaças destinadas as práticas vedadas por lei, uma vez que o direito burguês proíbe que as classes exploradas desfrute da liberdade de autonomia política;

> Quando ela [a burguesia] proibiu "aos outros" essas liberdades ou lhes permitiu gozá-las sob condições que implicavam outras tantas armadilhas policiais, isso sempre ocorreu apenas no interesse da *"segurança pública"*, isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição (MARX, 2011, p. 42).

A problemática sobre o Estado capitalista levantada por Offe, por fim, expõe que a dominação política da burguesia no capitalismo é uma forma de dominação que não se revela na cena política, justamente porque a funcionalidade do poder político "exige que o aparelho estatal assuma *funções de classe sob o pretexto da*

*neutralidade de classe* e invoque o álibi do universal para o exercício do seu poder particular" (OFFE, 1984, p. 163) [grifos do autor], resultando em uma dominação política e econômica que prevalece mesmo numa sociedade dita democrática, porque não se denuncia como tal.

Após levantarmos algumas das características que especificam as relações externas e internas ao Estado capitalista, podemos concluir que o atual regime político concede às classes exploradas condições muito aquém para que estas de fato possam usufruir das liberdades políticas disponibilizadas pela democracia burguesa. No entanto, é importante que se perceba que o fator limitador das liberdades políticas "não é um eventual acordo, quanto à conveniência de se eternizarem as 'regras do jogo democrático', mas os interesses do capital", visto que, quando a reprodução capitalista é, de algum modo, ameaçada pelo avanço das políticas de revolução social "a burocracia estatal e o Parlamento burguês providenciam", não a continuidade das regras do processo democrático burguês, mas sua suspensão (SAES, 1987, p.63-64) [grifo do autor]. Isto leva a crer que o capitalismo tanto convive com a democracia política como pode adaptar-se ou impor-se por outros regimes políticos.

Poderíamos questionar como a classe burguesa consegue manter sua dominação, principalmente, no campo ideológico, mesmo diante das condições desiguais aprofundadas pela democracia burguesa que justifica e estabelece como neutro o Estado que respira graças às contradições de uma sociedade dividida em classes. Para tal pergunta, Saes (1998, p. 161), ao discorrer sobre a ilusão das classes populares, no que diz respeito às regras da democracia burguesa, apresenta algumas proposições;

> Essa ilusão é possível, já que a burguesia apresenta aquilo que concedeu (sufrágio universal, Parlamento como órgão de representação popular, liberdades políticas) como *condição* que torna passível de sucesso a luta das classes populares pela igualdade sócio-econômica. Em suma: a burguesia quer convencer as classes populares de que "o povo representado no Estado" é o meio adequado para transformação de uma sociedade de classes, fundada na exploração do trabalho alheio, numa democracia sócio-econômica; e de que os direitos políticos constituem a condição de satisfação das suas aspirações igualitárias.

Para Saes a classe explorada não deve se limitar às regras da democracia burguesa. Antes disto, deve questionar o caráter de classe das instituições políticas e do direto burguês. A disputa política do proletariado, diz o autor, "deve denunciar o

caráter formal e ilusório da igualdade política na democracia burguesa, demonstrando a existência de um *acesso diferenciado*" às classes dominantes aos direitos políticos em detrimento das classes exploradas (SAES, Idem, p. 171) [grifos do autor]. Para o autor, não deve haver distinção entre a ação legal ou ilegal, visto que as ações e as práticas que visam a revolução da sociedade, ou seja, a passagem de uma sociedade baseada pela exploração do trabalho para uma ordem socioeconômica igualitária é, em sua maioria, considerada imprópria.

O debate até aqui construído é na tentativa de compreender a organização do poder político no capitalismo e colocar em xeque a ilusão de possibilidade de se construir uma sociedade econômica e socialmente mais equilibrada apenas pela adoção de mecanismos de aperfeiçoamento da democracia burguesa ou, ainda, do que tem sido chamado de gerenciamento eficiente, por ser compartilhado. Entendemos que o Estado capitalista possui em seu interior os mecanismos propícios para manter a ordem necessária à reprodução do capital e a dominação da classe burguesa. Tal circunstância coloca em evidência que, mesmo que políticas sejam elaboradas para amenizar os desequilíbrios sociais, estas não poderão destruir a raiz destas desigualdades, já que, como advertem Marx e Engels (2010, p. 39), a existência do Estado está baseada na existência da contradição entre interesses gerais e privados, em outras palavras, na contradição entre os interesses gerais da sociedade e da burguesia, classe a qual sua existência depende e se mantém pela procriação das relações de exploração e exclusão, em uma só palavra, da exploração do trabalho.

## 1.3 A REORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARABÁ E ALGUMAS DEFINIÇÕES SOBRE PODER LOCAL

Entendemos que o debate a respeito da organização política no município de Marabá não se limita ao aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia representativa, que, como vimos no subitem anterior, é, em sua gênese, um regime político burguês, limitado, e que mantém, nos níveis necessários à reprodução do capital, a dominação de classe. Dito isso, outra observação importante a se fazer é a particularidade histórica da região amazônica, principalmente, porque as relações das quais tratamos são relações reais, concretas, construídas pelos homens de

maneiras distintas, observando os limites e as condições impostas a estes pelo espaço geográfico e lugar social em que vivem, ou ainda, pelo modo como produzem seus meios de existência.

Emmi (1999), em seus estudos sobre a organização econômica e política de Marabá, desde seu surgimento até a década de 1980, aborda o auge e o declínio de uma burguesia extrativista e mercantil, a oligarquia dos castanhais. O poderio econômico dos **donos** de castanhais se dava por articulações políticas com o governo estadual que lhe assegurava o arrendamento dos castanhais. Esta configuração entrou em crise com as sucessivas descobertas de minérios na região, as quais ocasionaram a constituição de outras forças sociais que passaram a atuar nesta área da Amazônia, burguesia industrial, comercial, garimpeiros, trabalhadores sem terra, os quais passaram a reivindicar, cada vez mais, um espaço nas relações econômicas e políticas, o que veio a atingir fortemente as relações vigentes na formação social mantida pela hegemonia da extração da castanha. Velho (1972, p.59), ao discorrer sobre as relações de poder durante o domínio da oligarquia, diz que se tratava de um sistema hierárquico que articulava os interesses de uma burguesia local com as necessidades de políticos de atuação regional, tratava-se de um ciclo de relações que ao mesmo tempo em que garantia as condições para eleição de deputados e governadores, também garantia a manutenção do poder dos grandes arrendatários de castanhais.

> O *novo* sistema começou a surgir a partir de 1920. Aparentemente, foi uma reivindicação do chefe político local de então – Teodoro de Mendonça – aos seus correligionários no Governo do Estado de uma arma para favorecer os elementos da situação e controlar o comportamento político (Idem, ibidem) [grifo do autor].

Matta e Laraia (1978, p.94) alegam que estas relações de favorecimento entre os governos regional e local faziam com que o chefe político e o grande produtor de castanha, não só em Marabá, mas na região dos castanhais, fossem representados por uma única pessoa. “O controle do poder econômico e da chefia política correlacionam-se e são de tal forma interdependentes que nenhuma pessoa, na área, pode pretender a uma sem dominar a outra”, sintetizam os autores. Para garantir sua existência, os **donos** de castanhais filiavam-se aos partidos de seus representantes estaduais e se tornavam chefes políticos locais como uma maneira de garantir a eleição de seus correligionários no âmbito regional;

> Isto porque também sofre reveses: a derrota do seu partido na esfera estadual sempre lhe traz consequências desagradáveis. Arrendamentos podem ser cancelados e a terra distribuída para seus adversários. Créditos bancários podem ser suspensos, diminuindo seu poder açambarcador. E, o que consideram bastante grave, o delegado de polícia pode ser substituído. E, então a polícia que era sua sicária transforma-se em perigosa adversária (Idem, p. 95).

Emmi (op. cit.), ao tratar do declínio das oligarquias, atribui o fim do domínio dos castanhais às modificações na estrutura produtiva aqui praticada. Assim, considerando o histórico da região, onde as condições que asseguravam o poder da burguesia castanheira foram suplantadas pela economia relacionada, principalmente, à atividade de mineração. Compreendemos que o estudo sobre a organização do poder político no município de Marabá demanda algumas reflexões teóricas sobre a composição do poder político, observando as implicações e a influência do modo de produção na constituição do poder local. Diante disto, partiremos de algumas definições necessárias para tal explanação, assumindo que a história social é fruto direto das relações travadas entre os homens, em virtude do modo de produção predominante numa dada formação social.

A definição de poder local que adotamos neste trabalho é a apresentada por Daniel (1988), na qual a esfera municipal é apenas a determinação do campo de atuação das relações que constituem um poder localizado, onde o poder local é a condensação dos confrontos entre o poder econômico e o poder social no âmbito municipal. Nesta perspectiva, o poder político local tem como lugar de exercício o governo local, constituído pela/na interação entre o poder econômico e as forças sociais no âmbito municipal correspondendo a uma esfera do Estado capitalista.

No governo local, formado pela prefeitura, Câmara Municipal de Marabá e secretarias municipais é onde se concentra a atuação do que Poulantzas (op. cit.) denomina de “bloco no poder”. O bloco no poder inclui as classes, camadas ou frações representadas por este bloco, porém, aqui, nos referimos ao campo de atuação no que se refere ao poder político local. Na esfera política, o processo eleitoral concentra a disputa entre as classes, frações ou camadas de classes pelo governo. Neste sentido, o sufrágio universal permite a formação de um bloco **no** poder, visto que a formação do governo é o resultado deste confronto de forças que permite com que diferentes classes, frações ou camadas de classes alcancem um

lugar no campo de decisões. Assim, a democracia representativa abre espaços para a constituição de um governo que:

> Em virtude das estruturas do Estado capitalista, em virtude da existência das classes e das frações mencionadas, *isto é, em virtude da participação popular na dominação política de várias classes e frações de classe*, constata-se a relação entre esse Estado e a organização política dessas classes ou frações em bloco no poder. (POULANTZAS, 1977, p, 229) [grifo do autor].

Poulantzas diz que o bloco no poder se distingue do conceito de aliança, principalmente porque, apesar de ser uma unidade, mantém em seu interior o choque constante de interesses. Portanto, o poder não é partilhado harmoniosamente; antes disto, é alvo de disputa no âmago do próprio bloco. Já as alianças são articulações entre classes ou frações que, para alcançar um espaço no campo das decisões ou mantê-lo, unem-se para compartilhar dos benefícios deste poder, mesmo que, para isto, tenham que ceder em alguns assuntos.

O conjunto de atividades econômicas, cuja reprodução do capital derive das ações ou regulamentações do poder político municipal, é o que se denomina de poder econômico local. Nesta perspectiva, o grande capital não corresponde a poder econômico local, visto que, suas atividades não estão sujeitas às políticas municipais. “Por esse motivo, não costumam manter relações constantes com o poder político local” (DANIEL, 1988, p. 29). Isto não quer dizer que o poder político local não possa vir a contribuir para a concretização dos interesses do grande capital.

> O poder econômico local é constituído, repita-se, fundamentalmente por aqueles setores capitalistas que contratam junto ao governo local obras e serviços, ou que dependam diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal. Tal circunstância independe, inclusive, de a sede dessas empresas estar instalada no município (Idem, ibidem).

Sobre a relação entre o poder político e o poder econômico no âmbito local, o autor afirma que, para as empresas, “quanto maior e mais cotidiana a dependência de sua lucratividade das decisões políticas”, mais frequente será a influência do poder econômico na organização política do município (Idem, p. 29). Esta relação cria uma espécie de fusão entre o campo público e o privado, de tal forma, que um passa a depender do outro em níveis cada vez mais elevados.

Nesta conjuntura, no campo das disputas políticas, o poder social manifesta-se em diferentes modalidades. Observa-se que este poder social não corresponde ao mesmo que forças sociais, o que será mais bem explanado no capítulo três. Esta diversificação ocorre porque o poder social é representado pelas múltiplas expressões que este poder pode assumir. Discordando de certas definições apresentadas por Daniel (op. cit.)[4], mas utilizando-nos de outras, podemos especificar algumas destas modalidades de poder social.

Uma modalidade de poder social é o próprio bloco no poder, o qual, como já vimos, pode ser constituído por diferentes classes, frações ou camadas de classes. Outra modalidade é a formada por determinadas frações da burguesia local, associações de setores empresariais, por exemplo. Geralmente, associações de profissionais liberais, que é uma modalidade particular, como por exemplo: advogados, engenheiros, médicos, etc., os quais assumem uma posição política próxima a de algumas frações da burguesia, em alguns momentos estabelecem alianças com estas, somando forças, para lutarem por interesses comuns.

Por último, outro exemplo de modalidade de poder social são as associações de moradores, sindicatos de trabalhadores assalariados, os quais pleiteiam, junto ao governo local, serviços, obras, a criação de leis, as quais possam vir a melhorar a qualidade de vida destas camadas sociais. Todas estas modalidades de poder social têm uma atuação política bem presente na organização e composição do poder político local.

A definição de poder social é diferente do conceito de força social. Isto porque, o poder social pode vir a unir agentes de diferentes classes, camadas ou frações que, de forma geral, por conter agentes oriundos de lugares distintos da divisão social do trabalho dificulta a visualização dos interesses pertinentes de uma determinada classe ou fração de classe. Já as forças sociais são classes distintas, autônomas, que podem alcançar efeitos pertinentes em sua prática política mesmo

[4] No que diz respeito ao poder social, Daniel estabelece uma separação entre elites e movimentos sociais, separação que segundo ele, dá-se no campo simbólico. O autor considera que a oposição entre as elites – geralmente, membros da burguesia ou profissionais liberais – e o povo – trabalhadores assalariados – se fundamenta numa oposição imaginária. Concepção da qual discordamos radicalmente, porque o lugar social ocupado na divisão do trabalho tanto por frações da burguesia quanto pelas camadas das classes subordinadas não se define apenas pelo fator ideológico. Por isso, os conflitos de interesses entre as classes sociais, numa sociedade capitalista, de modo algum podem ser considerados de nível imaginário ou simbólico, trata-se de um antagonismo de base material. Contradição esta tão real, que é a estrutura da qual se ergue o sistema de reprodução do capital.

não chegando a ser uma classe ou fração de classe. Devido a esta diferenciação as reivindicações oriundas dos diferentes poderes sociais presentes na sociedade restringem-se às reivindicações de cunho administrativo, as quais não oferecem nenhuma ameaça a lógica de produção capitalista.

Dentro do jogo político que se constitui o poder local, os meios de comunicação – jornais impressos e televisivos, empresas de publicidade e propaganda, etc. –, também não podem ser considerados como um poder independente. As mídias de massa favorecem as necessidades do poder econômico local, seja porque são controladas por uma fração da classe burguesa ou porque se trata de um serviço de custo elevado. Sobre a influência do poder econômico na atuação dos meios de comunicação, Chauí (2006, p. 74), discorre:

> Os proprietários dos meios de comunicação são suportes do capital. Evidentemente, não se trata de negligenciar o poder econômico dos senhores dos conglomerados midiáticos nem sua força para produzir ações ou efeitos sociais, políticos e culturais. No entanto, em um nível mais profundo, trata-se de compreender, como mostram as análises de Kehl e Bucci (reatando laços com as de Benjamin, Adorno e Horkheimer) que essas ações *exibem* poder, mas não o *constituem*, pois sua constituição encontra-se no modo de produção capitalista [grifo da autora].

Compreende-se, assim, que a atuação dos meios de comunicação é um instrumento a mais em benefício da acumulação do capital, ou seja, favorece as ações da burguesia em virtude da supremacia do poder econômico. No campo da luta ideológica, os meios de comunicação são um poderoso recurso de influência sobre a organização do poder local; no entanto, não se trata de um poder autônomo já que é orientado pela lógica de reprodução capitalista.

Compreendemos que a sociedade capitalista é composta por um modo de produção e uma formação social que lhe é particular. Por formação social entende-se a combinação e a articulação entre uma estrutura e uma conjuntura. Na estrutura, cada classe social é determinada por um conjunto de agentes, os quais são organizados pelo lugar que ocupam na divisão social do trabalho. A conjuntura é o espaço onde se concentram e se constituem as lutas de classes, ou seja, constitui-se a consciência e se configuram as posições políticas das classes (POULANTZAS, 1977).

Esta composição social, mesmo na esfera local, respeita esta organização orientada pelo modelo de produção dominante na região em que se encontra. A sociedade marabaense, por exemplo, antes do período que marcou o declínio da

economia da castanha, possuía uma determinada organização social que lhe era particular. A classe burguesa conseguia se manter, no poder político e econômico, sem muita resistência da classe economicamente dominada, os coletores de castanha.

Não que não houvesse reivindicações por parte dos trabalhadores dos castanhais, ocorre que sua submissão no plano econômico e a política de violência impedia que estas manifestações saíssem da esfera individual. Além do que, a ideologia dominante era a que atendia as necessidades da classe dominante, onde o baixo valor dos salários era atribuído ao mau desempenho dos castanheiros. Mata e Laraia (1978, p. 134), ao falar sobre a relação entre os castanheiros e os seus patrões, dizem que na maioria das vezes os trabalhadores acreditavam ser os reais responsáveis pelo valor recebido no final da safra.

As relações que compunham o poder local no período do auge da economia da castanha demonstram que no capitalismo as classes sociais são organizadas principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar na produção. Devido à fusão dos aspectos econômico, ideológico e político no interior do próprio modo de produção, as classes sociais se encontram organizadas tanto na divisão do trabalho como na conjuntura política.

Em sociedades onde as forças produtivas se encontram mais desenvolvidas, devido à evolução dos meios de acumulação e reprodução do capital, as classes sociais podem se expressar subdivididas em frações, camadas e categorias sociais, de acordo com o respectivo lugar ocupado na divisão social do trabalho. As frações e as camadas são organizadas pelo seu lugar na produção e, as categorias sociais, por seu papel na luta ideológica e política (POULANTZAS, 1977).

Outra observação é que a formação social capitalista em si abrange uma complexa unidade de diferentes modos de produção, onde a hegemonia de um modo sobre os demais faz com que o aspecto econômico assuma o papel predominante nesta sociedade. Sobre isto, Wood (2010, p. 55) argumenta:

> O conceito de “formação social” não é usado por esses teóricos para negar essa relação entre o modo de produção e a totalidade social neles incorporada – por exemplo, ele não foi proposto para negar que o modo capitalista de produção (MCP) equivale a capitalismo na totalidade de suas relações. Ao contrário, o conceito de formação social implica apenas que nenhuma sociedade historicamente existente é “pura”, por exemplo, não existe uma sociedade que represente o MCP puro e simples [grifo da autora].

Por isso, diz-se sociedade capitalista, mesmo que ela contenha diferentes modos de produção e formações sociais correspondentes a estes. Por ser hegemônico, o modo de produção capitalista extermina alguns, mas preserva outros modos que são articulados ao seu sistema produtivo. Entretanto, apesar de sua predominância, o econômico não é o único nível atuante nesta formação, como é o caso de Marabá, que mesmo sediando um segmento da indústria de transformação do minério de ferro, ainda convive com o modo de produção campesino, voltado para o sustento familiar praticado por comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, entre outras.

O modo de produção capitalista em si não se estabelece apenas por relações econômicas. Ele combina e articula, em sua própria estrutura produtiva, os aspectos políticos e ideológicos da luta de classes, para que possa existir como tal. É o que se observa na explanação de Marx, em “O Capital” (2013, p. 808), quando ele discorre sobre alguns dos fatores que o modo de produção capitalista requer para manter, nos níveis favoráveis, a reprodução do capital e a relação entre as classes:

> Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolver da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas.

Isso revela que a organização das classes na estrutura produtiva não se dá apenas pelo fator econômico, uma vez que não basta que capital e força de trabalho se encontrem. É necessário que os aspectos político e ideológico cumpram seu papel e estabeleça as regras desta relação, pois o trabalhador não pode, simplesmente, ser obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista. É preciso que as contradições, intrínsecas a este modo de produção, sejam camufladas para que o trabalhador enxergue como natural sua relação com o capitalista.

# 2. EXPANSÃO DO CAPITAL: LUTA DE CLASSES E RECOMPOSIÇÃO DO PODER NA AMAZÔNIA

Discorrer sobre a expansão capitalista na Amazônia é assumir a tarefa de recriar os caminhos percorridos pelo grande capital na região. Com inspiração no materialismo histórico pretendemos construir um posicionamento neste debate tendo como referência as definições teóricas e conceituais apresentadas por Poulantzas, em *Poder político e classes sociais*, 1977. Compreendemos que a relação entre a expansão capitalista e a recomposição do poder na Amazônia demanda algumas reflexões teóricas propostas pelo autor: a primeira delas é que, numa sociedade capitalista, o poder não está situado no Estado. O Estado capitalista expressa a encarnação das contradições sociais. "Ele está baseado na contradição entre a *vida pública* e *a vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*" (MARX; ENGELS, 2010a, p. 39) [grifo dos autores]. Já o poder se situa no campo da luta de classe. Ele está relacionado às práticas das classes sociais, por isto, o poder é definido como "*a capacidade de uma classe social de realizar os seus objetivos específicos*" (POULANTZAS, 1977, p.100) [grifo do autor].

Após a leitura de obras de diferentes autores, como: Cardoso e Müller (1977), Ianni (1978) e Velho (1972), entre outros que versam sobre a expansão do capital e a luta de classe na Amazônia, verificamos que uma das consequências das transformações no modo de produção da região foi a centralização política e a estruturação de um Estado nacional que garantisse o poderio burguês e a reprodução do capital em nível nacional e internacional. Sob o pretexto de civilizar a Amazônia, uma fração da burguesia nacional difundiu a ideia de que para promover o desenvolvimento da economia brasileira, o território amazônico teria que ser integrado ao processo de produção do país.

Entretanto, o período da história que é chamado de integração econômica poderia ser interpretado como o processo de acumulação e concentração de capital, o que impôs à região um modelo de civilização baseado na economia de mercado. Com tais colocações, revela-se o Estado capitalista não como representante do bem comum, mas como provedor dos interesses de uma pequena parcela da sociedade, na medida em que permite que a burguesia viabilize seus negócios como se estes fossem de interesse de toda a sociedade.

Por ser o centro organizador da luta política da burguesia, o Estado torna-se o centro do poder político das classes dominantes (POULANTZAS, 1977). Saes (1998, p. 22) versa sobre a correspondência do Estado nas formações capitalistas, a organização da dominação de classe e as relações de produção, em sua explanação, o autor marca sua preferência em designar este tipo de Estado através da expressão Estado burguês. Ele argumenta que apenas um Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas.

> A correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas não consiste numa relação causal simples e unívoca entre ambos. Qual é, então, a natureza dessa correspondência? Um tipo particular de Estado – o burguês – *corresponde* a um tipo particular de relações de produção – capitalistas –, na medida em que só *uma* estrutura jurídico-política *específica* torna possível a *reprodução* das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: *só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas* [grifos do autor].

A natureza da correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção, diz Saes, é manifestada por um duplo aspecto estabelecido pelas condições ideológicas próprias para a reprodução das relações capitalistas. Por um lado, o Estado burguês põe no mercado o trabalhador direto, como sujeito individual capaz de praticar atos de vontade e de direitos. Por outro, inviabiliza a organização da classe trabalhadora contra a exploração do trabalho. Em oposição ao coletivo classe social, o Estado capitalista/burguês organiza outro, o povo - nação. Assim, ao estabelecer “a coletividade nacional, o Estado burguês define todos os agentes da produção, produtores diretos e proprietários, como iguais”, mesmo que esta igualdade seja instituída apenas em razão dos agentes da produção habitarem o mesmo território. Essa compreensão da função e do papel da ideologia capitalista na organização das classes sociais faz do Estado uma instância regional do modo de produção capitalista (POULANTZAS, 1977, p.31-32).

Partindo da premissa de que as condições de produção direcionam a organização social, compreendemos que o funcionamento da sociedade capitalista deve ser compreendido a partir da percepção do conjunto das relações que a constitui enquanto modo de produção e formação social. Isso porque, a reprodução das classes sociais não se fixa somente na divisão social do trabalho, mas da junção e combinação de relações econômicas, políticas e ideológicas. Nessa perspectiva, nosso trabalho partirá de algumas proposições colocadas por Marx e Engels (2007,

p. 29-78), nas quais deduzem que a humanidade passou a se organizar em comunidades em razão das atividades de produção.

Ao produzirem os meios de subsistência os homens estabelecem as relações que dão vida a um tipo de sociedade, de onde é possível concluir que um determinado modo de produção está ligado a uma ordem social, em que a própria relação entre as classes, em si, já constitui uma força produtiva que, somada aos instrumentos utilizados (ferramentas e tecnologias) e ao ordenamento jurídico, organizam a sociedade.

É por reconhecer a relação entre modo de produção e formação social que o marxismo interpreta a história da sociedade capitalista junto e por meio da história da indústria. As cidades, por exemplo, nesta perspectiva, surgiram da necessidade da proteção da propriedade e para garantir as condições favoráveis à reprodução do capital na esfera local. A expansão do mercado originou divisões no seio da própria burguesia, uma vez que a pequena burguesia localizada nas cidades não conseguiu acompanhar o crescimento do círculo das trocas e, sem condições de alcançar a expansão da produção e do comércio, permaneceu atuando localmente. O surgimento de uma grande burguesia limitou, assim, os recursos e as capacidades da pequena burguesia.

> A expansão do comércio e da manufatura acelerou a acumulação do capital móvel, ao passo que nas corporações, que não recebiam nenhum estímulo para a ampliação da produção, o capital natural permanecia estável ou até mesmo diminuía. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, enquanto nas corporações concentravam-se a pequena burguesia, que então já não dominava mais as cidades como antes, mas tinha de se curvar ao domínio dos grandes comerciantes manufatureiros (MARX; ENGELS, 2007, p. 57).

Como a produção dos meios de existência organizava a vida social, o desenvolvimento da economia começou a provocar novas relações sociais nas quais a burguesia, por ser uma classe, viu-se obrigada a se organizar nacionalmente como forma de defender seus interesses tanto no interior como fora da nação. Tem-se então que o Estado capitalista, ainda que não represente uma instituição puramente burguesa, já que é constituído pela condensação das relações sociais, criou-se sob a hegemonia da ideologia e das necessidades da burguesia. No âmbito econômico local havia corporações produtivas e associações representativas dos interesses e das atividades profissionais no interior da comunidade. Da expansão do comércio surgiu a manufatura e o constante intercâmbio entre as cidades, seja de

mercadorias ou de ferramentas, ao longo da história, foi provocando novas divisões da produção, ultrapassando o âmbito da corporação e, posteriormente, das nações. O crescimento do comércio acelerou o processo de acumulação do capital e da formação social e, consequentemente, passou a abrigar mais do que duas classes sociais (capitalistas e trabalhadores).

A separação entre trabalho material e intelectual promoveu modificações na determinação das classes na estrutura fazendo surgir, assim, as frações e camadas de classes e categorias sociais. Esta divisão social do trabalho somente aprofundou-se a partir da desvinculação entre trabalho material e intelectual. O trabalho intelectual, no entanto, não significa o oposto de trabalho manual, posto que, nenhuma atividade humana é desprovida de racionalidade. Esta divisão efetua-se em determinadas condições e em determinadas relações sociais.

Poulantzas (1977) diz que a as frações e as camadas de classes são estabelecidas não só pelo fator econômico, mas também pelo desempenho das relações políticas e ideológicas. As categorias sociais são delimitadas, principalmente, pelo seu lugar nas relações políticas e ideológicas. Os intelectuais, por exemplo, são definidos pelo seu papel na elaboração e de realização de ideologias. Do mesmo modo, as diferentes funções, econômica, política e ideológica, desempenhadas pelo Estado na reprodução das relações sociais não são funções neutras. Assim, a expansão das fronteiras de exploração, portanto, não deve ser entendida como uma consequência da evolução natural da vida em sociedade, tal como propõem as teorias positivistas, mas como uma condição motriz do processo de reprodução do capital. O Estado não deve ser visto como instituição imparcial aos interesses econômicos. Vejamos o que diz Fiori (2007, p.78) sobre a relação entre expansão do mercado e da organização política:

> [A] história também nos ensina que os Estados não apenas nasceram juntamente com o capitalismo, como estabeleceram com ele, através dos séculos, uma relação tormentosa, mas indispensável e frutífera tanto para os donos do dinheiro quanto para os donos do poder político. Uma verdadeira compulsão conjunta à expansão e à extraterritorialidade, o que fez com que os primeiros Estados já nascessem com vocações imperialistas e o capitalismo como uma força globalizante.

As reflexões acima nos indicam que no capitalismo não há separação entre o modo de produção e a política, e que esta é formulada no âmbito da luta de classes, mas, via de regra, exercida pelo Estado. Este atua em função dos interesses da

classe dominante, ainda que o antagonismo de interesses seja camuflado sob a utopia de que o Estado representa o bem comum ou de que atua como um campo de mediação dos diferentes interesses; ou ainda, que representa o espaço de administração dos problemas gerais da sociedade.

Saes (1987, p. 11) afirma que existe uma correlação entre a exploração do trabalho e as demais relações sociais que asseguram a sua continuidade, pois, se a sociedade encontra-se dividida em classes sociais antagônicas, deve haver no interior desta formação social práticas destinadas à preservação das condições necessárias à ordem capitalista. “A esse complexo de atividades Marx e Engels chamam *Estado* [grifo do autor]”.

A compreensão sobre a organização do Estado capitalista traz à luz algumas questões essenciais para que possamos entender o jogo político local, tendo como referência as relações internas e externas, as quais dão vida a este Estado, e tendo a política como elemento organizador da sociedade. É ela, a política, por exemplo, que define as diretrizes relacionadas ao modo como os homens produzirão seus meios de existência; ou seja, o que, para quem e como produzir. Assim, falar em capitalismo é falar sobre um complexo de relações (econômicas, políticas e ideológicas) que dão origem a um modo de produção que expressa um sistema social vivo que não se restringe à estrutura econômica, mas que se constrói por meio de um conjunto de relações que o tornam capaz de produzir as condições para a sua existência: a reprodução das classes sociais enquanto dominadores e dominados. Pensar a organização do poder político a partir da forma como o Estado representa, ou não, os interesses dos diferentes agentes da produção nos permite visualizar o processo de expansão do capital na Amazônia e os principais agentes que se beneficiaram/se beneficiam desse processo.

## 2. 1 CAPITAL, ESTADO E LUTA DE CLASSES NA AMAZÔNIA

As transformações no processo de interação entre a Amazônia e o mercado capitalista, principalmente após a década de 1950, corresponde às necessidades não apenas de uma burguesia industrial brasileira, mas aos anseios de uma burguesia industrial-financeira de atuação global. A relação entre a economia brasileira e as grandes potências – Estados Unidos, Japão, China – deve ser enxergada por meio da relação de subordinação à divisão internacional do trabalho

capitalista. Tal visão nos permite transcender a noção de que a luta de classes está fixa num determinado território, mas possui um caráter global. Ela vive e revive naquilo que tem movido historicamente a humanidade, a luta dos que produzem contra os que saqueiam.

Ao discorrer sobre a exploração capitalista na Amazônia, Hébette (2004a, p. 31) diz que sua recente ocupação são transformações impostas por uma exigência, de integrar a região Norte à dinâmica econômica e política oriunda dos polos industriais e que atendem aos objetivos do capital. Acrescenta que a importância econômica da região Norte para o Brasil teve um crescimento expressivo após a Segunda Guerra Mundial. Hébette afirma que fora "naqueles anos que se definiram as bases do 'modelo' de uma industrialização brasileira atrelada às economias das grandes potências ocidentais" [grifo do autor]. Ele expõe que o interesse desta burguesia confrontava-se com duas ameaças: a primeira era o difícil acesso entre a região amazônica e o resto do país, representando um risco de total isolamento da Amazônia. A maior, porém, era o fortalecimento dos movimentos revolucionários que se estendiam sobre a América Latina, alcançando países próximos ao Brasil, como a Bolívia "e que poderia encontrar aliados nos movimentos camponeses em expansão no Nordeste".

Para garantir não só a dominação como sua própria existência, a burguesia nacional teve que se apressar antes que os movimentos dos trabalhadores ganhassem maiores dimensões. Buscando se fortalecer para impedir o movimento dos trabalhadores, a burguesia nacional, mesmo se enfraquecendo com a internacionalização da indústria, resolveu unir-se ao grande capital para travar a mobilização dos trabalhadores. "Mais profundamente ainda, isso significava: a segurança da Nação repousa no Capital, independentemente de sua origem geográfica; e a ameaça à Nação emana da organização dos trabalhadores" (Idem, p. 32). Em outras palavras, a organização e o avanço da luta contra a exploração do trabalho, bem como, contra a origem das desigualdades sociais é uma ameaça aos interesses da burguesia e, por isso, não se limita a uma dada região; antes disso, ela tem um caráter universal.

A atuação do Estado durante a integração econômica da Amazônia é caracterizada pelo esforço de uma burguesia industrial interna para reprimir a mobilização política dos despossuídos. Por meio de um processo de extrema divisão social do trabalho, a economia brasileira teve um período de *boom;* todavia, este

êxito se deu em detrimento de algumas regiões, onde suas populações, expulsas do plano das decisões sobre os projetos econômicos designados para elas, foram transformadas em instrumentos de produção.

> O que é evidente, e dispensa tabelas estatísticas que reproduzam o óbvio, é que havia surgido, *se consolidando pela expansão*, uma burguesia industrial cujos interesses de reprodução do seu capital, de forma geral, não podiam mais ser confundidos com a forma de reprodução do capital controlado pelas oligarquias, e que, por isso mesmo, havia capturado o Estado, levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujos resultados, em grau surpreendente, corresponderam àqueles objetivos (OLIVEIRA, 1977, p. 71 [grifo do autor])

O argumento acima se refere à centralização do planejamento econômico do Brasil focalizado no Sul do país. Na leitura de diferentes bibliografias sobre os projetos de desenvolvimento implantados nas regiões Norte (CARDOSO; MÜLLER, 1977) e Nordeste (OLIVEIRA, 1977), verifica-se que estas foram excluídas do plano de racionalização de suas estruturas produtivas. Nota-se o peso de um Estado autoritário sob a influência e o controle da burguesia industrial, cujo único objetivo era promover a reprodução do capital e expandir seu poderio econômico, por meio da integração da Amazônia, ao mercado mundial. A ideia de civilização, nestes termos, nada mais é do que uma forma de mascarar os projetos de interesses exclusivos da reprodução e acumulação. Neste aspecto, a difusão de uma aparente necessidade da expansão econômica desempenha um papel indispensável à manutenção das condições ideais para o bom funcionamento do sistema produtivo, à medida que cria e mantém nos níveis certos as interações entre as classes em conflito. A ideologia do desenvolvimento possibilita não só a expropriação material do trabalhador, mas também a sua desapropriação intelectual, roubando ou adormecendo sua consciência por meio do discurso da necessidade do progresso.

Em seu conjunto, as medidas que visavam promover a exploração capitalista na Amazônia, principalmente as ações voltadas para fortalecer a atividade de mineração na região, contribuíram para a formação de uma burguesia industrial que, articulada à uma burguesia comercial, passou a fortalecer-se no cenário local ao ocupar ou exercer influência sobre o poder político de Marabá. Para tanto, buscaram maior representatividade política junto aos partidos e, assim, por meio de acordos, alianças e barganhas, alcançar maiores contribuições dos poderes estadual e federal, favoráveis ao setor siderúrgico. Tudo isto visando obter maior independência

econômica e desfrutar de melhores condições para administrar a reprodução do capital no plano local.

## 2. 2 DA CASTANHA AO MINÉRIO: A LUTA PELA TERRA E O PODER LOCAL EM MARABÁ

Localizada numa área privilegiada da Amazônia, a região de Marabá comporta uma ampla reserva de recursos naturais com grande potencial de comercialização no mercado mundial. O que hoje se conhece como região de Carajás refere-se a uma província mineral como: ferro, manganês, cobre, bauxita, cassiterita, níquel e ouro. Isso sem mencionar a imensa capacidade de geração de energia elétrica da bacia hídrica Araguaia Tocantins. Marabá tem sua história construída pela exploração do seu potencial econômico, protagonizando diferentes picos de atividades produtivas, as quais em seu conjunto, de acordo com as forças sociais que mobilizavam, em cada período, desenhou o perfil de sua organização política e determinou a organização das classes sociais, seja no campo da divisão social do trabalho ou na posição das classes na conjuntura política.

Durante a economia da castanha, período compreendido entre 1920-1980, o poder local em Marabá era controlado por oligarquias extrativistas, as quais dispunham de mecanismos suficientes para manterem-se numa posição privilegiada no cenário político. Emmi (1999, p. 79) diz que estas oligarquias eram constituídas por grupos familiares que revezavam entre si o controle sobre o poder político local. Estes grupos convertiam o seu poder econômico em poderes políticos e sociais, ao mesmo tempo em que o controle social e político lhes garantiam a estabilidade econômica.

> Assim, dos anos 1920 até mais ou menos o fim da década de 1940, esta dominação foi exercida pelo comerciante da castanha e secretário de governo, Deodoro de Mendonça e sua parentela. Esse grupo foi sucedido, a partir dos anos 50, por outro, composto por comerciantes, fazendeiros e exploradores de castanha, entre os quais se destacou o tronco familiar Mutran.

A oligarquia dos castanhais caracterizava a burguesia dominante em Marabá até o início dos anos 1980. Emmi atribui as transformações na organização do poder local neste período às modificações na base econômica. A autora afirma que o desenvolvimento da mineração industrial, do garimpo, da pequena produção

agrícola e da pecuária quebraram as bases das relações que mantinham o poder da oligarquia castanheira. Até os anos 1980, os principais latifundiários da castanha, as famílias Mutran, Almeida e Moraes, haviam conseguido estender seu controle sobre a terra. Emmi (Idem, p. 115) diz que, juntas, estas famílias controlavam 55.935 hectares, em 1960, e que este controle chegou a 200.385 até meados dos anos 80. A partir de então, novos grupos econômicos passam a disputar a distribuição dos castanhais e a comercializar a castanha-do-pará, o que atingiu diretamente o nível de concentração da fração burguesa extrativista tradicional. Sobre isto, Emmi (Idem, ibidem) expõe:

> É a partir dessa época que aparecem novos componentes na distribuição dos castanhais. Passam a concorrer uma companhia exportadora de Belém, criada em 1970 e pertencente às famílias Chaminé e Chady: a Companhia Industrial do Brasil – CIB, e sobretudo grande banco nacional em fase de expansão, que também adquire e explora castanhais: o Banco Bamerindus, um dos primeiros bancos particulares a se instalar em Marabá. O monopólio exclusivo das famílias tradicionais é quebrado.

Bunker (2003, p.19) afirma que até a década de 1960, Marabá havia permanecido isolada, acessível apenas por um porto fluvial. Assim, o poder da burguesia extrativista combinava o domínio da terra ao controle da movimentação da mão-de-obra para assegurar sua hegemonia contínua no comércio e na política. As transformações nas relações entre os agentes sociais, no meio de transporte e o acesso à cidade proporcionaram significativos impactos na economia local. Entretanto, ainda que estes fatores diminuíssem a influência política da burguesia da castanha, Bunker diz que:

> Mesmo assim, as velhas famílias ainda controlavam uma grande parte das terras, eram ainda bastante poderosas para manter uma boa parte delas e já começavam a obter vantagens comerciais das novas forças econômicas e sociais que haviam quebrado sua hegemonia (Idem, ibidem).

A partir da década de 1980, as empresas que os minérios haviam trazido para a região representavam a chegada de uma nova burguesia, a qual não somente rompia a influência econômica da castanha como trazia para o campo político novos interesses que sobreporiam os interesses da burguesia castanheira, além do que, a região havia se tornado um centro de implantação de novos órgãos e novos programas governamentais que influenciaram a vinda de mais trabalhadores, novos grupos econômicos e associações para o município. A inserção de novas forças

sociais na região representava a constituição de poder político que os mecanismos de controle da oligarquia não podiam superar.

Outra força social que também passou a marcar presença na composição do poder local é a dos posseiros, uma camada de trabalhadores despossuídos que passam a reivindicar o direito de uso da terra. Todavia, as disputas pela terra não se estabeleciam apenas no campo legal ou pela atuação partidária, mas, sobretudo, pela violência física, caracterizando uma disputa de caráter de vida e morte. Homicídios, chacinas patrocinadas por fazendeiros, **donos** de garimpo e de castanhais, empresários ou pelo próprio Estado.

> Outro ator social que contribuiu decisivamente para o aumento da violência na região é a polícia, quer a Polícia Militar ou a Civil; ela tem um papel de destaque nos casos de violência e morte de posseiros, sindicalistas, líderes sindicais e outras pessoas que lutam pela terra e reforma agrária na região do sudeste do Pará; por ação ou por omissão, a polícia, como braço armado do Estado, imprime medo e receio pelo histórico de ações que perpetrou contra as diversas pessoas retromencionadas (JÚNIOR, 2006, p. 257).

A prática de homicídios encomendados, diz Júnior (Idem), visava eliminar lideranças ou movimentos de trabalhadores que alcançavam uma maior expressão política. Em seu estudo, o autor trata da situação agrária da região do sudeste do Pará e relata alguns dos crimes de morte ocorridos nesta região: O assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta; a chacina da Fazenda Ubá; a chacina da Fazenda Princesa; o assassinato da Irmã Adelaide Molinari; o assassinato do sindicalista Arnaldo Delcídio Ferreira; a chacina da Fazenda Pastorisa; a chacina da Fazenda São Francisco; o assassinato do sindicalista Antônio Teles Saraiva; o assassinato dos dirigentes do MST, Onalício Araújo Barros e Valentim da Silva Serra; o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas Euclides Francisco Paulo e o massacre de Eldorado de Carajás. Dar destaque à estes casos se faz importante, visto que eles expressam a luta e a resistência dos que têm reivindicado sua autonomia e seus direitos.

Em Marabá, a luta pela terra não é caracterizada apenas pelos conflitos entre a fração agrária e a camada de trabalhadores despossuídos; aqui, a terra passa a ser disputada por diferentes frações da burguesia castanheira, mineradora, industrial e agropecuária, mas também por camadas de trabalhadores garimpeiros e sem terra, populações indígenas, ribeirinhas e camponesas. Atrelada à diferentes valores

e lógicas de produção, a luta pela terra passa a expressar o conflito entre diferentes modalidades de produção.

Ao tratar das transformações ocorridas e promovidas na formação social da Amazônia devido ao PGC, Hébette (2004a, p. 43) diz que a exploração das reservas de ferro do Carajás fez surgir na região novas frações da burguesia, os guseiros. “O PGC concedeu incentivos para a instalação de uma dúzia dessas fabriquetas ao longo da ferrovia da CVRD”.

> O parque siderúrgico programado para o Sudeste do Pará, especificamente para o município de Marabá, é constituído por usinas de ferro-gusa e de ligas de ferro manganês. Em todas elas, o processo de redução do minério é baseado no consumo de carvão vegetal. A siderurgia cria, portanto, dois campos novos de atividades: a produção do gusa ou de ligas e a produção e transporte do carvão vegetal próprio para a siderurgia (de características diferentes, por exemplo, do carvão utilizado na produção de cimento) (Idem, p. 51).

Para o campo da luta de classes, tais transformações na dinâmica produtiva representaram novos embates, pois o preço do ferro gusa no mercado tanto nacional, quanto internacional está atrelado aos custos na produção do carvão vegetal, assim como aos custos com a força de trabalho assalariada em toda a sua cadeia produtiva. Mesmo que os discursos de progresso coloquem na cena política a necessidade do crescimento do setor siderúrgico, como condição para a promoção de uma melhor qualidade de vida das populações desta região, antes disto, a ampliação do polo siderúrgico significa a ampliação dos problemas ambientais, sem falar que a produção do ferro gusa e do carvão vegetal incluem atividades que, via de regra, são executadas em condições precárias e insalubres, ao mesmo tempo em que imprimem novas dinâmicas às relações de trabalho. Ao descrever o lugar do ferro gusa na cadeia produtiva do aço, Congilio (2012, p.3) diz:

> Refletir sobre o aço na cadeia produtiva, composta pela mineração de lavras e pelo carvão vegetal, significa não apenas analisar a grande devastação ambiental e sociopolítica na região amazônica mas, especialmente, as relações de trabalho e as diversas tecnologias, quando se considera a ocupação empresarial em larga escala numa região que passa rapidamente de uma predominância rural de trabalho agrícola familiar para o trabalho por contrato, subcontrato e outras formas empregadas pelas empresas (terceirizadas ou não).

Por outro lado, as lutas em torno da disputa pela terra se tornam acirradas, uma vez que os camponeses agora têm como inimigo não apenas os fazendeiros, mas também as indústrias. Um exemplo desta afirmação é o caso da disputa

concentrada entre a burguesia industrial e a classe campesina. No ano de 1993, 250 mil famílias de trabalhadores rurais ocuparam uma área de 20 mil hectares, onde desenvolviam o plantio de milho, mandioca, arroz, feijão entre outras culturas de lógica campesina, em uma área apropriada pela Companhia Siderúrgica do Pará, COSIPAR, destinada à plantação de eucalipto, cujo uso da madeira seria destinado ao alimento de altos fornos da produção de ferro gusa (COSIPAR, 1996, ed. 550, p. 11).

Malheiro (2010), ao tratar dos conflitos entre as siderúrgicas e os camponeses, pontua algumas questões relacionadas à disputa pela ocupação e uso da terra na região de Marabá. Em seu conjunto, o texto do autor traz entrevistas realizadas com representantes dos diferentes interesses que perpassam o cenário político local. É possível perceber que enquanto os projetos ligados à exploração mineral, com apoio do poder político local, buscam viabilizar a apropriação das minas, ampliar o cultivo de eucalipto, enfim, visa promover uma maior ocupação da terra para melhor atender as demandas das siderúrgicas e favorecer a reprodução do capital, os camponeses são pressionados a destinar seus lotes para o plantio de eucalipto. Nesta disputa, o debate sobre o que, como e para quem produzir, surge como eixo central da luta das classes exploradas. Os movimentos sociais resistem a investida dos empresários e questionam por que não fazer reflorestamento com a castanheira, cupuaçu, etc., em vez de plantar só eucalipto. Os movimentos sociais reforçam a necessidade de novas alternativas para a região; em outras palavras, buscam apontar para direções políticas que atendam a grande maioria da população, a qual a atividade de siderurgia desapropria, explora e marginaliza.

Malheiro (op. cit.) cita a luta dos ribeirinhos, das quebradeiras de coco do babaçu, dos atingidos pelas barragens e pela mineração, denunciando que o custo do que tem sido chamado de desenvolvimento e progresso é cobrado de uma população que em nada é ou será beneficiada pela mineração ou pelo agronegócio, tema também discutido pelo autor. Ele fala sobre a luta pela implantação da Aços Laminados do Pará, ALPA[5]; sobre o clamor das frações industriais, comerciais e dos empresários ligados ao agronegócio pela criação do Estado de Carajás[6]. Na

[5] Empresa siderúrgica a ser implantada em Marabá pela Companhia Vale para a produção de placas de aço e laminados destinados a importação (REIS; SANTOS; CRUZ, 2011, p. 60).

[6] Os defensores do movimento em favor da divisão do estado do Pará e criação do estado de Carajás alegam que a principal causa das desigualdades sociais e econômicas, ou ainda o mau gerenciamento dos recursos municipais representa o principal entrave para o desenvolvimento da

perspectiva apresentada por Malheiro, ambos os projetos refletem o desejo de independência e esperança de uma burguesia que busca uma maior autonomia política. Uma burguesia que vê no desligamento da região de Marabá, do estado do Pará, a possibilidade de elaboração de novas políticas para melhor viabilizar seus interesses, em resumo, para o fortalecimento da agropecuária, da mineração, ou seja, do **progresso** do poder econômico local.

Ao discorrer sobre a forma pela qual os empreendimentos industriais são pensados para a região, Barbosa (2011, p. 85), diz que os interesses da burguesia marabaense encontram amparo no Estado, o qual, por meio de sua estrutura, ideológica ou repressiva, favorece a reprodução do capital. Neste sentido, o autor afirma que a localização da empresa Aços Laminados do Pará, ALPA, em Marabá "foi precedida de negociações da empresa Vale com o governo local", tais acordos envolviam, segundo o autor, a redução ou isenção fiscal em troca de infraestrutura e do escoamento da produção. A disputa pelo controle sobre o poder político diz respeito aos arranjos da burguesia local para organizar-se e obter vantagens do grande capital que se instala na Amazônia pelas ações do grande capital em combinações com o Estado.

Em seu conjunto, obras como o Porto de Marabá, Hidrovia Araguaia-Tocantins, duplicação da ponte sobre o rio Itacaiúnas, entre outras, antes de representar alguma melhoria da qualidade de vida da população local são projetos relacionados à implantação da ALPA e contam com forte incentivo do Estado. Estudos que se ocupam destas questões afirmam que;

> Na região impera a política neoliberal, que tem como princípio a gestão da sociedade através do mercado e prioridade ao setor privado em detrimento do público. Com a participação do Estado no financiamento das infraestruturas necessárias ao funcionamento do empreendimento, para a produção da matéria-prima para exportação. O projeto se integra ao contexto internacional fornecendo matéria prima para o setor industrial dos países centrais do capitalismo, como EUA, Alemanha, Japão e China, com exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais local (REIS; SANTOS; CRUZ, 2011, p.64).

Nota-se que os envolvidos nos problemas ocasionadas pela exploração do minério da região de Carajás não se limitam às fronteiras da Amazônia ou brasileira.

---

região e é diretamente causada pela distância entre a capital Belém e o município de Marabá. Assim, na cena política a luta pela criação do Estado de Carajás se coloca como um objetivo primordial para o progresso da região, quando na verdade, reflete a conflituosa relação entre os diferentes grupos econômicos que disputam mais espaços na conjuntura política, a fim de gerenciarem seus interesses particulares.

Isto porque a internacionalização da economia possibilita a exploração e acumulação do capital em larga escala. A comercialização do minério, nestes termos, provoca novos embates, assim como agrava os conflitos locais no plano da luta de classes. Já a siderurgia que vigora há quase três décadas, não foi capaz de trazer para Amazônia o progresso prometido nos idos dos anos 80.

Ao tratar da relação entre a economia regional e a produção do ferro-gusa, Monteiro (2006, p. 73) afirma que os trabalhos gerados pela indústria siderúrgica não são capazes de alterar o perfil de renda da região, pois são de baixo valor.

> Além disso, tais empreendimentos geraram uma enorme quantidade de trabalhadores dedicados à produção de carvão vegetal, cujo número varia, segundo estimativas do autor entre 10 a 12 mil. Nesta atividade de produção, os empregos são de péssima qualidade, uma vez que as condições de trabalho e moradia são extremamente precárias, as contratações são temporárias e, além disso, estes trabalhadores não contam com garantias previdenciárias e trabalhistas (Idem, ibidem).

Por outro lado, os incentivos e isenções fiscais sobre os lucros dos empreendimentos e sobre a comercialização de seus produtos reduzem significativamente o volume de tributos pagos ao Estado por estas indústrias, impostos que poderiam ser investidos nos serviços de saúde, educação, segurança pública, entre outras áreas as quais têm sido abandonadas e que já não conseguem atender a demanda local, uma vez que os projetos anunciados também influenciam a migração para a região, o que se transforma em mais problemas, principalmente, no que diz respeito ao surgimento de periferias, gerando com isso, outras categorias de conflitos pela ocupação do espaço, agora, no âmbito urbano, pela expansão de bairros periféricos que crescem precariamente em terrenos nos arredores da cidade, ocupados pelos deserdados da terra e de empregos. Sobre isso Congilio (op.cit.p.10) afirma:

> O fato é que, numa região já marcada pela violência estatal, a questão agrária tem sido resolvida a favor do latifúndio e do grande capital, na mesma medida em que se intensifica a atração de uma força de trabalho excedente para as cidades. Políticas sociais redistributivas das imensas riquezas extraídas são insuficientemente pautadas pelos governos e ocorre crescente deterioração dos serviços públicos, expressa, sobretudo, na enorme desassistência aos jovens e crianças oriundos da classe trabalhadora. Isto se torna visível quando se percebe o precário atendimento a este segmento nos núcleos urbanos da região.

A apropriação dos recursos da Amazônia ou a luta contra a expropriação e exploração do trabalho pela burguesia industrial, para além das questões regionais,

impactam também outras localidades. Numa reportagem que denuncia o esquema de fornecimento de carvão ilegal para a indústria global do aço, Casara e Vignes (2011), mostram a cumplicidade entre empresários locais, políticos e as maiores montadoras do mundo, os quais são responsáveis por um esquema criminoso que promove o recrutamento de trabalho escravo e o uso de carvão de origem ilegal com o patrocínio da grande indústria:

> No Pará, gigantes globais do setor de ferro e aço financiam grupos criminosos que produzem carvão oriundo de trabalho escravo e devastação ambiental. Gerdau, Vale, Thyssenkrupp, Nucor Corporation, NMT, Ford, General Motors, Toyota e Nissan estão ligadas a uma cadeia produtiva ilegal e que não leva em conta os direitos humanos, as leis trabalhistas e o direito ambiental (CASARA; VIGNES, 2011, p.5).

Os problemas apresentados pelos autores não revelam apenas as relações ilegais e criminosas protagonizadas por empresas do ramo de carvoarias, do polo siderúrgico da região de Carajás e das montadoras internacionais, mas colocam em xeque o modo de produção capitalista que cada vez mais reproduz a devastação em suas mais variadas faces. Assim, a luta pela terra, a resistência dos camponeses, dos ribeirinhos, dos atingidos por barragens ou pela mineração, ou ainda contra a precarização e a exploração do trabalho não são lutas setoriais, mas representam as diferentes dimensões e expressões da expansão capitalista no mundo. Uma luta que não se restringe ao cenário regional, mas que se encontra em todos os lugares onde exista a possibilidade de obtenção do lucro. Esta é a grande contradição do espírito de reprodução capitalista, a vida humana deixa de ser a meta e se rebaixa à condição de objeto, numa lógica onde apenas alguns privilegiados desfrutarão dos benefícios das riquezas produzidas.

Wood (2003, p.49), ao tratar da relação entre a luta de classes, a ordem política e sua relação com o Estado, diz que no capitalismo a disputa pelo poder deve buscar resgatar os “poderes políticos” privatizados e transportados para a esfera econômica. Do mesmo modo, a luta da classe explorada deve se estender ao centro do poder político, ou seja, ao Estado, “sede do poder sobre o qual se apoia a propriedade capitalista, que detêm o controle da produção e da apropriação”. A autora argumenta, ainda, que esta é a grande ameaça que o avanço da luta de classe representa para o capitalismo.

> De qualquer forma, a lição estratégica a ser aprendida da transferência das questões “políticas” para a “economia” não é que as lutas de classes devam

> se concentrar principalmente na esfera econômica ou “no plano da produção”. Da mesma forma, dividir funções “políticas” entre classe e Estado não significa que o poder no capitalismo venha a ser de tal forma difundido na sociedade civil a ponto de o Estado perder o papel específico e privilegiado como sede de poder e alvo de ação política, nem, no extremo oposto, que o Estado passe a *ser* tudo. Na verdade, deverá ocorrer o contrário. A divisão entre classe e Estado significa não que o poder esteja diluído, mas, ao contrário, que o Estado, que representa o “momento” coercitivo da dominação de classe no capitalismo corporificado no monopólio mais especializado, exclusivo e centralizado de força social, é, em última análise, o ponto decisivo de concentração de todo o poder na sociedade (Idem, ibidem).

Nestes termos, as relações de produção no capitalismo são, em sua essência, relações de dominação, pois toda a sua ordem da sociedade implica excluir, ou melhor, privar as classes exploradas dos direitos de propriedade, de governo sobre a produção, de organização e de apropriação das riquezas por ele produzidas. Para Wood, este é o segredo da dominação da classe expropriadora, pois por meio do direito burguês e a instituição da democracia liberal, a luta econômica das classes dominadas foram separadas da esfera política. Isto significa dizer que pensar o poder político, por meio das medidas que visam amenizar os problemas provocados pela internacionalização da produção, em nada ou pouco representa mudanças significativas que possam promover novas possibilidades de uma sociedade igualitária e democrática, visto que tais iniciativas não atingem as origens das desigualdades sociais e a exclusão dos que produzem do campo das decisões sobre a produção do plano dos debates.

Torna-se evidente, diante das questões aqui elencadas, que o capital não é fruto apenas da exploração do trabalho ou de relações sociais materializadas por meio da produção, mas é o extrato de vidas e de recursos naturais. Isto porque sua lógica vai além das questões econômicas e sociais, uma vez que o homem e o meio ambiente não estão separados por uma linha transversal; a existência de ambos é construída e condicionada pela interação e pela relação homem-natureza.

Na relação mediada pela lógica capitalista, o meio ambiente tem sido destruído, sacrificado pela constante necessidade de transformações nos diferentes modos de produção. As sucessivas crises capitalistas colocam grandes desafios a essa lógica e novas formas de produção são continuamente utilizadas.

As lutas na Amazônia, em seus diferentes aspectos, representam não só um confronto entre diferentes modalidades de produção, mas expressam a urgência de uma nova ordem política, na medida em que reivindica os direitos e a participação

dos que são marginalizados pela democracia burguesa. Implicam também em recomposições do poder político de Marabá, por ora dominado por alianças e disputas entre frações da burguesia industrial, pelos fazendeiros do agronegócio e do gado e, também, pelos grandes comerciantes por onde circulam os produtos das multinacionais, a exemplo das concessionárias representadas por quase toda a indústria automobilística e pelos hipermercados que estão se instalando agressivamente na região.

## 3. COMPOSIÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MARABÁ/PARÁ (1985-2012)

Entre 1920-1970, o poder político de Marabá encontrava-se sob o domínio de oligarquias, comerciantes de castanha, que por meio do total controle sobre os castanhais, mantinham o poder absoluto sobre o município. Emmi (1999, p. 105) diz que esta burguesia, latifundiária e extrativista, controlava o poder político "monopolizando alternativamente a Câmara Municipal de Marabá e delegando por meio das eleições seus membros às assembleias estadual e federal". Entre 1970-1985, sob o Regime Militar (1964-1985), o município de Marabá foi decretado Área de Segurança Nacional e o poder político municipal ficou sob a determinação direta do poder central. E, por fim, de 1985 aos dias atuais a partir da reabertura política, a disputa pelo poder político local se constrói de modo mais intenso no confronto entre subfrações de uma burguesia agrária, industrial e comercial.

Por poder local, como explanado no capítulo um, consideramos a interação entre o poder econômico, poder político e as forças sociais. Poulantzas (1977, p. 94) diz que as forças sociais são classes distintas ou frações que, numa dada conjuntura, expressam "efeitos pertinentes" no campo da luta de classes. Ele também explica que uma "classe ou fração podem existir enquanto forças sociais, sem por isso preencherem as *condições de organização* que podem fazê-las entrar nas relações de poder político" [grifos do autor]. Na região de Marabá, a partir de 1970, como abordado no capítulo dois, as principais forças sociais, atuantes na luta de classes, são os índios, os camponeses, os garimpeiros e, também, diferentes frações da burguesia.

Numa cidade cujo histórico retrata um poder estabelecido e mantido pelo domínio econômico e político das oligarquias dos castanhais (EMMI, 1999), na contemporaneidade notam-se algumas mudanças na composição dos governos. Porém, elas não expressam uma maior participação política das classes dominadas. Trata-se da reestruturação econômica da região e de sua influência na reorganização do poder local. Numa leitura inicial da configuração política do município de Marabá (IKEDA, 2011), observamos que o registro das eleições locais foi constituído sob uma infinidade de coligações e acordos entre partidos histórica e ideologicamente antagônicos, resultando num processo marcado por enfrentamentos e alianças entre frações da burguesia local, que ora convergem para

uma mesma direção ora se confrontam no cenário político. Nota-se que o âmago da disputa política não se encontra na luta partidária, não se trata de extirpar do poder membros da velha oligarquia, nem representa uma oposição entre projetos de governo. Tal disputa se dá para garantir um espaço de influência sobre o governo local a fim de estabelecer vantagens políticas que se convertam em benefícios econômicos.

O que se percebe é que, a exemplo do modo como a facção burguesa republicana superou o poder do monarca Luís Filipe (MARX, 2011, p. 41), a burguesia industrial, recém-chegada à região amazônica, superou e suplantou a burguesia latifundiária e extrativista nas eleições municipais, não por meio de sua própria força, mas, oportunamente, com o auxílio dos movimentos dos trabalhadores revoltados contra a exploração e expropriação a que estavam submetidos.

Utilizando algumas reflexões de Saes (2001, p.50) sobre a atuação das classes ou frações dominantes na formação social capitalista, podemos dizer que as economicamente influentes na região de Marabá (burguesia comercial, mineradora, industrial e de serviços) se unem contra os movimentos das classes exploradas, mas, devido aos conflitos internos entre estas frações ou até mesmo entre uma única fração, elas pleiteiam entre si o governo local, principalmente, para ocupar ou exercer influência sobre o Poder Executivo e as secretarias a ele subordinadas. Sobre o duplo caráter da luta da burguesia no capitalismo, Saes (idem, ibidem) diz que:

> Nas formações sociais capitalistas, as classes dominantes ou frações de classe dominante são permanentemente unificadas pelo objetivo de frustrar a revolução social; todavia, essa unidade jamais chega ao ponto de sufocar a luta incessante que elas travam pelo aumento dos seus quinhões respectivos na repartição da mais-valia total.

Numa região onde diferentes lógicas de produção disputam espaço, manter a hegemonia de uma forma sobre as demais envolve todas as forças da burguesia no enfrentamento contra os movimentos populares. Todavia, em relação à disputa pelo governo de Marabá, esta burguesia se fragmenta em grupos, os quais disputam entre si a Prefeitura Municipal. É importante ressaltar que a luta construída pelos movimentos das classes exploradas é desarticulada no que diz respeito à composição do poder político do município em estudo, principalmente, porque estes

movimentos estão num campo onde as regras do jogo político institucional são favoráveis aos seus adversários.

A burguesia local é privilegiada na medida em que a forma democrática do Estado capitalista despoja as classes subordinadas das condições capazes de fortalecer sua luta na esfera institucional. O Estado, mesmo no âmbito subnacional, é parte integrante do modo de produção capitalista, porque cria e mantém as condições necessárias para que a disputa econômica das classes exploradas tenha dificuldade de se converter numa disputa política capaz de destruir a lógica a qual estão submetidas. Ocorre que as classes em desvantagem econômica participam do processo de composição do poder político local, por meio do sufrágio, indicando seu representante no Executivo e no Legislativo, entretanto, estes representantes não poderão expressar a contento os interesses específicos destas; como por exemplo, a expropriação do capital, a socialização dos meios de produção ou a extinção da divisão social do trabalho.

A estrutura e o próprio ritmo de funcionamento do Estado capitalista impede que tais anseios sejam concretizados em sua plenitude. Quando Marx e Engels (2010a, p. 38) falam que o Estado não pode enxergar em sua própria estrutura a razão das mazelas sociais, ele quer dizer que uma revolução social jamais partirá do Estado, visto que, se o Estado destruísse a origem das desigualdades, destruiria a si próprio. Segundo o pensamento marxista, onde haja partidos políticos ou aqueles os quais seu lugar social esteja relacionado ao funcionamento do Estado capitalista, a raiz das desigualdades sociais sempre será atribuída ao modo como cada governo administra os bens, as obras e as políticas públicas, sem nunca reconhecer a estruturação deste Estado como uma das instâncias responsáveis pela divisão social. Para Marx, no capitalismo, o “entendimento *político* é entendimento *político* justamente porque pensa *dentro* dos limites da política” (Idem, ibidem) [grifos do autor]. Portanto, de modo algum, as políticas de Estado podem questionar ou destruir as bases que o mantêm.

Engels e Kautsky (2012) colocam que as classes despojadas das condições de produção, continuamente reproduzidas pelo modo de produção capitalista em situação de dependência econômica, para romper com a estrutura na qual estão sujeitas necessitam reconhecer que sua luta política não se limita ao engodo jurídico que compõe a democracia burguesa. Em outras palavras, a luta de classe não se restringe a uma oposição meramente política, ela deve alcançar o campo jurídico

que rege tal sociedade, ou seja, a oposição política das classes exploradas, como todos os outros aspectos da luta pela emancipação, deve questionar a composição jurídica tanto da forma do Estado (capitalista) quanto do seu regime político (democracia burguesa).

Se por um lado, a forma do Estado e o seu regime político desarticulam os movimentos sociais das classes exploradas, por meio do isolamento da luta política, com a noção de sujeito individual de direitos pregada pela democracia burguesa, respectivamente, por outro lado, o Estado capitalista se torna um aparelho indispensável e uma arena favorável para que a burguesia viabilize seus interesses específicos, ou seja, para que ela preserve seu controle sobre os meios e os resultados da produção e decida sobre as questões relacionadas à dinâmica produtiva. Isto porque, a igualdade ilusória propiciada pela democracia representativa concede os mecanismos necessários para que a burguesia converta os seus objetivos específicos de classe: desenvolver ao máximo as forças produtivas e promover o desenvolvimento econômico em objetivos comuns de toda a sociedade. Sobre esta capacidade do Estado e da democracia burguesa, Saes (1987, p. 52) expõe:

> Poulantzas, em *Pouvoir politique et classes sociales*, caracteriza sinteticamente esse modo particular, próprio ao Estado burguês, de amortecer o conflito de classes e frustrar a revolução social. Para esse autor, o Estado burguês, dadas as características do seu direito (tratamento igual aos desiguais) e de seu modo de organização interna (burocratismo), produz um *duplo efeito*, do ponto de vista ideológico e político, sobre a classe explorada: a) o *efeito de isolamento* (atomização da classe explorada, "individualização" dos seus membros); b) o *efeito de representação da unidade* (reunificação subjetiva desses homens já "individualizados" numa comunidade imaginária: o povo-nação) [grifos do autor].

Nestas condições, no que diz respeito à luta da classe despossuída, em Marabá, os que buscam promover a adoção de uma nova lógica de sociedade, os que fazem enfrentamento ao capital encontram-se em desvantagem para manifestarem-se politicamente na disputa pelo governo local, de modo que os conflitos de interesses entre as classes exploradoras e exploradas são descaracterizados na disputa pelo poder político local. As contradições sociais são retiradas da pauta que orienta os debates eleitorais, principalmente, porque os candidatos que pleiteiam um espaço no governo local, cada vez mais, dependem do financiamento de empresas privadas. Estas entram com os recursos de campanha

como uma forma de garantir regalias junto ao governo municipal após o pleito eleitoral. Tal relação compromete a atuação dos representantes políticos e mantém a atuação dos governos dentro dos moldes e do roteiro estabelecidos por estes financiadores de campanha.

## 3. 1 PODER LOCAL E ELEIÇÕES MUNICIPAIS (1985-2012)

Ativemo-nos ao estudo do poder local, tendo como foco a composição do poder político de Marabá, poder político aqui definido como uma esfera do Estado capitalista, "cujos lugares de exercício consistem no governo e administração local e câmara municipal" (DANIEL, 1998, p. 26). Optamos por estudar a organização do poder político entre 1985 e 2012 por se tratar de um período de redemocratização política, não só no âmbito local, mas no Brasil. Todavia, nesta área da Amazônia, o período que antecedeu o processo de redemocratização significou um momento de profundas transformações de sua estrutura produtiva, assim como, em sua formação social.

No plano político, onde outrora havia um poder centralizado e revezado entre famílias oligárquicas, surgiram novas dinâmicas econômicas, as quais trouxeram para o cenário político novos agentes que disputariam com a velha oligarquia vis-à-vis espaços estratégicos para viabilizar seus interesses. Entendemos que a reabertura do processo eleitoral após a ditadura militar e do período em que Marabá esteve submetida ao decreto de Segurança Nacional, coincidiu com o desenrolar de uma nova conjuntura que acreditamos ter sido o início da ascensão de outras frações burguesas ao poder político local.

Com a reabertura da democracia representativa, outros setores econômicos passaram a deter capacidade de impor seus interesses no campo de disputa e buscaram conquistar o poder político local para estabelecer as condições favoráveis as suas atividades. Nestas condições, a política como reivindicação de direitos sociais foi atropelada pela dissimulação das contradições de interesses entre as classes, e a palavra democracia passou a ser utilizada como disfarce para reinstalar a ordem[7]. O que se percebe é que as movimentações populares e o processo político que em todo o Brasil haviam levado a redemocratização política eram,

[7] A palavra ordem foi usada para designar as condições de dominação política em favor de uma classe, ou frações de classes que desejavam permanecer ou voltarem a ser dominantes.

agora, apropriados pela burguesia. Não se trata de dizer que a democracia brasileira é uma obra puramente burguesa, mas de explicitar que a base de toda nossa organização social está fundamentada em ideais burgueses. “O que é a hegemonia em política senão a capacidade de uma classe de definir o terreno e as armas que seus adversários usarão em sua própria luta” diz Weffort (1985, p. 36), ao discorrer sobre a armadilha que significou a redemocratização no Brasil. Ao apropriar-se das reivindicações das lutas sociais, representantes de setores da economia nacional conseguiram realizar a passagem do Regime Militar à democracia sem qualquer ruptura revolucionária, seja na economia ou na política. Oliveira (1999) diz que a política da classe dominante, em toda a história da formação da sociedade brasileira, foi uma grande operação de roubo da fala, na busca de uma harmonia social que tem por característica a anulação da política.

Em nível local, as classes dominantes foram agraciadas com o que Marx (2011, p. 33) especifica de parte do leão. Em outras palavras, as forças sociais e as classes exploradas que haviam auxiliado no processo de reivindicação dos direitos políticos, após a abertura foram excluídas do campo das decisões. Isso pode ser exemplificado. Hall (1991, p. 105) trata da dizimação dos povos indígenas provocada por um conjunto de políticas econômicas que não se restringiram ao período do Regime Militar, mas que se estenderam após a redemocratização de 1985 e, aliás, segue até hoje. O autor descreve a apropriação das terras indígenas, a invasão de seus territórios por companhias de mineração, madeireiras, agrícolas, etc. e a relutância dos governos em reconhecerem a presença e os direitos dos índios na Amazônia; os conflitos pela terra envolvendo pequenos produtores e suas famílias trazidos para a região pelos programas de colonização, “incursões por agricultores sem terras expulsos por donos das grandes propriedades ou manipulados por políticos locais”.

Hall (idem, p.231) relata que na década de 80, quando o governo federal interveio em Serra Pelada, que ainda pertencia ao município de Marabá, “cerca de 30.000 garimpeiros de todo o Brasil haviam descido sobre a área”. Para administrar os conflitos pelos barrancos, partilhas e outras questões relacionadas à garimpagem do ouro, o governo enviou para Serra Pelada o major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, “que tomara parte na campanha antiguerrilha no Araguaia, em princípios da década de 1970”. Em 1982, o major foi eleito deputado federal pelo PDS. Em meio aos conflitos entre os garimpeiros e a Companhia Vale do Rio Doce,

empresa que detinha os direitos de mineração em Serra Pelada, Sebastião Curió arrogava-se intercessor dos direitos dos garimpeiros e, em seus discursos, ressaltava que a mina garantia o sustento de 80.000 garimpeiros e advertia que caso o governo central fechasse Serra Pelada estes trabalhadores engrossariam os movimentos camponeses, trazendo mais problemas junto aos proprietários de terras e a empresa de mineração.

> Em 1984, quando o governo fechou temporariamente Serra Pelada aos pequenos garimpeiros, com a intenção de iniciar a produção mecanizada, mais de 2.000 garimpeiros marcharam pela PA 275, estrada de acesso a Carajás, queimando tudo pelo caminho. Acamparam durante cinco dias no lado de fora dos portões do projeto até que finalmente, o Congresso revogou a lei e reabriu a mina de ouro (HALL, Idem, p. 231-232).

Em 1985, Marabá vivia a euforia da redemocratização, todavia, a movimentação dos garimpeiros era vista como uma ameaça ao processo que simbolizaria uma nova etapa da história local. Nas vésperas do dia da eleição, os garimpeiros haviam bloqueado rodovias no município. Com o receio de que as manifestações impedissem a realização do processo eleitoral o juiz responsável solicitou ajuda a força federal, que disponibilizou tropas do Exército para garantir o pleito. Na eleição de 1985, “o número de abstenções chegaram quase a 50%”. Um dos fatores apontados como principal causa da abstenção foi o fato de que as urnas que funcionariam em Serra Pelada, devido aos acontecimentos que antecederam as eleições, haviam sido transferidas para Curionópolis e Parauapebas (TROPAS, 1985, ed. 91, p. 06).

Na Câmara Municipal, um vereador ao abordar as ações dos garimpeiros, acusou Sebastião Curió de ser “inimigo do povo”, acusando o, então deputado federal, de incitar e inflamar os trabalhadores garimpeiros contra o governo e a Companhia Vale do Rio Doce. O vereador ainda alegou que Curió agia em conluio com membros da velha oligarquia castanheira, os quais uniam forças para ganhar a simpatia do povo, para voltar ao poder, por meio de atos de terrorismo. Ao atribuir a agitação dos garimpeiros à obstinação de Curió e das velhas oligarquias, o vereador do PMDB minimizou em seu discurso a dinâmica de exploração e espoliação que levavam os trabalhadores a realizar suas reivindicações, descaracterizando o movimento político dos garimpeiros.

> O líder da bancada do PMDB acrescentou, que tem sido inculcada nos garimpeiros a idéia errada de que a culpa pela falta de produtividade de ouro em Serra Pelada é da Companhia Vale do Rio Doce, no seu entender uma empresa “que está envidando o maior de seus esforços para ajudar o país a sair desse atoleiro”. [...] o Governo do estado está preocupado com a situação do garimpo, mas quer promover a sua recuperação de forma ordenada e responsável e que o país hoje, só não é um país sem horizontes, porque tem potencialidades econômicas e está amparado pelas mãos do Criador. (CHAMON, 1984, edição 91, p. 3).

Outra manifestação dos garimpeiros, as vésperas das eleições municipais, foi a ação sobre a ponte do rio Tocantins, em dezembro de 1987, quando trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho na extração do ouro de Serra Pelada. O trágico episódio foi relatado por Peter (2001, p. 85), jornalista que abordou o referido caso de repressão política, a violência empregada e a omissão da culpa, no que ela nomeia de chacina da ponte. Peter diz que as negociações haviam iniciado na meia noite do dia 28, nelas estavam envolvidos “líderes de Serra Pelada, o prefeito de Marabá, Hamilton Bezerra, e o deputado Asdrúbal Bentes (PMDB), que dizia falar em nome do governador Gueiros”.

> O poder dos garimpeiros como força social, e a delicadeza do assunto para as autoridades, é também mostrado por um grande incidente que ocorreu no dia 29 de dezembro de 1987. Um grupo de 1.500 garimpeiros desarmados e suas famílias, da vizinha Serra Pelada, montaram uma demonstração na ponte de 3,2 km de extensão em Marabá, onde a estrada de ferro cruza o rio Tocantins, exigindo condições mais seguras de trabalho. Segundo informações, 300 soldados da polícia militar, cumprindo ordens do governador do estado, Hélio Gueiros, bloquearam as duas extremidades da ponte e avançaram, sem aviso, usando indiscriminadamente, contra a multidão, armas de fogo e bombas de gás lacrimogêneo (HALL, 1991, p. 232).

O desfecho das negociações, mesmo envolvendo representantes políticos locais e o governador do Estado do Pará, foi atribuído ao poder Federal. O governo municipal se omitiu da responsabilidade. Diante das cobranças, Hamilton Bezerra, o prefeito eleito em 1985, ao responder os questionamentos feitos sobre a posição do Poder Executivo diante dos fatos ocorridos no dia 29 de dezembro de 1987, justificou:

> Serra pelada é um problema do governo federal. Como prefeito, tenho feito o que me é possível, inclusive fui o único prefeito que fez e vai fazer alguma coisa por aquela vila em termos de administração pública municipal.
> Fiz de tudo, para que o impasse fosse resolvido na paz. Inclusive não recebi nenhuma comunicação do governador sobre a ação da PM. Quem atendeu o telefonema do major Gomes, ajudante de ordens, avisando que os garimpeiros teriam uma hora para sair da ponte sob pena de saírem a força, foi o presidente do Sindicato dos Garimpeiros, Fernando Marcolino. Quando

> retornei ao meu gabinete, Marcolino me informou sobre o assunto. Imediatamente, liguei para o governador, porém ele já havia deixado o palácio. Telefonei então para o coronel Reinaldo, comandante do 4º BPM, solicitando que ele suspendesse a operação, pois às 18:00 horas a ponte estaria desobstruída. Ele me deu 20 minutos para isso. Então, pedi ao Marcolino que fosse a ponte avisar para os garimpeiros deixarem o local. Qual a minha culpa ou conivência em tudo isso? (HAMILTON, 1988, ed. 166, p. 3).

A posição do prefeito de Marabá sobre o corrido na ponte, relacionado às reivindicações dos trabalhadores e morte dos garimpeiros poderia ter sido um fato isolado na história local, mas os movimentos dos explorados avançavam e os trabalhadores continuavam a reivindicar seu espaço na política local. Hébette (2004b, p. 197) ao discorrer sobre a luta dos trabalhadores contra a exploração e a expropriação, argumenta que os ““movimentos sociais na Amazônia ou no Pará” fenômenos que vão de Gritos pela Terra ao Massacre” são mobilizações que resultam da persistência, da força do que tem sido chamado genericamente de luta pela terra. O autor associa a luta dos garimpeiros mortos sobre a ponte do rio Tocantins ao massacre dos trabalhadores sem terra na Fazenda Macaxeira, em Eldorado de Carajás. “Pobreza, esperas desmedidas, humilhação, enganação, revolta, sangue, desespero” (Idem, p. 204). Hébette nos instiga a refletir sobre a luta contra a subjugação e a importância política do engajamento dos trabalhadores da Amazônia. Para o autor, o nosso desafio é constituir lideranças autênticas, comprometidas com a resistência a lógica de exploração “e não só das chamadas elites a quem nossos recentes governantes atribuem os males do país para lavarem suas próprias mãos” (Idem, p. 211).

Outros exemplos poderiam ser utilizados para tratar da seletividade característica do Estado capitalista, assim como do poder político institucional que exclui do debate não só as reivindicações como também as iniciativas políticas que atendam aos anseios dos trabalhadores. Tal posicionamento fortalece a compreensão de que após a ditadura do Regime Militar, onde uma pequena fração da burguesia tinha seus anseios atendidos pelo Estado, seguiu-se uma democracia representativa na qual, em nome da nação, uma maior porção da burguesia poderia governar. Já as exigências e necessidades dos índios, camponeses e garimpeiros, em resumo, dos explorados e expropriados, eram ideais utópicos, devaneios e, no caso das reivindicações dos garimpeiros em 1985, tidas como terrorismo, que, a qualquer custo, deveriam ser reprimidos.

Em Marabá, no período proposto por este estudo sobre o poder local (1985-2012), o que se percebe é a articulação de uma burguesia agrária e industrial, ligadas ao ramo da siderurgia e, também, de uma burguesia comercial e de serviços, que para viabilizarem seus negócios, a cada ano eleitoral, esforçam-se para manter influência ou o controle sobre o Poder Executivo. Os arranjos e rearranjos na conjuntura local levam-nos a refletir sobre a atuação política das classes dominantes na cena política e os conflitos no seio delas próprias, tendo em vista conquistar um espaço no poder. Aqui, o termo cena política é usado para designar a política no campo das práticas da burguesia, descrita por Poulantzas (1977, p. 241-242) como a ação política aberta das classes ou frações de classes dominantes; como espaço de luta entre partidos e organizações políticas, os quais representam os interesses das diferentes frações da classe dominante.

Do início ao fim, os episódios que marcaram a cena política de Marabá evidenciam que o fazer política, aos moldes da democracia contemporânea, tem causado cada vez mais a teatralização do poder. Isto evidencia que a organização política de uma sociedade está fundamentada nas relações de produção. Deduz-se que a democracia burguesa, apesar de permitir a participação das classes exploradas na constituição do poder político, é uma democracia formal porque ela exclui o antagonismo de classe dos debates políticos, de modo que as disputas pelo poder político e as questões em pauta limitam-se a abordar o papel administrativo do Estado burguês, nunca apresentando as possíveis modificações de sua estrutura, ou a participação efetiva de toda a sociedade na tomada de decisões.

Ao elencar, aqui, alguns dos fatos que compuseram as eleições municipais, entre 1985 a 2012, queremos trazer a luz alguns elementos pelos quais possamos levantar questões a respeito das contradições da organização do poder na esfera municipal do Estado capitalista. Entretanto, reconhecemos que as negociações que formaram as composições de candidaturas em Marabá são envoltas em interesses que não podem ser conhecidos ou decifrados apenas pelo que nos parece ser. Reconhecemos que isto dificulta a desmistificação, ou mesmo o tratamento da totalidade das causas de arranjos e rearranjos na disputa pelo poder político, porém, isto não nos impede de realizar um estudo sobre a organização do poder político neste município até onde nossas pesquisas puderam alcançar.

### 3.1.1 Eleições de 1985

> Cédulas de voto dadas pela nação haviam se transformado em bilhetes de ingresso para o teatro político
>
> Karl Marx

A reabertura política significou não só, mas também a oportunidade de criar na esfera local um governo que representasse e atendesse os anseios e as necessidades da burguesia atuante na região. Em 1985, a cena política em Marabá era preenchida pela atuação de duas frações igualmente ávidas pelo poder político local. O candidato Osvaldo Mutran (PDS), membro da velha oligarquia castanheira, representava também uma burguesia agrária que buscava, por meio do controle do poder político local, reestabelecer as condições políticas que mantinham o seu poderio econômico. Em discursos de campanha Osvaldo Mutran fazia críticas as políticas econômicas implantadas na região pelo governo executivo, que se abrira aos interesses internacionais. O candidato do PDS via o Programa Grande Carajás como um inimigo das atividades econômicas tradicionais da região, ou seja, da exploração da castanha, principalmente porque a atividade de mineração havia aumentado os conflitos relacionados ao controle de terras na região. A luta política dessa burguesia agrária, porém, não se centrava apenas contra a nova burguesia industrial/comercial que se instalava aqui, mas contra a imensa massa de trabalhadores que buscavam o sonho da terra própria. Sonho que se concretizava por meio das ocupações de terras, outrora sob o controle dessas oligarquias.

Em sua campanha, Osvaldo Mutran mantinha dois discursos: um direcionado ao enfrentamento aos novos grupos econômicos, evidenciando os males trazidos pela mineração, e outro, que se destinava aos trabalhadores;

> Osvaldo Mutran pediu aos colonos e garimpeiros, que não atendam incitações de partidos ligados aos Partidos Comunistas, quando os mesmos comandam invasões, “não quero mais ver meus irmãos brasileiros matando uns aos outros. O meu desejo, é que todos trabalhem e vivam em paz” disse Vavá Mutran (VAVÁ, 1985, ed. 88, p. 5) [grifo do autor].

Osvaldo Mutran contava com o apoio de Sebastião Curió (PDS), deputado federal “eleito em 1982 à custa de muito dinheiro de Serra Pelada e dos “donos de barranco”” (KOWARICK, 1995, p. 237) [grifo do autor], haja vista que em 1985 Serra Pelada ainda fazia parte do município de Marabá. Osvaldo Mutran e Sebastião Curió eram acusados de incitar os trabalhadores contra a Companhia Vale do Rio Doce, uma empresa estatal que, no discurso de seus defensores, representava a salvação

da economia nacional. Isto pode ser observado na fala de João Chamon Neto, um vereador do PMDB que ao usar da palavra numa sessão na câmara municipal fez deste ato uma oportunidade não só de despolitizar o movimento político dos garimpeiros, como também de reduzir as reivindicações destes trabalhadores a uma manobra política de seus adversários.

> "O deputado do PDS, levando a tira-colo (sic) seu mais ferrenho ex-inimigo Vavá Mutran, esta pregando um ato de terrorismo", denunciou Chamon, "estamos expostos a um perigo sem precedentes devido a pregação sistemática desse deputado que alicia a consciência de pessoas crédulas, os garimpeiros". O líder da bancada do PMDB acrescentou, que tem sido inculcada nos garimpeiros a idéia errada de que a culpa pela falta de produção de ouro em Serra Pelada é da Companhia Vale do Rio Doce, no seu entender uma empresa "que está envidando o maior de seus esforços para ajudar o país a sair desse atoleiro" (CHAMON, 1985, ed. 91, p. 3) [grifos do autor].

O vereador Chamon fazia parte dos apoios políticos do candidato Hamilton Bezerra (PMDB), principal opositor de Osvaldo Mutran. Entre os apoiadores políticos de Hamilton estavam o então governador do Pará, Jader Barbalho; Asdrúbal Bentes, no período, presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, GETAT e Plínio Pinheiro, deputado estadual, filho de Osório Pinheiro, pecuarista da região. Estes apoios eram resultado de acordos que visavam criar laços no seio da burguesia comercial, industrial e alguns pecuaristas a fim de derrotar a velha oligarquia na eleição municipal. Naquele ano, Jader Barbalho havia mobilizado os empresários de Marabá em vista de fortalecer o PMDB na região, garantindo, assim, um espaço no bloco que alcançaria o poder político em 1985.

Apesar dos apoios de outras frações, o plano de governo de Hamilton Bezerra expressava seu comprometimento com as do comércio e da indústria. Entre suas propostas destaca-se a criação e implantação da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração que em parceria com a Secretaria de Abastecimento seriam responsáveis em subsidiar estes setores da economia local. Às classes despossuídas Hamilton prometia criar uma Assessoria Comunitária, a ASCOM, para **organizar** a participação popular nas tomadas de decisões. Prometeu também:

> Emprego e moradia "o governo do Estado está implantando o Distrito Industrial de Marabá para garantir emprego e desenvolvimento. As populações carentes vão ganhar o direito de morar. Vamos regularizar as áreas já habitadas e desapropriar outras de acordo com seus legítimos proprietários. Daremos condições às populações que aqui chegam, permaneçam e construam conosco este grande município" (HAMILTON, 1985, ed. 89, p. 7) [grifo do autor].

É importante destacar este perfil restritivo no qual se fixa a ilusão de participação política na democracia burguesa. Nota-se nas propostas de governo de Hamilton, candidato eleito em 1985, que enquanto as indústrias, o comércio e a mineração receberiam instrumentos e meios para viabilizar suas atividades, à classe despossuída era imposta, como meio de participação, uma assessoria que, na verdade, cumpriria o papel de filtro e de entrave para a articulação autônoma dos trabalhadores. Trabalho e moradia não representam apenas as reivindicações dos explorados, isto nada mais é do que uma necessidade própria do modo de produção capitalista, uma vez que a exploração da mais valia não se faz sem o trabalho, e o trabalhador, para produzir, necessita de um teto para renovar suas forças. A vinda das siderúrgicas e a implantação do Distrito Industrial em Marabá representou menos o desenvolvimento da região e mais a expansão e atendimento das necessidades do grande capital, com um crescimento degenerativo das periferias, com abundância de força de trabalho e carentes de serviços essenciais.

Em 1985, o candidato Hamilton Bezerra e a vice Adelina Bráglia, ambos do PMDB, saíram vitoriosos, porém os esforços de Hamilton, principalmente no que diz respeito à repressão dos movimentos populares, em vista de viabilizar os interesses daqueles que o haviam financiado, fez com que o perfil de seu governo e um rearranjo no cenário político contribuísse para o resultado das eleições seguintes. Adelina Bráglia por sua vez buscou fortalecer-se politicamente junto aos movimentos populares e associações de moradores. Isto, ao final do mandado, fez com que Adelina e Hamilton se tornassem inimigos políticos.

O desentendimento entre Hamilton Bezerra e sua vice, Adelina Bráglia, não se trata apenas de uma discordância de cunho pessoal, antes disto, simbolizou a contradição de um governo constituído com o apoio de movimentos populares, mas que visava fortalecer o setor industrial. Ao final do governo de Hamilton, a reabertura política evidenciava que o voto universal serviria apenas para camuflar as contradições e colocá-las no cenário político como consenso. Para a classe dominante, o voto popular representava “bilhetes de ingresso para o teatro político” (MARX, 2011, p. 58), dando vida a um consenso usado para impor às demais classes sociais os interesses de uma única fração, a qual almejava inculcar no imaginário da sociedade marabaense que a exploração mineral e a atividade siderúrgica representavam o fim de seus males sociais. No âmbito local, o que se

percebe é que a redemocratização política, ou melhor, a individualização da disputa política enfraqueceu a luta proletária, ao mesmo tempo em que concedeu às classes dominantes os meios e os instrumentos para se organizarem. “Este teor é a modificação da sociedade pela via democrática, desde que seja uma modificação” que mantenha a dominação de classe (MARX, idem, p. 63).

### 3.1.2 Eleições de 1988

> Enquanto a dominação da classe burguesa não se organizasse totalmente, enquanto não adquirisse a sua expressão política pura, o antagonismo em relação às demais classes tampouco podia aparecer de forma pura, e, onde aparecesse, não teria como assumir aquela versão perigosa que transforma toda luta contra o poder estatal em luta contra o capital.
>
> Karl Marx

Em 1988, o cenário político de Marabá mudou. A burguesia que havia unido forças contra a velha oligarquia se fragmentou. Em razão dos desacordos dentro do PMDB, que aglomerava diferentes camadas e frações de classes, o diretório do partido fora disputado por quatro chapas, que pleiteavam não apenas a direção no âmbito municipal, mas a chance de ser ou indicar o candidato a prefeito de Marabá. A chapa 01 era liderada pela vice de Hamilton, Maria Adelina Bráglia e o deputado Haroldo Bezerra, o qual passou atuar politicamente na região após ser nomeado prefeito durante o regime militar. Hamilton acusava sua vice de tentar alcançar o Executivo por meio de articulações com as associações de moradores e os movimentos populares. A rivalidade foi manifestada nos discursos do prefeito:

> É verdade que estou rompido com a vice-prefeita Adelina e é verdade que demitirei qualquer secretário, como já o fiz, ou funcionário que esteja ao lado dela, pois a Prefeitura é minha e eu sou o prefeito. Não tenho nada contra as organizações populares, porém se algum membro dessas entidades for funcionário da Prefeitura e estiver ao lado de Adelina, será sumariamente demitido (SUCESSÃO, 1988, ed. 165, p. 3).

A chapa 02 era liderada por Hamilton, o qual contava com o apoio do deputado Asdrúbal Bentes, o vereador João Chamon Neto, o pecuarista e ex-deputado Plínio Pinheiro entre outros políticos que atuavam na região. Na chapa 03, o presidente da Câmara Municipal, Antônio Ferreira Coelho via na eleição do diretório do PMDB uma oportunidade de negociação entre ele e a nova composição de candidatos para a prefeitura. Coelho tinha como opção de candidato a prefeito o mesmo nome que Adelina, Haroldo Bezerra; sua intenção era conquistar a

presidência do partido para melhor **negociar** sua participação no próximo governo. O vereador/empresário não omitiu sua pretensão;

> Eu sou Haroldista e nada tenho contra o prefeito Hamilton Bezerra. Mas, um detalhe, além de vereador, sou um empresário independente, não preciso de gorjetas da prefeitura. Agora, depois da eleição do diretório, posso negociar com o prefeito, com a vice... Mas tudo em torno do nome do deputado Haroldo Bezerra (RONDA, 1988, ed. 176, p.3).

A chapa 04 era liderada pelos médicos Geraldo Veloso e José Rocha Conceição, os quais, naquele momento, ainda não expressavam força política no partido, sendo denominada a chapa da opção. Com a vantagem de ter duas chapas em seu favor ao término das eleições do diretório, Haroldo Bezerra assumiu a presidência do PMDB municipal e, naquele ano, também foi o candidato do partido para o cargo de prefeito municipal, enfrentando Nagib Mutran (PDC), candidato que expressava o esforço de uma subfração da burguesia agrária em recuperar seu poderio político. Na discórdia de seus opositores Nagib viu a possibilidade de alcançar a vitória eleitoral. “Se eles já estavam fracos juntos, agora separados, a fragilidade se tornou maior, o que veio nos beneficiar” (CONVENÇÃO, 1988, ed. 176, p. 5), declarou Nagib Mutran ao jornal local.

A composição da candidatura do PMDB foi alvo de outras discórdias internas, agora, em torno do nome do candidato à vice. O ex-deputado Plínio Pinheiro fala sobre a importância da união para fortalecer o partido;

> O ex-deputado Plínio Pinheiro disse que passado o episódio da eleição do diretório era dever de todos se unirem em torno do Partido, para que ele permaneça forte e seja capaz de impedir um retrocesso na vida sócio-econômica (sic) e política de Marabá, com a ascensão dos que pleiteiam a qualquer preço assumir a direção do município. “Esses, nós conhecemos de longas datas” disse Plínio (RONDA, 1988, ed. 185, p. 3) [grifo do autor].

Plínio Pinheiro havia sido indicado por Asdrúbal Bentes e Jader Barbalho para ser o vice de Haroldo Bezerra, porém, ao invés de Plínio, Haroldo decidiu-se pelo empresário Antônio Carlos Miranda. Ao ter seu nome descartado, Plínio Pinheiro abandonou a campanha do PMDB hipotecando seu apoio ao até então rival, Nagib Mutran (CONFIRMADO, 1988, ed. 194, p. 4), aquele sobre o qual havia declarado que a vitória deste significaria o retrocesso político e econômico de Marabá. Os desacertos dentro do PMDB geraram inúmeros questionamentos e queixas sobre as

direções tomadas pela presidência do partido no município. Asdrúbal Bentes chegou a falar sobre as discordâncias no âmbito municipal;

> Asdrúbal Bentes esteve no final de semana em Marabá e explicou não ter participado da convenção municipal do PMDB por estratégia política, "porque as cartas já estavam marcadas". Lembrou a composição da chapa Haroldo/Plínio que teve a anuência e determinação do ministro Jader Barbalho, em reunião realizada em Brasília. "Entretanto, as forças que comandam a ditadura imposta pelo diretório do PMDB depuseram Plínio e colocaram um candidato de seu agrado, num total desrespeito e desobediência ao líder, presidente de honra e coordenador do partido no Estado (FORÇAS, 1988, ed. 196, p. 7).

Os desentendimentos internos ao PMDB provocaram uma configuração diferente na cena política de 1985 e, após as definições do partido para as eleições de 1988, novos acordos foram selados. O deputado Asdrúbal Bentes, o ministro Jader Barbalho, assim como havia feito Plínio Pinheiro, partiram para a campanha do PDC. Em uma carreata do candidato Nagib Mutran, Asdrúbal se fez presente e não desperdiçou a chance manifestar o apoio do PMDB nacional e de Jader Barbalho à candidatura de Nagib Mutran;

> Em sua chegada, acompanhado dos deputados federais peemedebistas, Asdrúbal Bentes e Fausto Fernandes e do ex-deputado Aziz Mutran, Nagibinho de declarou (sic) emocionado com tal acolhida e que "uma recepção calorosa destas me dá a responsabilidade de trabalhar ainda mais em prol do meu povo e de minha terra". A seu lado, o deputado Asdrúbal que desfilou em uma carroceria de caminhonete pedecista, declarou que "Nagibinho, sem sombra de dúvida, é o melhor candidato. Vamos trabalhar juntos com o apoio de nosso ministro Jader Barbalho e de todas as forças democráticas de Marabá" (NAGIBINHO, 1988, ed. 202, p. 5) [grifos do autor].

Na ocasião, o ruralista Nagib aproveitou para falar sobre seu plano de governo e sua agenda de ações, caso fosse eleito, incluindo em seus discursos compromisso com a implantação de novas indústrias em Marabá. "Para isso, afirmou estar recebendo o apoio de grande parte do empresariado no comércio, na indústria madeireira; fazendeiros". Nagib esclareceu que seu apoio à indústria se dava devido aos desmembramentos dos municípios de Parauapebas e Curionópolis, que haviam se tornado cidades ricas, enquanto Marabá um município pobre, com uma população abandonada. Sobre o apoio de Asdrúbal Bentes, Nagib discorreu: "o deputado é o virtual representante de Jader Barbalho que por sua vez, é patrono do PDC no Pará" (Idem, ibidem). Ao findar as campanhas, nas eleições de 1988, Nagib Mutran saiu em vantagem ganhando seu acesso ao Poder Executivo de Marabá.

No âmbito local, tanto o PDC quanto o PMDB eram partidos que representavam a continuidade da burguesia no poder político. Enquanto a candidatura de Nagib Mutran (PDC) representava o retorno da oligarquia, agora compromissada com os setores industriais, a eleição de Haroldo Bezerra (PMDB) significaria a continuidade dos setores representativos da indústria no bloco no poder. Vemos, pois, que esse setor se espraiava em diferentes frentes partidárias, ganhando cada vez mais força na arena política dos interesses econômicos em Marabá. Podemos dizer que o conturbado governo de Hamilton Bezerra (PMDB), marcado pela repressão aos movimentos populares influenciou o resultado das eleições de 1988, dando a vitória nas urnas para o candidato do PDC que, após eleito, migrou para o PMDB. Isto nos traz certos indícios de que a disputa pelo Poder Executivo de Marabá não se trata de uma disputa entre diferentes propostas de governo, no que diz respeito à mudança da configuração do poder político, mas por arranjos partidários pelo controle de "fatias" das possibilidades econômicas que essa região amazônica produz. Nestas circunstâncias, a eleição de Nagib Mutran pelo voto popular nos leva a crer que enquanto o antagonismo de classe (entre classe exploradora e classe explorada) não fosse visualizado, "enquanto não adquirisse a sua expressão política pura" (MARX, 2011, p. 81), permaneceria viva a ilusão de que os mecanismos da democracia burguesa podem promover a transformação da sociedade capitalista em outro tipo de sociedade, na qual seja possível a equidade econômica e social. É importante destacar que a luta proletária não se resume apenas pela tomada do poder ou que se constrói apenas contra a burguesia, mas busca combater a lógica da exploração capitalista, assim, como denunciar o caráter de classe da democracia liberal.

### 3.1.3 Eleições de 1992

> A fraqueza, como sempre, buscou refúgio na crença em milagres, acreditou ter vencido o inimigo por aplicar-lhe, em sua fantasia, um feitiço que o fizesse desaparecer e deixou completamente de compreender o presente em virtude dessa exaltação passiva do futuro iminente e dos feitos que trazia *in petto*, mas que alegava ainda não querer protagonizar.
>
> Karl Marx

O governo de Nagib Mutran não conseguiu representar a contento as expectativas de uma fração da burguesia que havia ajudado a vencer a eleição de 1988 e tal situação provocou uma reviravolta nas eleições de 1992. Setores que na

eleição anterior tinham se fragmentado, uniram-se novamente para superar, nas urnas, Plínio Pinheiro, candidato indicado por Nagib, agora no PMDB de Jader Barbalho. No lançamento da candidatura de Plínio Pinheiro, coligação "Frente do Trabalho", formada pelos partidos PDC, PMDB, PTB, PDS e PTR;

> O prefeito Nagib Mutran fez aos convencionais um breve balanço de sua administração e teceu críticas aos vereadores de oposição, os quais segundo ele, "nunca trataram ou debateram questões de interesse da comunidade. Comecei minha administração com oito vereadores e vou terminar com apenas dois, mas não me arrependo disso", ironizou (PLÍNIO, 1992, ed. 363, p. 5) [grifo do autor].

Em busca da reaproximação ao governo local, diferentes setores levantaram a mesma bandeira, a coligação "Frente pela Libertação de Marabá", composta pelo PSDB, PL, PFL, PST e PRN, e a "Frente pela Vida" formada na união do PT, PSB, PCdoB e PSS, tendo como candidato a prefeito e vice, respectivamente, Haroldo Bezerra e Reinaldo Zucatelli, um dos mais importantes revendedores de Veículos em Marabá[8]. O que se deduz é que o governo de Nagib havia atrapalhado ou dificultado as atividades da burguesia industrial, a qual buscava no Poder Executivo de Marabá o amparo legal da União, na esfera local, para proporcionar-lhe a exploração da mais valia a baixo custo por meio da viabilização da infraestrutura e de leis favoráveis às atividades industriais. Os indícios de tal conclusão aparecem no discurso feito por Haroldo Bezerra, nas eleições de 1992;

> "Torna-se imprescindível o desenvolvimento econômico global do município. Com a enorme potencialidade existente, pode-se atrair várias empresas para a cidade, desenvolver inúmeros projetos que abarquem grandes interesses empresariais e pequenos negócios". Haroldo garantiu que as indústrias que se afastaram de Marabá, por falta de apoio da prefeitura, serão chamadas a aqui se instalar, gerando empregos. "Desenvolvendo obras e condições infra-estruturais (sic), não só empresas, mas também grande número de trabalhadores poderão dedicar-se a atividades próprias, com condições dignas de sobrevivência, somando-se a um projeto de desenvolvimento econômico que a todos beneficiará" explicou Haroldo (TRABALHADORES, 1992, ed. 368, p.7) [grifo do autor].

Nesta conjuntura, Haroldo venceu as eleições de 1992 e, pouco depois, Nagib Mutran, após ser alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de Marabá, teve seus direitos políticos cassados. A inimizade entre a Câmara e o prefeito era uma realidade desde o início de seu governo e se estendeu

[8] Trindade Junior (s/d, p.93) diz que o Grupo Zucatelli é um importante comerciante de diferentes marcas de automóveis em Marabá e região: Agrale, Fiat, Chana, Iveco, Mahindra, SsanYong, Mistsubishi entre outras marcas, e que o grupo também é proprietário da RR agropecuária.

durante todo o seu mandato. Nagib era acusado de conduzir a prefeitura de Marabá “com mãos de ferro, infringindo a Lei Orgânica, o que ensejou uma CPI logo no início da administração”. Entre as queixas contra a atuação do prefeito “destacavam-se a compra de bens móveis em cuja operações figuravam como vendedores-credores do município, secretários municipais” (VEREADORES, 1992, ed. 381, p. 7). Com o prosseguimento das investigações da Comissão novos casos de irregularidades na gestão de Nagib foram surgindo;

> No último dia 21 de setembro, a firma Construsul forneceu de uma só vez à prefeitura 1.100 sacos de cimento ao preço de 49,5 milhões de cruzeiros. No rastro das irregularidades cometidas durante a administração Nagib Mutran, a Comissão Processante descobriu, à tarde de quarta-feira, que o prédio sede da empresa, na periferia da cidade, fora alugado até recentemente ao comerciante Janary Damacena, proprietário da Nova Capital e irmão de Artur Damacena, o também afastado secretário de finanças de Nagib Mutran. O declarado proprietário da Construsul, José Erivaldo Santos Silva, por sua vez, é empregado da Nova Capital. Somente nos 2º e 3º trimestre deste ano, conforme levantamento parcial, a Construsul vendeu à prefeitura 4.890 sacos de cimento, faturando com isso e outros materiais, Cr$636.385.148,00 (DEPOIMENTOS, 1992, ed. 385, capa).

A comissão descobriu que o débito parcial da prefeitura, em 1992, chegava a quase Cr$ 6 bilhões. Com a oitiva de alguns denunciantes foi verificada ainda a existência de funcionários fantasmas na prefeitura de Marabá. O exame das documentações referente aos gastos no governo de Nagib revelou um “pagamento efetuado à Construfox, no valor de Cr$ 1 bilhão”, mesmo sem a comprovação do serviço prestado. As investigações da Câmara acabaram por desvelar a relação entre o poder político e o poder econômico local levantando uma lista de 150 credores da prefeitura, o que pode ser observado no seguinte trecho:

> Levantamento parcial das contas a pagar do município revela que a prefeitura deve ao comércio local e fornecedores avulsos Cr$ 5,9 bilhões - ou mais de 34% do orçamento aprovado para o exercício financeiro de 1992. Desse total preliminar, são os maiores credores a Sulpará Caminhões (Cr$ 2,049 bilhões), a Revemar Veículos (Cr$ 488 milhões), revendedoras de auto-peças (sic) (Cr$763 milhões), Gl Pneus (Cr$ 215 milhões) – principalmente de componentes fornecidos a pessoas estranhas ao Exercício Municipal) (COMISSÃO, ed. 385, p. 5).

Após uma longa e tumultuada investigação, a Câmara Municipal de Marabá cassou o mandato do prefeito Nagib Mutran, deixando-o inelegível por oito anos, porém, os recursos pilhados jamais retornaram aos cofres municipais e nem retirou do cenário político os agentes da pilhagem, como veremos mais à frente. O governo

de Nagib Mutran levou a “privatização” do poder político municipal ao seu extremo, em seu sentido mais vulgar, a descarada corrupção; “dilapidação do patrimônio público, desvio de verbas, favorecimento de parentes e amigos”, a retransmissora de TV de sua família realizava convênios lucrativos com a prefeitura (IKEDA, 2011, p. 64), de modo que sua gestão nada mais foi do que a apropriação e uso audacioso da máquina administrativa para proveito próprio.

Nas eleições de 1992, os trabalhadores, em nome do interesse geral da sociedade marabaense, ou seja, para promover a derrota dos Mutran na cena política, aprofundaram-se ainda mais numa política descomprometida com seus objetivos reais. Com a eleição de Haroldo Bezerra para o Poder Executivo, a burguesia industrial saiu fortalecida, enquanto que a classe explorada “acreditou ter vencido o inimigo por aplicar-lhe, em sua fantasia, um feitiço que o fizesse desaparecer” (MARX, 2011, p. 31). A ampla coligação que levou Haroldo Bezerra ao poder, antes de representar o fim de um governo reprodutor de mazelas, implicava, ainda que sob o manto ideológico do progresso e melhorias prometidas pela revitalização do setor siderúrgico, a continuidade ou o aprofundamento das desigualdades sociais, visto que as necessidades e os anseios das classes exploradas não se encontram “em consonância com os interesses da burguesia e do capital, mas em contradição com eles” (Idem, p. 147).

### 3.1.4 Eleições de 1996

> Pretende-se que a indústria e o comércio, ou seja, os negócios da classe média, floresçam sob o governo forte como se estivessem sendo cultivados em viveiros.
>
> Karl Marx

Haroldo Bezerra (PSDB) chegou ao final do seu governo, em 1996, rompido com o vice, Reinaldo Zucatelli; a causa do rompimento seria porque o vice-prefeito havia feito acusações de corrupção envolvendo os secretários municipais. Em 1992, a composição Haroldo Bezerra e Reinaldo Zucatelli, eleitos com o apoio de uma ampla coligação formada por duas frentes partidárias, expressava a união entre diferentes forças sociais no intuito de impedir a continuidade, no poder político local, da velha oligarquia representada pela candidatura de Plínio Pinheiro. Em seu programa de governo, em 1992, Haroldo propunha desempenhar uma política aberta

a todas as classes sociais. Cumprir tal promessa lhe cobraria criar políticas que atendessem as necessidades das classes subordinadas, entretanto, a concentração de interesses contraditórios rendeu modificações na cena política de 1996, como veremos mais adiante, no caso relacionado ao massacre de Eldorado dos Carajás.

Petit (2003, p. 219) diz que para vencer em 1992, Haroldo Bezerra contou com uma ampla coligação de forças políticas, entre estas, os movimentos populares, "unidos pela vontade de derrotar os Mutran". Porém, o real interesse de diminuir a força política da família Mutran e das frações a ela aliadas pertencia aos setores industriais e uma fração da burguesia comercial que durante o governo de Nagib Mutran foram excluídas das ações do Executivo. Já os movimentos sociais, iludidos pela dissimulação na cena política, apoiaram a burguesia industrial contra os Mutran. Mais uma vez a decepção com a política aparecia na forma ilusória de que a causa de suas mazelas estava relacionada ao mau gerenciamento público.

O governo de Haroldo Bezerra e Reinaldo Zucatelli parece ter sido conflituoso justamente por conter uma aglomeração de interesses que reunia diferentes frações da burguesia local. Esse bloco havia alcançado o poder, nas eleições anteriores, com o apoio das classes exploradas, que, devido aos limites da democracia burguesa, não puderam ter seus interesses contemplados. O conflito entre a burguesia no bloco do poder durante o governo de Haroldo e Zucatelli foi explicitado pelo fato de prefeito e vice chegarem ao ano eleitoral seguinte, 1996, desunidos. O motivo do rompimento entre os dois, na cena política, deu-se porque Zucatelli havia feito denúncias públicas contra alguns dos secretários municipais de Haroldo. O ocorrido foi relatado pela matéria do Correio do Tocantins: "As denúncias feitas por Zucatelli renderam-lhe um jejum no poder", uma vez que os vereadores reuniram-se e votaram uma emenda à Constituição Municipal que permitia ao prefeito ausentar-se da cidade, por um período de até quinze dias, sem precisar transmitir o cargo para o vice, tudo isso para que Zucatelli não tivesse a chance de ocupar um lugar de decisão durante a ausência de Haroldo (RONDA, 1996, ed. 548, p. 3)[9].

[9] Não localizamos outras matérias que tratassem do tema para melhor descrever as ações praticadas pelos secretários municipais ligados ao prefeito Haroldo Bezerra, que levaram o vice prefeito, Reinaldo Zucatelli, a denunciar estes secretários. O que parece é que algumas Secretarias Municipais estavam beneficiando empresários locais. Não poderíamos excluir este fato, pois acreditamos que estas denúncias revelam não apenas os benefícios que estas Secretarias trazem aos aliados do poder político, bem como o conflito entre aqueles que por estas relações são beneficiados.

Meses antes da chegada do período eleitoral, o empresariado local mobilizou-se para formar as novas frentes de campanha; muitos se filiaram ao PSDB, partido de Haroldo Bezerra. Félix Miranda, presidente da Associação de Indústria e Comércio de Marabá – ACIM, agia em parceria com a Prefeitura Municipal para seguir o projeto de governo de Haroldo, o que na cena política se apresentava como uma união a fim de viabilizar a economia local com o intuído de desenvolver a cidade. Para isso, os empresários locais buscaram o apoio no governo estadual.

> Membros da Acim seguiram ontem em avião fretado para um encontro com Almir Gabriel. ***A delegação formada por Félix Miranda, José Diamantino, Leonildo Rocha, André Barbosa, entre outros, levou várias reivindicações de interesses do município, com destaque para o asfaltamento da BR-222 e recuperação da PA-150, municipalização do DIM [Distrito Industrial de Marabá], além da evolução sobre o Projeto Salobo (RONDA, 1996. ed. 546, p. 3).

Mesmo com o rompimento entre Haroldo e Zucatelli, o governo parecia seguir em harmonia e tudo apontava para uma eleição tranquila e a permanência das alianças e dos apoios ao bloco no poder. Um panorama da composição do poder político de Marabá, em 1996, nos é dado por Ademir Martins, no período, vereador do PT, partido da base aliada ao governo de Haroldo. Numa sessão da Câmara Municipal, Martins se manifestou contra a reaproximação do prefeito com o vice, uma vez que Zucatelli, com suas denúncias de corrupção, havia prejudicado o governo de Haroldo, já que “por quase um ano a Câmara e a prefeitura praticamente pararam” para apurar as denúncias do vice-prefeito. O vereador prosseguiu em sua oratória:

> Dos nove partidos reunidos em favor do então candidato HB [refere-se à eleição de 1992, que elegeu Haroldo Bezerra] permanecem no governo hoje apenas o PSDB, o PT (que tem a secretaria de Educação), o PC do B (que também tem uma secretaria), o PSB (que tem administração regionalizada de Morada Nova) e o PPS (que detém a Procuradoria Geral do Município) e agora o Partido Verde, que hipotecou apoio à administração municipal (ADEMIR, 1996, ed. 550, p.6).

A franqueza da qual o vereador se utiliza para apontar os quinhões de cada partido aliado ao governo de Hamilton Bezerra não se deve a inocência nem a um descuido do vereador do PT. Tal naturalidade com a qual Ademir Martins fala sobre a parte de cada partido ou cúpulas de partidos aliados no governo municipal é oriunda do caráter peculiar com que, nas regras da democracia burguesa, todas as alianças e acordos podem ser negociadas/barganhadas entre as lideranças

partidárias. Tal processo é naturalizado pela democracia burguesa, visto que, na cena política estas negociações são tidas como parte do **processo democrático**. Trata-se do processo abordado por Offe (1984), discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Estes acordos partidários possibilitam que os mais fortes tornem-se mais fortes na disputa política, pois nestes jogos de coligações e coalisões o poder econômico sai fortalecido e consegue sem grandes dificuldades apresentar a reprodução do capital como prioridade de governo.

Nas eleições de 1996, a continuidade desta **harmonia** partidária não seria possível. Um fato histórico redefiniu a cena política e juntamente com ela, as campanhas eleitorais daquele ano. O conflito entre trabalhadores sem terra e uma fração agrária, que levou ao massacre de dezenas de trabalhadores e suas famílias, em Eldorado dos Carajás, pôs em evidência a incoerência e a incompatibilidade entre os direitos sociais e a democracia burguesa. Antes do Massacre de Eldorado, o bloco no poder já havia apresentado a nova frente de onde partiria o candidato à prefeitura com o apoio de Haroldo Bezerra: a coalizão partidária, “Frente Marabá para Todos”, composta pelos partidos PSDB, PT, PCdoB, PPS, PDT e PSB (FRENTE, 1996, ed. 559, p. 11).

Na ocasião do lançamento do programa de compromissos programáticos da Frente Marabá para Todos, Haroldo Bezerra dizia que tal coalizão era fruto da experiência de um governo que se fazia presente na luta do homem do campo, assim, como acompanhava as demandas do empresariado local. Dentre os projetos criados durante sua gestão, Haroldo destacou o Movimento do Orçamento Participativo/MOP, que, segundo ele, havia aberto um espaço para que a comunidade marabaense pudesse acompanhar de perto e participar das discussões relacionadas à execução das obras públicas (HAROLDO, 1996, ed. 560, p.11). É importante lembrar que tais mecanismos de gestão compartilhada dentro das regras da classe dominante não representam um avanço no que diz respeito a participação política das classes subordinadas no campo das decisões do governo local, uma vez que, como lembra Saes (1987, p. 54), “o Estado burguês impõe invariavelmente limitações, definidos pelos interesses da classe exploradora, à ação do “órgão da democracia””. Deste modo, nenhuma pretensão das classes subordinadas, no que diz respeito a ação do Movimento do Orçamento Participativo, poderia exceder os limites impostos pelas frações da burguesia do bloco no poder.

Em contrapartida, as propostas de governo da Frente, visando atender as necessidades do poder econômico local, destacavam algumas das prioridades e as diretrizes de governo da Frente Marabá para Todos. Entre estas prioridades estavam: a luta para assegurar a implantação da metalurgia do cobre no Distrito Industrial de Marabá - DIM, a criação de políticas de incentivos fiscais, no intuito de desenvolver e contribuir para a ampliação do referido Distrito e a luta contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Para provocar o espírito de união e mobilizar os apoios à Frente Marabá para Todos, Haroldo Bezerra, discorreu:

> "Esse é um momento decisivo para a história de nossa cidade. O câncer em nossa política retrocedeu, mas não foi extirpado. Das nossas ações dependerão o avanço ou sua completa eliminação na vida política do município. Caso retorne, será com força total, destruindo todos os que estiverem à sua frente. Compete a nós, homens e mulheres realmente comprometidos com essa terra generosa, que tão bem acolhe a todos, não permitir que isso ocorra. Para isso, é fundamental que saibamos controlar nossas vaidades, que saibamos ter tolerância com as nossas diferenças", ensina Haroldo Bezerra (HAROLDO,1996, ed. 560, p.11) [grifos do autor].

As palavras escolhidas por Haroldo mostram indícios de que havia uma animosidade no bloco no poder que deveria ser contida para que não ocorresse a mesma fragmentação que, em 1988, contribuiu para eleição de Nagib Mutran, família a qual, em sua fala, Haroldo Bezerra denomina de câncer. No lançamento das propostas de governo da Frente Marabá para Todos estava presente o presidente da ACIM, Félix Miranda, que após confirmar seu apoio aos compromissos programáticos da Frente, salientou a necessidade e a importância dos projetos relacionados a economia local, destacando que em Marabá havia ainda muitos desempregados a serem beneficiados com o desenvolvimento do Distrito Industrial (Idem, ibidem).

Todavia, o Massacre dos Trabalhadores Sem Terra em Eldorado dos Carajás provocou efeitos na composição da Frente Marabá para Todos, visto que o governador do Estado do Pará, Almir Gabriel (PSDB), na cena política, fora responsabilizado pela ação da Policia Militar (RONDA, 1996, ed. 561, p. 3). Destaca-se que, tanto as razões as quais originaram as manifestações dos trabalhadores quanto a natureza da intervenção da polícia foram negligenciadas, atribuindo-se o ocorrido a uma questão de perfil de governo. Tal posição na conjuntura política é explicada nas implicações levantadas por Marx e Engels (2010), onde esclarecem que o entendimento político no capitalismo é elaborado a partir das limitações da

política burguesa para não comprometer as relações das quais se erguem tal sociedade. Marx e Engels advertem que a atuação dos partidos políticos se fixa na ideia de que o problema das desigualdades é oriundo da má administração de seus oponentes políticos e nunca da própria estrutura de Estado ou de sociedade capitalista.

Diante dos fatos ocorridos em Eldorado dos Carajás, as lideranças do PT decidiram romper com o governo municipal, já que Haroldo Bezerra era do mesmo partido do governador Almir Gabriel, responsabilizado pela ação da Polícia Militar contra os militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O presidente da agremiação, Luís Carlos Pies, esclareceu que os motivos da saída do PT do governo do PSDB em Marabá era uma "decisão unânime da militância e também por uma questão de coerência". Para materialização do rompimento o PT optou por entregar todos os cargos públicos ocupados pelo partido no governo de Haroldo (RONDA, 1996, ed. 562, p. 3). O prefeito Haroldo Bezerra ao se pronunciar em relação ao rompimento com o Partido dos Trabalhadores alegou que a liderança do partido estava cometendo um erro. Ao lamentar a decisão do PT, Haroldo afirmou que a falta do partido na coligação poderia provocar a volta de velhos grupos ao poder político local;

> "O que nos não queremos é que nosso município volte às mãos de pessoas inescrupulosas, que visam o poder para perseguir os humildes, que usam a violência como regra geral nos últimos 50 anos em Marabá; pessoas que usufruem do poder para praticar corrupção e enriquecimento ilícito e montagem de estrutura de meio de comunicação, para perseguir também os empresários locais, que foram humildes", disparou Haroldo Bezerra (HAROLDO, ed. 562, p. 7).

Para o prefeito, o motivo pelo qual o PT havia deixado o governo não representava uma questão relacionada ao seu partido, alegando que uma pesquisa realizada em Marabá, logo após o ocorrido em Eldorado, havia comprovado que apenas 1% da população local o culpava pelo massacre dos trabalhadores sem terra. Haroldo Bezerra aproveitou para lembrar a distância de 100 km entre a cidade de Marabá e o local onde se situava a manifestação na rodovia, também atribuiu a ação dos policiais ao despreparo da Polícia Militar paraense. Em relação às reivindicações políticas dos trabalhadores despossuídos, alegou que a reforma agrária não afetava e nem representava um problema para o governo local; tratava-se de um problema ser resolvido pelo governo federal.

Na ocasião, o prefeito aproveitou para esclarecer à população que, mesmo não tendo nenhuma responsabilidade sobre tal problema, o poder municipal estava aberto para negociações com o INCRA, e que, constantemente, ajudava os acampamentos dos sem terras, fornecendo-lhes alimentos, remédios e transporte, destacando inclusive que a Prefeitura de Marabá havia auxiliado a transportar os corpos das vítimas do massacre de Eldorado (HAROLDO, 1996, ed. 561, p. 7). A postura de Haroldo é um exemplo da limitação não apenas do poder político local, aqui entendido como poder político institucional (Prefeitura, Câmara e Secretarias municipais), no que diz respeito à luta das classes subordinadas, mas da própria estruturação do Estado capitalista que inviabiliza a organização política das classes dominadas e leva para a marginalidade todas as práticas reivindicativas dos explorados.

Como resultado da saída do PT, a coligação apresentada pelo bloco no poder muda o nome para “Unidos por Marabá”, agora integrada pelo PFL, PSDB, PTB, PRP, PDT e PV, apresentando como candidatos o médico Geraldo Veloso (PFL) para prefeito e o ex-secretário de obras da Prefeitura de Marabá, Sebastião Miranda Filho (PSDB), irmão de Félix Miranda, presidente da ACIM, para vice-prefeito (VELOSO, 1996, ed. 571, p. 5). As demais candidaturas foram apresentadas pelas coligações “Força do Povo”, do PSD e PMN, tendo como candidata à prefeita Elza Miranda; pela coligação “Trabalho e Desenvolvimento”, formada por PMDB, PL e PSC, com a candidata Cristina Mutran para prefeita. O PT, sozinho, apresentou o nome de Luís Carlos Pies para prefeito (RONDA, 1996, ed. 572, p.3).

Mesmo com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva para apoiar a candidatura do PT (LULA, 1996, ed. 573), Cristina Mutran do PMDB, que contou com os apoios de José Sarney e Jader Barbalho (SARNEY, 1996, ed. 583), obteve mais votos do que o partido dos trabalhadores. Ao falar sobre o resultado da eleição de 1996, Luís Carlos Pies, alegou que um dos problemas que prejudicaram sua campanha foi a falta de recursos financeiros. “Sequer cartazes nós tínhamos” (ALEGRIA, 1996, ed. 585, p.8), declarou o candidato do PT. Com a vitória dos candidatos, Geraldo Veloso e Sebastião Miranda, da coligação, “Unidos por Marabá”, o PMDB tentou suspender a apuração dos votos alegando suspeita de fraude (PMDB, 1996, ed. 585, p.8).

Os candidatos eleitos tiveram suas candidaturas impugnadas pelo Juiz da 23º Zona Eleitoral, que justificou tal ação baseada no crime eleitoral de abuso do poder econômico, caracterizado pelo fato de que os candidatos da coligação “Unidos por

Marabá" não teriam aberto uma conta corrente destinada às doações e gastos de campanha, o que impossibilitou a averiguação da quantia exata utilizadas pelos candidatos em sua campanha. Caso o processo de impugnação de Geraldo Veloso e Sebastião Miranda fosse adiante, a candidata Cristina Mutran assumiria o poder Executivo de Marabá (JUÍZ, 1996, ed. 594, p.8). Após os candidatos eleitos recorrerem à Justiça, o Tribunal Regional Eleitoral determinou a diplomação e a posse de Geraldo Veloso e Sebastião Miranda Filho. Na ocasião da diplomação o prefeito Veloso não quis falar sobre seu secretariado, alegando que aguardaria as indicações dos vereadores reeleitos, enfatizando a necessidade de um governo em parceria com a Câmara Municipal, adiantando que parte do secretariado de seu antecessor, Haroldo Bezerra, seria convidada a permanecer em seu governo (LIMINAR, 1996, ed. 595, capa).

Mesmo que o governo de Haroldo Bezerra tenha sido alvo de denúncias de corrupção semelhantes as que haviam retirado Nagib Mutran do poder, isto não impediu que o candidato que teve seu apoio, Geraldo Veloso, fosse eleito em 1996. Assim, a burguesia industrial conseguiu ramificar-se no cenário político e mediante uma prática estratégica, estabeleceu um pacto virtuoso entre o poder econômico e político em prol dos interesses comuns de diferentes setores capitalistas. Ideias e projetos que incluíam fazendeiros, grande comércio, mineração, construção civil e prometiam o desenvolvimento da região viriam a reboque da ampliação do Distrito Industrial e passaram a fortalecer-se "como se estivessem sendo cultivados em viveiros" (MARX, 2011, p. 151).

### 3.1.5 Eleições de 2000

> Era a condição incontornável da sua dominação *conjunta*, a única forma de Estado em que o interesse geral da sua classe podia submeter a si, ao mesmo tempo, as demandas das suas facções em particular e todas as demais classes da sociedade.
>
> Karl Marx

A união entre a Câmara de Vereadores e a Prefeitura fora rompida após a divulgação de uma entrevista do prefeito Geraldo Veloso a um jornal de Imperatriz (MA). Na entrevista Veloso acusou os vereadores de Marabá de não trabalharem em prol da população marabaense, além de atrapalhá-lo na administração da cidade, e que os recursos utilizados na manutenção da Câmara representava um gasto

injustificado. O líder da bancada do PSDB, na Casa Legislativa, o vereador Maurino Magalhães, ao ser consultado sobre as declarações do prefeito, alegou que não se sentia ofendido porque seu nome não havia sido citado.

> Apesar da defesa de Maurino, a situação da bancada governista começa a ficar delicada diante das ameaças de denúncias contra o Executivo já em vistas de serem feitas na Câmara e das declarações de Veloso, que têm resvalado dentro da cúpula do próprio PSDB, como é o caso de Haroldo Bezerra.*** **Segundo comentário no meio político, apesar de não querer transparecer, a base de sustentação do governo teria ficado abalada com as declarações de Geraldo Veloso e não será surpresa se houver rompimento no apoio dado ao Executivo** (RONDA, 2000, ed. 875, p. 3) [grifo do autor].

A relação entre a Prefeitura e a Câmara Municipal passou a ser notícia, aquecendo o debate que antecedeu as eleições de 2000. Principalmente, porque durante todo o governo de Geraldo Veloso, os vereadores eram vistos como “uma tropa de choque” que promovia os interesses do Executivo, “em qualquer circunstância”. A retribuição do prefeito Veloso para com o tão leal apoio da Câmara passou a ser questionada; “parece que os vereadores não merecem a mesma consideração da parte do gestor”, noticiou o jornal. O Correio do Tocantins deu detalhes da entrevista concedida pelo prefeito de Marabá ao jornal, maranhense, Folha do Dia, que gerou tanta repercussão às vésperas da eleição municipal em Marabá. Na ocasião, Veloso, além de declarar, “os vereadores é que se danem”, havia criticado seus antecessores, Hamilton Bezerra, Nagib Mutran e, seu então secretário Executivo de Transporte, Haroldo Bezerra, alegando que estes tinham deixado uma dívida absurda na prefeitura (PREFEITO, 2000, ed. 875, p. 5).

Mesmo fazendo parte do governo de Geraldo Veloso nas eleições de 2000, Haroldo Bezerra decidiu dar seu apoio à deputada Elza Miranda que deixou o PSDB e migrou para o PSD, a fim de candidatar-se à Prefeitura Municipal. Nas reuniões que resultaram na escolha do nome de Elza Miranda, haviam participado Haroldo Bezerra; o pecuarista Chico Miranda, marido de Elza; o presidente municipal do PSD, Manoel do Nilo; o empresário Antônio Cabeludo e Márcio Spíndola, entre outras lideranças do partido.

> O conteúdo do que ficou costurado nas negociações não foi revelado à imprensa, mas descobriu-se que Haroldo Bezerra exigiu a indicação do candidato a vice-prefeito, cujo nome ele ficou de anunciar até o dia 1º de Junho (RONDA, 2000, ed. 886, p. 3).

A repercussão das declarações de Geraldo Veloso em relação aos vereadores começou a influenciar na composição do cenário político de 2000 e, com isso, a bancada de oposição na Câmara Municipal começou a aumentar. Antônio Vicente (PTB) foi o primeiro vereador a manifestar sua opinião contra o governo municipal. “Vicente diz que passou três anos da sua vida de parlamentar perdido, vendo as coisas erradas, mas sem poder fazer nada porque estava inserido na base de sustentação governista”. O vereador Vicente iniciou uma onda de acusações, contra o prefeito Geraldo Veloso, feitas pela Câmara Municipal;

> O líder do PTB na Câmara disse que este ano participou, já na intenção de investigar, da licitação para a contratação de ótica para a fabricação dos óculos para atender ao projeto “Olho no Olho”, que destina óculos gratuitos a pessoas carentes. [...] o vereador endossado pelos colegas da oposição que também não pouparam críticas ao governo, diz que vai fazer um levantamento nos anos anteriores, quando, segundo ele, não houveram licitações, para saber se não estava havendo superfaturamento na aquisição dos acessórios (VEREADOR, 2000, ed. 887, p.3).

Logo após a modificação na postura da Câmara Municipal em relação ao Poder Executivo, Geraldo Veloso arrependeu-se e pediu desculpas por suas atitudes em relação aos legisladores (RONDA, 2000, ed. 888, p. 3). A candidatura à reeleição de Geraldo Veloso e Sebastião Miranda Filho ficou sob ameaça em razão das denúncias que apontavam irregularidades durante a administração destes;

> As denúncias feitas a Procuradoria Geral da República, em outubro do ano passado, de autoria do Conselho Municipal de Saúde, contra o prefeito Geraldo Veloso, apontando diversas irregularidades na aplicação de verbas federais na Secretaria Municipal de Saúde, não caíram no esquecimento com a simples exoneração, em novembro último, da então titular da pasta, Ana Lúcia Almeida. Acionado pela procuradoria, o Ministério da Saúde (MS) apreciou os documentos enviados como provas, julgou procedentes todas as denúncias e no início deste mês enviou à vereadora Bernadete ten Caten, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Marabá, cópia do parecer enviado ao Ministério Público Federal (AUDITORIA, 2000, ed. 890, p. 8).

Em respostas as denúncias contra o governo local, o vice-prefeito, Sebastião Miranda, atribuiu as acusações ao PT, o qual, segundo Miranda, vinha reunindo evidencias de irregularidades na gestão de Geraldo Veloso. A respeito das compras feitas pela Prefeitura sem a realização de licitação, o vice de Veloso, discorreu:

> As compras do valor de até R$ 8 mil podem ser feitas sem processo licitatório, como foi o caso das carteiras escolares, que o PT diz que a nota fiscal era de uma empresa desativada. Quando não há licitação e a nota fiscal de uma determinada compra está dentro do prazo da validade, não é

> a prefeitura que tem que investigar se a firma esta desativada (SEBASTIÃO, 2000, ed. 892, p. 5).

Perguntado pelo jornal sobre as compras de medicamentos no valor de R$ 13 mil sem a realização do processo de licitação, Miranda respondeu que “a vida humana vale muito mais do que uma pequena irregularidade”. Sobre as investigações e processos contra o governo dele e de Geraldo Veloso, Sebastião acusou: “Desde o primeiro dia de governo o PT foi contra nossa administração”, acrescentando que o Partido dos Trabalhadores sempre estava a frente das greves e manifestações realizadas em frente a prefeitura. “Eu acho que o PT está na contramão da história política de Marabá”, concluiu o vice-prefeito (Idem, ibidem). As investigações contra Geraldo Veloso se estenderam, e, para justificar seu cliente, Alberto Moraes, advogado de Veloso, declarou ao jornal que as denúncias de improbidade administrativa não incorreriam no afastamento de Veloso alegando que as falhas na gestão do então prefeito eram “perfeitamente justificáveis”, e que tudo não passava de perseguição política (ADVOGADO, 2000, ed. 908, p.3).

As candidaturas para a prefeitura, em 2000, foram divulgadas; Geraldo Veloso e Sebastião Miranda concorreriam a reeleição, pela composição “União por Marabá” formada pelos partidos PSDB, PSB, PDT, PTB, PSL, PST, PMN, PRP e PSC. Bernadete ten Caten e Hernandes Espinoza, pela “Frente do Povo”, composta pelos partidos PT e PCdoB (BERNADETE, 2000, ed. 918, capa) e ainda Plínio Pinheiro pelo Partido Social Democrata Cristão, PSDC. Cristina Mutran, esposa de Nagib Mutran, que havia iniciado o ano eleitoral fazendo campanha pelo PMDB, durante um comício de seu partido anunciou o apoio às candidaturas de Geraldo Veloso e Sebastião Miranda. Cristina manifestou aos presentes sua posição e convidou Geraldo Veloso e Sebastião Miranda, candidatos do PSDB, para subirem em seu palanque e usar da palavra, após o discurso destes, Cristina justificou: “tanto o Dr. Veloso quanto Tião Miranda são homens honrados e trabalhadores. As diferenças de opinião continuam, porém diminuirão se houver união” (ALIANÇA, 2000, ed. 938, p. 7). Com a desistência de Cristina Mutran, o PMDB contou com a candidatura de Manoel Paulino Araújo; Elza Miranda também concorreu à Prefeitura Municipal.

> Em suas propagandas Elza Miranda fez diferentes acusações contra o prefeito, exibiu um relatório do Tribunal de Contas dos Municípios mostrando irregularidades nas contas dos exercícios de 1997 e 1998 de

> Veloso, nos programas televisivos da candidata do PSD eram exibidas cenas da campanha das eleições de 1996, onde Geraldo Veloso fazia promessas não cumpridas. Em sua campanha Elza Miranda, afirmava que o candidato a reeleição, Geraldo Veloso, "não gostava de Pobre" (IKEDA, 2011, p.75).

Geraldo Veloso, que nas pesquisas de intenção de voto aparecia sempre em segundo lugar, venceu as eleições de 2000. Ao lado de Veloso, na carreata da vitória, destacou-se a presença de Cristina Mutran, marcando assim a aliança, naquele cenário, entre uma subfração da velha burguesia extrativista e uma burguesia comercial e industrial, estas representadas pelo governo de Geraldo Veloso e Sebastião Miranda. A vitória de Veloso, porém, fora atribuída ao recurso de boca de urna e diante das evidencias de fraude eleitoral. Elza Miranda, que havia ficado em segundo lugar no resultado de apuração dos votos, atribuiu a eleição do candidato da coligação "União por Marabá" ao abuso do poder econômico, o uso de fraudes e o controle sobre a máquina estatal. Mesmo com evidencias de que os candidatos Geraldo Veloso e Sebastião Miranda haviam sido beneficiados com a realização de fraude, os candidatos eleitos foram diplomados.

Nas eleições de 2000, um fato inesperado preencheu o cenário político, o grupo rechaçado aparece de mãos dadas com seus virtuais inimigos. A passeata da vitória onde Cristina Mutran figurou ao lado de Geraldo Veloso anunciava que, enfim, "latifúndio e indústria, podiam conviver sob o mesmo teto com os mesmos direitos" (MARX, 2011, p. 114), as diferentes frações pareciam ter percebido que sua dominação conjunta no plano local era incontornável. A união entre frações historicamente rivais anunciava o que estava por vir no cenário político, os ajustes aos novos moldes da dominação de classe no âmbito local.

### 3. 1. 6 Eleições de 2004

> Uniões, cuja primeira cláusula é a separação; lutas, cuja primeira lei é a indecisão; em nome do sossego, agitação caótica e sem conteúdo; em nome da revolução, pregação solene do sossego; paixões sem verdade, verdades sem paixão, heróis sem feitos heroicos, história sem eventos.
>
> Karl Marx

Em 2004, as divergências dentro de um mesmo partido abriu as disputas das eleições municipais. As principais tendências internas do Partido dos Trabalhadores, em Marabá, estavam em conflito. Isso, porque a vertente "PT pra valer", liderada por Luís Carlos Pies queria negociar o cargo de vice-prefeito, que poderia vir a ser com

o PDT de Sebastião Miranda ou com o PMDB de Asdrúbal Bentes. Em contra partida, as demais correntes queriam uma candidatura própria do partido. Luís Carlos acreditava que para aumentar as chances de vitória, o PT deveria unir forças com um destes partidos (PDT, PMDB), os quais tinham forte expressão política na região. O impasse foi resolvido com uma votação interna entre os membros do Partido dos Trabalhadores. As chapas em votação eram: “Para Ganhar e Governar”, encabeçada por Luís Carlos Pies e sua esposa, Bernadete Ten Caten, e a chapa “Por Uma Candidatura Própria”, liderada pelo vereador Raimundo Gomes da Cruz e o ex-vereador Ademir Martins (PT, 2004, ed. 1.300, p.2). A chapa “Para Ganhar e Governar” sai vitoriosa, com isto, Luís Carlos negociou o cargo de vice-prefeito com o PMDB formando a coligação “Frente do Povo de Marabá” composta pelo PMDB, PT, PSC, PMN e PRONA.

> Na companhia de seu vice Luís Carlos Pies, Asdrúbal Bentes concedeu uma entrevista ao CT, nela o peemedebista enaltecia o trabalho do PMDB Mulher alegando que os diferentes cursos promovidos pelo partido ajudavam a população carente a conseguir uma fonte extra para ajudar na renda familiar. Questionado sobre sua relação com o PT, Asdrúbal respondeu que a convivência era mansa e pacífica, “podemos até dizer que estamos em lua de mel”. Relatou que apesar das divergências, que é própria da democracia, a união entre os partidos havia gerado um único ideal, “o bem estar da comunidade” (IKEDA, 2011, p.81) [grifos da autora].

Nagib Mutran entregou a presidência do PMDB municipal para Asdrúbal Bentes e juntamente com Cristina Mutran migrou para o PFL, partido que tinha Demétrius Ribeiro, proprietário da Usina Siderúrgica de Marabá - USIMAR, no comando da agremiação. O nome do empresário era o mais cotando para concorrer à Prefeitura Municipal. “Com isso, Demétrius, que agora é tratado pelos amigos e companheiros não mais como usineiro e sim como empresário do ramo da saúde, também passa à condição de pré-candidato” (RONDA, 2004, ed. 1.285, p.3). Após as negociações Cristina Mutran candidata-se a prefeita de Marabá, tendo como vice Elza Miranda, agora de volta ao PSDB, formando a coligação “Marabá Muito Melhor”, que reunia os seguintes partidos PSDB, PFL, PHS, PRP e PTN.

Outra coligação que disputou o Poder Executivo foi a “União Pelo Trabalho”, composta pelos partidos PTB, PP, PL, PDT, PSB, PSL e PCdoB, tendo como candidatos Sebastião Miranda e Ítalo Ipojucan Costa. As eleições de 2004 contaram com uma quarta coligação, “Ética na Política” formada pelos partidos PPS, PV e PTdoB, tendo como candidato à prefeito Heiton Nonato da Silva, do PPS, que

recebeu apenas 214 votos. A saída do PPS da coligação “União Pelo Trabalho” foi atribuída ao fato de Sebastião Miranda não ter optado pelo nome de João Salame Neto para ser seu vice, como a coordenação do referido partido havia pedido. Sobre a escolha por Ítalo Ipojucan, temos o seguinte relato:

> A definição do nome do empresário aconteceu durante a madrugada, após longos dias de negociação. *** O PDT havia apresentado uma agenda de intenções com sugestões ao candidato a prefeito que viesse a ser apoiado pelo partido, entre eles o melhor posicionamento do município em questões como política industrial e participação da sociedade civil organizada (RONDA, 2004, ed. 1.332, p. 3).

Presente na convenção do PDT, o presidente da Associação de Comércio e Indústria de Marabá – ACIM, Félix Miranda, “a quem agradam as idéias de Ítalo de agregar um perfil mais ligado ao fortalecimento da indústria e do comércio no governo local”. Com isso, Félix Miranda afirmou que um governo municipal composto com o devido comprometimento com o poder econômico local atrairia novos investidores para Marabá (Idem, ibidem).

Para ganhar a simpatia dos eleitores, Elza Miranda, principal candidata de oposição à Sebastião Miranda, alegava que “enquanto um dos adversários chamou um empresário para vice”, ela havia buscado uma pessoa humilde e simples, Cristina Mutran (RONDA, 2004, ed. 1.355, p.3). Utilizando-se de uma política clientelista, Elza afirmava: “Assistencialismo, eu faço sempre”. Cristina também assumiu a postura de sua companheira de campanha e dizia que todos os seus trabalhos e intenções eram voltados aos menos favorecidos (ELZA, 2004, ed. 1.339, p. 4).

As eleições chegam ao fim com Sebastião Miranda Filho e Ítalo Ipojucan Costa eleitos. Acusado de usar a Prefeitura para eleger-se, Sebastião Miranda teve seu registro cassado devido a prática de compra de votos, materializada com a doação de lotes feita pela Prefeitura pouco antes das eleições municipais. A denúncia havia partido das candidatas da coligação “Marabá Muito Melhor”, de Elza Miranda e Cristina Mutran. Porém, após recorrerem a Justiça Eleitoral os candidatos da “União por Marabá”, Sebastião Miranda e Ítalo Ipojucan, foram diplomados.

Uma conjuntura onde a cena política foi marcada por disputas no interior de um único partido resultou numa coligação ideológica e historicamente contraditória, entre PMDB e PT, os quais, em nome da mudança defenderam a harmonia e passividade entre as classes antagônicas. Ao final do processo eleitoral as

denúncias de compra de votos ofuscaram o principal acontecimento das eleições de 2004. A burguesia industrial havia conseguido, “aparentemente”, de forma tranquila permanecer a frente do poder político de Marabá sem muita dificuldade, consolidando assim sua dominação tanto no plano econômico como no ideológico.

### 3.1.7 Eleições de 2008

> É claro que o sentimento religioso, quando está inebriado, quando não está sóbrio, considera-se o único bem. Ao detectar um mal, atribui-o à sua *ausência*, pois, sendo o único bem, é o único que pode gerar o bem. [...] Um político com sentimento religioso *sóbrio* não buscaria “auxílio” para a sua “perplexidade” na “exortação à intenção cristã feita por um pregador piedoso” [grifos do autor].
>
> Marx & Engels

Neste subitem nos ateremos aos principais acontecimentos que antecederam a eleição de Maurino Magalhães (PR) para prefeito de Marabá, em 2008. Maurino exerceu o cargo de vereador por cinco mandatos consecutivos, tendo sido eleito em 1988, 1992 e 1996 pelo PMDB; em 2000 pelo PSDB e em 2004 pelo PL, e, em 2008, alcançou a vitória eleitoral com uma campanha de expressivo apelo à sua vida religiosa. Em 2007, o candidato do PR lançou o livro “Vencer ou vencer, Maurino Magalhães: sua vida e sua história”, no qual se enaltecia a intimidade e o relacionamento com Deus e sua atuação política, resultando numa candidatura marcada pelo messianismo e a teocracia (IKEDA, 2011, p. 83-90). O candidato tinha como coordenador geral de sua campanha, o pastor evangélico, Vladimir Fernandes Costa, o qual, ao ser questionado sobre o assunto;

> Vladimir, por sua vez, fez questão de ressaltar que a sua adesão à campanha de Maurino é independente ao posicionamento da igreja Assembleia de Deus. “Aceitei devido ao convite especial que recebi do amigo e o faço tranquilamente na condição de empresário e de cidadão”, justificou (RONDA, 2008, ed. 1.777, p. 3).

No entanto, a eleição de Maurino não deve ser atribuída apenas ao sucesso do apelo místico de sua campanha, sobretudo, porque a partir de alguns fatos que antecederam o resultado das eleições de 2008 podemos seguir certos indícios de que a chegada de Maurino ao Poder Executivo Municipal, naquele ano, já havia sido não só ansiada, mas planejada por um grupo de políticos e por subfrações da burguesia local, o que pode ser observado na intervenção de Jader Barbalho que

resultou na renúncia do candidato Asdrúbal Bentes e seu apoio ao candidato Maurino Magalhães.

A composição da coligação “A Marabá Que Queremos”, proposta pelo PR, PRB, PSL, PTdoB, PTN, PRP, PRTB e PSDC, com os nomes de Maurino Magalhães para prefeito e do médico Nagilson Amaury como vice, surgiu depois de diversas especulações de possíveis acordos entre Maurino e Bernadete Ten Caten do PT; o candidato Asdrúbal, do PMDB, e com o vice-prefeito Ítalo Ipojucan, do PDT, (RONDA, 2008, ed. 1.764, p.3). Ao final do jogo de negociações, aproximações e rompimentos o que se percebe é que o perfil das composições de candidaturas para o cargo Executivo de Marabá foi construído a partir da interação entre estes quatro nomes que já no início do ano eleitoral eram tidos como pré-candidatos de seus partidos. Vejamos alguns dos fatos que marcaram os rearranjos nas eleições de 2008.

Asdrúbal Bentes (PMDB) foi o último a se apresentar como candidato, com a coligação “Por Amor a Marabá”, criada a partir do apoio de Elza Miranda e do empresário Demétrius Ribeiro, presidente do diretório do PSDB em Marabá. Para vice de Asdrúbal, Demétrius havia indicado um membro do PSC e num primeiro momento a vaga de vice da coligação foi ocupada por Luis Henrique Oliveira, do PSC (RONDA, 2008, ed. 1.770, p. 3), que dias depois foi substituído: “Houve mudança na chapa da coligação PMDB-PSC-PSDB para eleição a prefeito de Marabá”; entrou a pastora evangélica Regina Machado, também do PSC, como vice (RONDA, 2008, ed. 1.772, p. 3), porém, com a renúncia da pastora, o PSDB indicou uma nova vice para Asdrúbal, Naila Ribeiro, esposa de Demétrius Ribeiro (RONDA, 2008, ed. 1.776, p. 3).

> O apoio de Demétrius Ribeiro e Elza Miranda (PSDB) à candidatura de Asdrúbal Bentes (PMDB) a prefeitura de Marabá pegou de surpresa muita gente. O acordo foi confirmado apenas na noite de segunda-feira (30) [de junho] e deu novo perfil à disputa, uma vez que até então o PMDB estava sozinho. Demétrius não cedeu a pressão que recebeu da direção estadual do partido que decidira apoiar Maurino Magalhães (PR). O industrial, que é presidente do diretório local do PSDB, teria ido à convenção do PR sem saber que ali os deputados Suleima Pegado e Wandenkolk Gonçalves declarariam com todas as letras o aval a Maurino (RONDA, 2008, ed. 1.771, p. 3).

O empresário Demétrius se dedicou à candidatura de Asdrúbal Bentes e assumiu ele mesmo muitas ações relacionadas à campanha da coligação “Por Amor a Marabá” (RONDA, 2008, ed. 1.774, p. 3). Sua dedicação à vida pública, no

entanto, não se limitou a promover apenas o candidato da coligação e, em julho de 2008, Demétrius lançou sua autobiografia “Do alto do coco ao Senado”, tendo na orelha do livro um texto escrito pelo presidente do senado, José Sarney, para quem a história de vida de Demétrius Ribeiro “é uma lição, uma demonstração de um Brasil de oportunidades” (RIBEIRO, 2008).

> O livro recebe 10 mil exemplares em Língua Portuguesa, mil em inglês e mil em espanhol. Mas o que faz dele o melhor do gênero já publicado em Marabá não é apenas o luxo da impressão ou a agradável diagramação. A história do menino que nasceu no povoado do Alto do Coco, município de Tuntun - MA, é narrada de forma inteligente e com linguagem atrativa.
> [...]
> Para exemplificar seu instinto natural para a venda, Demétrius relembra que no início do garimpo de Serra Pelada, ele tentou descobrir o que faria para ganhar dinheiro naquele local. Ao perceber o esforço e dificuldade dos garimpeiros para quebrar pedras e extrair o ouro, acabou criando um britador, máquina que se tornou sucesso de vendas em Serra Pelada (DEMÉTRIUS, 2008, ed. 1.782, p. 3).

A publicação do livro em si talvez não seja um fator de importância para a composição das campanhas de 2008, por outro lado, a autobiografia de Demétrius Ribeiro, empresário industrial e comerciante, alimenta, no campo da luta ideológica, a ilusão de que um trabalhador braçal, por meio de seus próprios esforços, pode galgar outros lugares na divisão social do trabalho. Na epigrafe do referido livro o empresário traz um versículo bíblico, III João verso 12, no qual se afirma que um personagem com o mesmo nome, Demétrius, somente praticava o bem, pois se tratava de um homem que procedia de Deus. Aqui se percebe que o sentimento religioso foi acionado para reforçar a ideia de que a política deve ser feita pelos bons governantes, ou ainda, pelos bons gestores.

Toda a estrutura de campanha de Asdrúbal Bentes[10] foi fornecida por Demétrius, proprietário da Usina Siderúrgica de Marabá – USIMAR e, devido ao seu comprometimento com a principal fonte financiadora, nos discursos do candidato não poderia deixar de estar presente o projeto de desenvolvimento a ser buscado via a verticalização da mineração. O tema siderurgia passou a ser recorrente na cena política, principalmente, porque estavam em pauta nas discussões de todos os candidatos: a ampliação do Distrito Industrial de Marabá; a verticalização do aço, promovida pela Siderúrgica Norte Brasil - SINOBRAS (POLÍTICOS, 2008, ed. 1.760,

[10] No momento em que finalizamos este trabalho, Asdrúbal Bentes foi condenado pelo Supremo Tribunal Eleitoral a três anos, um mês e dez dias de prisão, em regime aberto devido a prática de compra de votos com cirurgias de laqueadura durante o processo eleitoral de 2004, quando concorreu à Prefeitura de Marabá (ASDRÚBAL, 2014, ed. 2.649, p.3).

p. 3); a construção da Hidrovia Araguaia Tocantins “projeto para viabilizar a navegação comercial entre Marabá e Vila do Conde” (HIDROVIA, 2008, ed. 1.767,p. 5) e a implantação da Aços Laminados do Pará - ALPA (MARABÁ, 2008, ed. 1.777, p. 5). O material enviado ao Correio do Tocantins pela assessoria da coligação “Por Amor a Marabá” informava:

> Asdrúbal vai cobrar dos dirigentes da Vale que a empresa não se preocupe apenas em produzir e exportar aço, mas enraizar o desenvolvimento na forma da produção de conhecimento e exportação não apenas commodities, mas também tecnologia e conhecimento sobre a melhor forma de extrair e processar alumínio, ferro, aço e outros minérios (ASDRÚBAL, 2008, ed. 1.789, p. 4).

No entanto, outros interesses cruzaram o posicionamento de Asdrúbal Bentes e este retirou sua candidatura a prefeito de Marabá e logo após anunciou seu apoio ao candidato Maurino Magalhães (PR), informando inclusive a participação do PMDB no governo de Maurino, caso este fosse eleito (ASDRÚBAL, 2008, ed. 1.802, p.5). “A adesão de Asdrúbal a campanha de Maurino teria sido sacramentada” pela articulação entre Jader Barbalho (PMDB) e Anivaldo Vale (PR), “caciques regionais de seus partidos” (REPORTER, 2008, ed. 1.802, p. 3). A desistência de Asdrúbal não teria sido em comum acordo com seu até então parceiro de coligação Demétrius Ribeiro (PSDB);

> Especulou-se num blog de internet que candidatos a vereador do PMDB, depois da renúncia de Asdrúbal Bentes (PMDB), foram surpreendidos com “bate porta” na TV Eldorado, onde estavam sendo gravados os programas de televisão da coligação, até então patrocinada pelo empresário Demétrius Ribeiro, dono da emissora e marido da então candidata a vice na chapa de Asdrúbal, Dra Naila. Segundo esse blog, “a ordem de Ribeiro é deletar tudo, sem direito a cópia”, bem como proibir o acesso de qualquer candidato às dependências da TV (VOZ, 2008, ed. 1.805, p.3) [grifos do autor]

Apesar de sair do cenário político Demétrius não deixou de contribuir para as candidaturas de 2008; com a desistência de Asdrúbal Bentes, a Usina Siderúrgica de Marabá – USIMAR, investiu R$ 201.000,00 na candidata a prefeita do PT, Bernadete ten Caten, coligação “Marabá Quer Muito Mais” formada pelos partidos PT, PSB, PHS, PDT e PMN. Demétrius também não se afastou totalmente do PMDB já que mesmo depois do anúncio da renúncia de Asdrúbal, o empresário doou R$ 25.800,00 para o candidato a vereador, o ex-prefeito, Nagib Mutran (PMDB)[11].

[11] Os valores referentes ao financiamento de campanha encontram-se disponíveis no site http://www.tse.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais.

A coligação “Marabá Quer Muito Mais”, da candidata Bernadete ten Caten (PT), teve a adesão do PDT após o prefeito Sebastião Miranda Filho (PTB) ter anunciado seu apoio ao candidato João Salame Neto (PPS), da coligação “União Pelo Trabalho” com a integração do PTB, PPS, PP, DEM, PV, PCdoB. Decepcionado com a escolha do prefeito Sebastião Miranda em apoiar outro candidato, o vice Ítalo Ipojucan Costa entregou seu cargo de presidente do PDT, durante a convenção do referido partido (REPÓRTER, 2008, ed. 1.769, p. 3). Ao anunciar sua decisão Ítalo salientou que não estava abandonando a política, todavia, “razões particulares o levaram a decidir por se retirar” daquele processo eleitoral.

> Os filiados do Partido Democrático Trabalhista (PDT) não escondiam, durante a convenção, a tristeza e a insatisfação com a mudança total de rumos que tomou a indicação a sucessão do prefeito Tião Miranda pelo grupo governista. Nas projeções de boa parte dos pedetistas, aquela convenção deveria ter sido a principal do final de semana, ratificando o que todos davam como certo nos últimos meses: a candidatura do atual vice-prefeito Ítalo Costa à Prefeitura de Marabá (ÍTALO, 2008, ed. 1.770, p. 5).

Ainda na convenção do PDT foram expostos os possíveis rumos do partido nas eleições de 2008, “as propostas eram de aliança com o PT de Bernadete ten Caten ou com o PR de Maurino Magalhães”. Ambos os candidatos estavam presentes na convenção pedetista e ambos ao usar da palavra falaram da necessidade da composição do PDT em suas coligações. “Ten Caten foi além e disse que num eventual governo seu” o PDT teria voz ativa e ocuparia espaço no governo nas secretarias municipais. Ao final da apuração dos votos dos membros do PDT, Bernadete levou a melhor, firmando o acordo com o referido partido (Idem, ibidem). Assim, foi definida a coligação “Marabá Quer Muito Mais”, em 2008.

O candidato João Salame Neto, coligação “União Pelo Trabalho”, que contava com o apoio do prefeito Sebastião Miranda Filho, para conseguir os apoios necessários “tentava arregimentar outros partidos para compor com seu grupo”, a fim de se fortalecerem para encarar o candidato que disparava nas pesquisas, Maurino Magalhães.

> Tião e João Salame foram direto para a convenção do PV, onde conseguiram de última hora que o presidente da legenda Jorge Bichara, abrisse mão de sair candidato a prefeito para apoiar João Salame e Pedro Corrêa Lima [ex-secretário de saúde do município], este como candidato a vice (PTB, 2008, ed. 1.770, caderno 3, p. 3).

Em sua campanha, João Salame explorou a imagem do prefeito Sebastião Miranda. Em seus comícios reforçava; “Nesta eleição, Tião é o candidato de fato, e eu, de direito” (Idem, ibidem). A campanha de Salame buscou tanto refletir o apoio do prefeito “Tião” que a Justiça Eleitoral proibiu a aparição do prefeito na campanha de mídia do candidato da coligação “União Pelo Trabalho”. Para a Justiça “a figura do prefeito municipal” confundia-se com a do candidato João Salame (JUSTIÇA, 2008, ed. 1.810, capa). Após o pleito eleitoral venceu o candidato Maurino Magalhães (PR).

Atrelado a uma política personalista o sentimento religioso roubou a cena nas eleições de 2008. A ideia de um controle divino sobre a organização social de Marabá deu o tom às eleições municipais. O pastor evangélico, presidente da Assembleia de Deus em Marabá, Sales Batista, ao falar sobre as qualidades de Maurino Magalhães, que o habilitavam para ocupar um cargo de liderança política discorreu;

> Em primeiro, o descreveria como um homem de Deus. Um homem que frequenta a Igreja – assíduo. Ele nasceu para ser político. [...] Tem um coração voluntário e está à disposição de Deus e de quem o cerca. Maurino, como político, eu daria nota quase máxima para ele, pois é uma reserva moral, um bom homem público como provam seus cinco mandatos, com vitórias consecutivas (BORGES, 2007, p.134).

Em 2008, o apelo ao espírito religioso contribuiu para que a teatralização atingisse seu ápice. A política tinha como alvo a boa intenção dos corações devotos, “um sentimento religioso tão cheio de si, *inebriado* até, este que nega ao “*Estado e à autoridade*” a competência para a “*solução de grandes males*”, buscando-a na “*união dos corações cristãos*”” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 28) [grifos do autor]. Apesar das promessas de sucesso certeiro o governo de Maurino foi repleto de casos de corrupções. Seus bens pessoais saltaram de R$ 483.000,00, declarados ao Tribunal Eleitoral, em 2008, para R$ 1.180.000,00, em 2012. Para a sociedade marabaense a eleição de Maurino fora um fracasso, todavia para uma determinada parcela de comerciantes e industriais, representou altos níveis de lucros.

### 3.1.8 Eleições de 2012

> E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas

> pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções da sua realidade.
>
> Karl Marx

Jader Barbalho, em outubro de 2011, durante um encontro do PMDB municipal lançou a pré-candidatura do empresário Ítalo Ipojucan Costa, presidente da ACIM, Associação Comercial e Industrial de Marabá, pelo referido partido. Na ocasião estavam presentes: Helder Barbalho, "articulador da filiação do empresário" no PMDB; o deputado Asdrúbal Bentes; o vereador, presidente da Câmara Municipal, Nagib Mutran e sua esposa, ex-deputada, Cristina Mutran. A "cúpula do PMDB tratou de reforçar a posição de Ítalo Costa, destacando sua liderança e filiação" num partido que poderia lhe dar suporte para que este chegasse ao governo do município de Marabá. "Junto com ele, Ítalo, levou consigo para o PMDB uma série de colegas empresários, como Clewis Alegretti, Danúbio Ferreira, Albérico Araújo Júnior (Roque) e César Olivi" (PMDB, 2011, ed. 2.271, p.8). Ao usar da palavra o pré-candidato do PMDB abordou sua origem de "trabalhador braçal quebrando pedra na brita", recurso discursivo próprio das classes dominantes em apelo ao apoio das classes exploradas, fortalecendo a ilusão de igualdade entre os agentes sociais de classes opostas, como também a ideia de que um agente social, cujo lugar privilegiado na divisão do trabalho e que se estabelece sob a relação de dependência das classes exploradas, pode promover os interesses das classes em desvantagem econômica. Ou ainda de que qualquer um, independendo de seu lugar na produção, de acordo com o seu esforço individual, um dia pode vir a ocupar um lugar de privilégio na divisão do trabalho e na conjuntura política. Sobre os apoios políticos que recebera, Ítalo discorreu:

> "Tenho certeza que foi uma decisão acertada. Quero agradecer ao Helder Barbalho pelo convite, ao Asdrúbal e ao Nagib pela recepção e a todos os outros partidos com os quais conversamos e dos quais recebemos convites para integrar", pontuou o presidente da Acim (Idem, ibidem) [grifo do autor].

Em janeiro de 2012, já havia cinco pré-candidaturas para o cargo de prefeito de Marabá; Sebastião Miranda (PTB), Ítalo Ipojucan (PMDB), Gilberto Leite (PT), Jorge Bichara (PV) e João Salame Neto (PPS) (LINHA, 2012, ed. 2.319, p.3). Com intuito de angariar outros partidos e apoios políticos com expressão positiva junto ao eleitoral local, João Salame articulava possíveis acordos, "fazendo corte ao PT de

Bernadete Tem [sic] Caten, ao PV de Jorge Bichara e até conversando com Ítalo Ipojucan (PMDB)" (RONDA, 2012, ed. 2.310, p. 3).

Mesmo que na disputa pelo governo local os candidatos estivessem em lados opostos, empresários e políticos se uniram e realizaram uma mobilização para promover alguns setores da economia local, tendo a viabilização da ALPA como assunto estratégico principal. Como a expectativa da população em torno da ALPA é muito grande pelos empregos que, dizem, serão gerados, essa foi a promessa comum de todos os candidatos. Isto se mostra numa visita ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, durante o mês de abril. Nesta visita estavam presentes o presidente em exercício da ACIM, Ítalo Ipojucan, e o ex-presidente, Gilberto Leite; o deputado Sebastião Miranda; o presidente do Sindicato das Indústrias Mineradoras do Pará, José Fernando e o presidente do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração), José Fernandes Coura. Na opinião de Sebastião Miranda a reunião com o ministro havia sido muito produtiva, uma vez que Pimentel havia se mostrado receptivo ao projeto da siderúrgica em Marabá. Ítalo Ipojucan revelou que o apoio do "presidente do IBRAM, Dr. José Fernando Coura, foi um aliado estratégico", principalmente, porque a viabilização da Hidrovia Araguaia Tocantins e a retomada da navegabilidade, representa um pré-requisito para a implantação da ALPA em Marabá; "Foi o presidente da Acim o responsável por apresentar ao ministro os detalhes das transformações pelas quais Marabá está passando, ligados à perspectiva de instalação da Alpa, Aline e do polo metal-mecânico" (MAIS, 2012, ed. 2.357, p. 2). Logos após a viagem a Brasília, Ítalo Ipojucan pediu o afastamento da presidência da ACIM, para dedicar-se ao processo eleitoral de 2012, assumindo o seu lugar, o vice, o empresário Mauro Souza, do setor de material de construção (ACIM, 2012, ed. 2.372, p. 2).

Ainda no mês de abril, o Correio do Tocantins publicou a primeira pesquisa "registrada no TSE sob o número PA-00003/2012", realizada pelo jornal em parceria com a IBRAPE, a fim de conhecer o nível de intenção de votos para os pré-candidatos ao cargo majoritário nas eleições locais. O resultado com respostas espontâneas apontou: 36% para o deputado, Sebastião Miranda (PTB); 13% para o empresário da comunicação, João Salame Neto (PPS); 3% para prefeito em exercício, Maurino Magalhães (PR); 2% para o vereador, Miguel Gomes (PP); 1% para Luiz Carlos Pies (PT) e 1% para o empresário do ramo de hotelaria, Ítalo Ipojucan (PMDB) (TIÃO, 2012, ed. 2.349, p. 5). De acordo com o jornal;

> A seis meses das eleições municipais de 2012 e a três do início da campanha oficial, os cenários começam a ficar mais claros para os eleitores e os pré-candidatos trabalham para viabilizar alianças e se fortalecer. Se as eleições fossem hoje, no entanto, o novo prefeito de Marabá, seria um velho conhecido dos munícipes, o deputado Tião Miranda (PTB) (Idem, ibidem).

Diante da conjuntura que se apresentava, no âmbito local, para o processo eleitoral de 2012, os até então oponentes, João Salame (PPS), Luis Carlos (PT) e Jorge Bichava (PV), anunciaram o acordo entre seus partidos, acrescentando a este somatória o PMDB de Ítalo Ipojucan.

> De olho nas eleições municipais de outubro próximo, cinco partidos selaram o que denominam de um "protocolo de intenções" para caminharem juntos em prol de um projeto político para administrar a Prefeitura de Marabá entre os anos de 2013 e 2016. Representantes do PT, PPS, PDT e PV estiveram na Redação do CORREIO DO TOCANTINS na última quarta-feira, 17 [abril], e informaram que o PMDB também faz parte da aliança (CINCO, 2012, ed. 2.354, p. 5).

Na ocasião, Luis Carlos, do PT, disse ao jornal que a composição destes partidos e a sua própria atuação a frente do governo local, caso obtivesse êxito nas eleições de 2012, caminharia em direção a luta pela criação do Estado do Carajás. "Começamos uma discussão sobre o futuro da cidade como Capital de Carajás", disse o petista. Já Roberto Salame, irmão do candidato João Salame, que falava em nome de seu partido, o PPS, afirmou; "Precisamos ter um candidato que mostre compromisso com a causa do Estado do Carajás" (Idem, ibidem). O interesse de Jader Barbalho, de que o PMDB tivesse uma candidatura forte, que alcançasse o governo de Marabá, seria para somar forças em prol da candidatura de seu filho, Helder Barbalho, para governador do Pará em 2014. "Neste panorama, seria péssimo para o partido a vitória de Tião Miranda (PTB) aqui em 2012, devido à ligação dele com o atual governador Simão Jatene (PSDB)" (RONDA, 2012, ed. 2.372, caderno 01, p. 3). Jader Barbalho, teria inclusive tentado um acordo com o PR de Maurino Magalhães, como havia feito em 2008, mas ao final das negociações fechou com a chamada "terceira via".

Na Câmara Municipal, o vereador Nagib Mutran, presidente da Casa Legislativa, registrou oficialmente o seu rompimento com o governo de Maurino Magalhães (PR). "Durante a Sessão Ordinária desta terça-feira, 8 [maio], na Câmara Municipal de Marabá, o presidente Nagib Mutran Neto (PMDB) anunciou que estava saindo da base aliada do prefeito Maurino Magalhães de Lima". O vereador

declarou-se cansado de orientar o prefeito Maurino, sem obter sucesso em suas observações a respeito dos erros do gestor. “Conversei várias vezes com o prefeito, dei conselhos, mas não adiantou. Fui fiel a ele quando foi afastado por determinação judicial, mas agora não podemos seguir o mesmo caminho”. Sobre a intervenção de Jader Barbalho nas decisões do PMDB local, Nagib argumentou; “O PMDB de Marabá não aceita em hipótese nenhuma interferência da cúpula do PMDB do Estado” (MAURINO, 2012, ed. 2.363, p. 5).

Maurino Magalhães (PR) teve um governo conturbado e seu mandato cassado pela Justiça, em virtude de ter utilizado o chamado “caixa 2”, financiamento não declarado, na campanha de 2008 (MAURINO, 2011, ed. 2.271, p. 5). Depois disso Maurino foi afastado do cargo por várias vezes. No primeiro ano de governo, o vice Nagilson Amoury, nomeado Secretário de Saúde, após ser alvo de uma investigação de fraude, havia sido preso e por conta disso renunciou ao cargo de secretário (EU, 2009, ed. 2.000, p. 4). Dentre outros casos de improbidade administrativa durante o governo de Maurino Magalhães, destacam-se a operação chamada de “Fios de Ouro”, porque investigava “um suposto esquema de superfaturamento na realização de cursos de cabeleireiro, manicure e corte e costura, realizados por meio da Secretaria Municipal de Ação Comunitária”, num esquema que havia beneficiado a empresa Norte Cosmético, só em 2012, em R$4.428.379,70 (EMPRESA, 2012, ed. 2.358, p. 4). Outras, alvos de instigações do Ministério Público e da Polícia Civil, foram as Secretarias Municipais de Finanças e de Obras, nestas, uma operação denominada “Mar de Lama”, revelou um desvio acima de R$ 20 Milhões, levando a prisão do “ex-secretário municipal de Obras dos governos de Geraldo Veloso, Sebastião Miranda Filho e Maurino Magalhães, Lucídio Collinetti Filho”, que durante as crises do governo de Maurino havia sido exonerado do cargo (ESCÂNDALO, 2012, ed. 2.435, p. 4). Em agosto de 2012, o Ministério Público Estadual pediu a prisão do prefeito e de seu secretário de Saúde, Nilson Piedade.

> A justificativa da promotora de Justiça Sabrina Said Daibes de Amorim é de houve desvio de recursos do Fundo Municipal de Saúde, cuja verba é depositada mensalmente pelo governo federal. Todavia, o dinheiro não é administrado pela Secretaria de Saúde, mas estaria indo para a conta da Prefeitura, usar como lhe aprouvesse.
> Além disso, o MP também justificou que os medicamentos e insumos de dezenas de cadeirantes, que são obrigações da SMS, não estão sendo repassados há vários meses, colocando a vida deles em risco. O município

> também não está prestando contas ao Conselho Municipal de Saúde, um fato considerado grave.
> Outro caso preocupante na saúde do município que levou o MP a pedir a prisão do prefeito e do secretário de Saúde é o caos que assola o Hospital Municipal (HMM), com falta de medicamentos, insumos, e que levou médicos e demais servidores a paralisar o atendimento nos ambulatórios e não realizar mais cirurgias eletivas (MP, 2012, ed.2.409, p. 5).

Diante das acusações e investigações, Maurino Magalhães alegava que tudo se tratava de perseguição política. Quem também ingressou com uma representação contra o prefeito foi o Sindicato dos Trabalhadores Públicos do Pará (SINTEPP); a causa seria porque vários servidores municipais estavam tendo o vale alimentação, bem como, o valor referente a empréstimos descontados em seus contracheques, porém, a prefeitura não estava repassando o dinheiro aos bancos. O SINTEPP sugeriu à Câmara Municipal a abertura de um processo de cassação contra Maurino Magalhães, todavia o parecer jurídico do procurador da Casa advertiu que a denúncia não tinha legitimidade *ad causam*. “A denúncia, neste caso, como, aliás, também prevê o caput do art. 247 do Regimento Interno da Câmara, têm que ser feita por “qualquer munícipe eleitor, vereador em partido político com representação na Câmara Municipal””, afirmou o procurador (CÂMARA, 2012, ed. 2.408, p. 2) [grifos do autor].

O pedido de abertura da Comissão Processante para investigar a denúncia do não pagamento de vales alimentação e de empréstimos de servidores, finalmente entrou em debate numa sessão da Câmara, todavia, ficou sem ser votado, desta vez, porque alguns dos vereadores pediram a exclusão do nome do vice alegando que “o doutor Nagilson [Amoury] não tem nada a ver com isso. É preciso que se retire o nome dele”, afirmou o vereador Ronaldo Yara, apoiado por seus pares. Na sessão, a votação provocou novos confrontos entre os vereadores, Vanda Américo e Nagib Mutran, resultando no adiamento da denúncia para a sessão seguinte, já “com o nome de Nagilson de fora” do processo de cassação (CASSAÇÃO, 2012, ed. 2.423, p. 5).

Maurino Magalhães, além das investigações que enfraqueciam o seu nome como candidato a reeleição, havia perdido apoios políticos, entre estes estavam uma parte de políticos ligados ao PT que diante dos sucessivos escândalos de corrupção na Prefeitura Municipal se coligou à Frente de apoio à João Salame. Sobre o apoio do PT à reeleição de Maurino Magalhães existem alguns pontos importantes, pois durante todo o mandato, a vereadora Antônia Albuquerque do PT desempenhou o

papel de oposição ao governo na Câmara Municipal. Todavia, nas eleições de 2010, o prefeito havia dado apoio à candidatura da deputada Bernadete também do PT. Assim, o apoio do PT a Maurino, nas eleições de 2012 não seria o resultando de um consenso dentro do Partido dos Trabalhadores, mas, sim, fruto de desentendimentos entre as lideranças das diferentes vertentes que compõem o diretório municipal do PT. Estas, após as eleições de 2012, permanecem em conflito devido aos rumos tomados pelo partido em relação aos apoios e as ações de seus líderes[12]. Ao narrar uma discussão entre o prefeito e a deputada Bernadete Ten Caten (PT), o jornal Correio do Tocantins destacou que:

> O gestor [Maurino Magalhães] teria dito que os petistas o haviam traído e que a união deles com João Salame (PPS) era o pagamento que estavam pagando (sic) por ele ter ajudado na campanha dela (Bernadete), inclusive tendo disponibilizado ao PT vários cargos no governo dele (REPÓRTER, 2012, ed. 2.386, p. 3).

O prefeito também perdeu a vice-candidata em sua chapa, Elza Miranda (PR), que teve a candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral por não ter votado nas eleições de 2010 (JUSTIÇA, 2012, ed. 2.401, p. 4). A coligação "A Marabá que Queremos", dos partidos PP, PSC, PR, DEM e PTdoB, que apresentava o nome de Maurino e de Elza para os cargos de prefeito e vice tentou recorrer, mas o Tribunal Superior Eleitoral manteve a decisão. Com isto, Elza Miranda anunciou que estaria aberta a negociar seu apoio a qualquer outro candidato a prefeito (TSE, 2012, ed. 2.420, p. 5). Após a saída de Elza, Maurino conseguiu o apoio de uma igreja evangélica, de onde surgiu sua nova vice, a bispa Edna Lusia de Sousa (PSC) (RONDA, 2012, ed. 2.423, p. 3).

[12] O PT pra valer, maior tendência do PT municipal, dirige o partido em Marabá há 30 anos. A tendência tem como representantes Luiz Carlos Pies, atual vice prefeito de Marabá e sua esposa Bernadete Ten Caten que em novembro de 2013 disputou contra a vereadora Antônia Albuquerque, da tendência Articulação Socialista à presidência do diretório municipal. Antônia Albuquerque alcançou 49,9% dos votos dos filiados contra 50,9% de Bernadete no Processo de Eleição Direta. (TOINHA, 2013, ed. 2.602, p. 4). É importante destacar que a vereadora Antônia era da mesma vertente da deputada Bernadete, porém, em 2010, devido a aproximação da deputada e Maurino Magalhães nas eleições daquele ano, houve conflitos internos no PT local devido ao apoio do gestor a candidatura de Bernadete ocasionando a saída da vereadora Antônia da tendência PT pra Valer. Apesar da vertente PT pra Valer não ter perdido as eleições internas do partido, em 2013, existem certas questões a serem analisadas: o período em que o PT pra Valer está a frente do PT municipal e o número de votos alcançados por Antônia, indicam dois fatos, o primeiro é que um único grupo conseguiu por três décadas controlar o partido, e, o outro é que os 49,9% de votos alcançados contra o PT pra Valer indicam uma insatisfação interna em relação a direção do partido. Tal assunto pode vir a ser tema de novas pesquisas sobre a organização do poder local, tendo como foco o histórico dos partidos e sua relação com os diferentes grupos econômicos locais, já que o PMDB, PSDB, PDT assim, como o PT, são partidos fortes na região, ligados, de alguma forma, ao poder econômico local.

A Igreja Assembleia de Deus - que na eleição de 2008 havia dado suporte na campanha do prefeito, tendo inclusive a coordenação geral feita pelo pastor Vladimir Fernandes Costa, ambos membros da congregação - continuou a dar apoio ao prefeito. Em 2012, o pastor Sales Batista, presidente da Assembleia de Deus, ao final do culto anunciou o apoio da igreja aos candidatos a vereadores Leodato Marques (PP), Priscila Veloso (PDT), Geraldo Lazário (PR) e Irismar Sampaio (PR) e ao candidato a reeleição Maurino Magalhães, ocasião em que o líder religioso aproveitou para orar pelo prefeito (RONDA, 2012, ed. 2.401, p. 3). Este apoio não era um consenso dentro das entidades religiosas de mesma denominação, uma vez que a Igreja Assembleia de Deus Missão anunciou "oficialmente o apoio a candidatura de João Salame Neto (PPS)". Antes do anúncio, os pastores da denominação Missão haviam se reunido com Maurino Magalhães, Sebastião Miranda e João Salame, optando por este último (RONDA, 2012, ed. 2. 423, caderno 01, p. 3).

O vice, Nagilson Amoury (PRB), também, não permaneceu com Maurino Magalhães e na convenção de seu partido "fez discurso e tudo já indicando o nome de Tião para prefeito". No evento partidário, o vice deixou firmado seu rompimento com o governo de Maurino (RONDA, 2012, ed. 2.386). O candidato Sebastião Miranda, pela coligação, "Trabalho e compromisso por Marabá", com os partidos PRB, PTB, PRTB, PSB, PSDB, PSD e PCdoB investiu numa campanha que destacava sua atuação durante o período que havia ficado a frente do governo de Marabá, tanto que seu *slogan* de campanha havia sido criado buscando despertar a memória do eleitorado sobre o Tião, como é conhecido; "Marabá. O trabalho está de volta".

Entretanto, seu principal concorrente havia buscado um *slogan* cuja frase remetia a um passado mais recente, a luta pela criação do Estado do Carajás. João Salame optou por se autodenominar "O Prefeito do **SIM**". Tal frase fazia sentido ser usada em um processo eleitoral em Marabá, onde o **SIM** por Carajás alcançou 92,03% dos votos válidos (PLEBISCITO, 2011). Logo, este *slogan* certamente traria para o candidato João Salame uma marca política de grande aceitação entre a população local. A frase sozinha não teria sentido, mas a conjuntura política da região lhe deu um forte efeito nas eleições de 2012.

Buscando abrir vantagem sobre Sebastião Miranda (PTB), que liderava as pesquisas de intenção de voto, não só João Salame (PPS), mas Maurino Magalhães

(PR) tentaram criar uma imagem negativa do candidato do PTB, alegando que este representava o NÃO para Carajás. Os candidatos do PPS e do PR passaram a argumentar que “Tião” seria o candidato do NÃO, “pois tinha o apoio do governador” Simão Jatene (PSDB), o qual era acusado de ser contra a criação do Estado do Carajás. Diante destas acusações que eram feitas nos programas de TV das coligações de oposição ao candidato do PTB, Tião reagiu:

> Duas semanas após a propaganda na TV e rádio iniciar, Tião tirou da cartola um programa inteiro em que mostrou sua participação na luta pela criação do Estado do Carajás e na campanha do Plebiscito. O programa do Horário Eleitoral Gratuito apresentou, inclusive, depoimentos de três deputados estaduais – Martinho Carmona, Celso Sabino e do próprio João Salame – os quais reconheceram que Tião teve participação destacada na campanha pela criação do Estado de Carajás (CARAJÁS, 2012, ed. 2.413, p. 4).

Após o referido programa ir ao ar, a coligação “Mudança pra Valer”, do PDT, PT, PMDB, PSL, PPS, PHS e PV, tendo João Salame (PPS) como candidato a prefeito e Luis Carlos Pies (PT) como vice, ingressou com um processo na Justiça Eleitoral alegando que o candidato Sebastião Miranda havia se utilizado da imagem de Salame indevidamente. No entanto, o juiz da 100ª Zona Eleitoral de Marabá, na análise da petição da coligação de Salame, indeferiu o pedido. “A legislação diz que é proibida a montagem, a trucagem, mas que neste caso parece estar tudo contextualizado”, explicou o chefe do Cartório da 100ª Zona Eleitoral, Glênio de Souza. Ao ser consultado pela equipe do Correio Tocantins, João Salame justificou que “Tião participou da luta no início da campanha Pró-Carajás e depois se ausentou” (Idem, ibidem).

Numa visita a Marabá, a ex-governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), que veio participar da entrega de máquinas do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, em 58 municípios na região, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, prestou uma entrevista ao Correio do Tocantins, onde falou sobre a importância da participação do seu partido nas eleições municipais.

> “É importante juntar forças para defender legados que são importantes para o município. Legados que não encontram aqui em Marabá uma defesa firme. Como por exemplo, a defesa da Alpa [Aços Laminados do Pará], a nossa siderúrgica, que foi o nosso governo que fez o esforço para trazer para cá, lógico com o apoio do então presidente Lula e da então ministra Dilma. Mas estamos vendo que a Alpa está paralisada porque o governo do Estado não está dando a menor importância para esse projeto que vai

> transforma Marabá e o Pará. Vai gerar emprego, renda e oportunidades" (EX-GOVERNADORA, 2012, ed. 2.386, p. 5) [grifos do autor].[13]

Sobre a composição da coligação para as eleições em Marabá, Ana Júlia informou; "O PT avaliou que tinha de se juntar com quem tinha condições de vencer e de fazer uma política em parceria com o governo federal" (Idem, ibidem). Nestas condições, o que se percebe é que o apoio selado entre PT e PPS, para a composição da chapa tendo João Salame como candidato a prefeito e Luiz Carlos Pies como vice, fora precedido de negociações e acordos nas esferas federal e local;

> O PT (Partido dos Trabalhadores) convocou seus 1.243 filiados em Marabá para um encontro municipal nesta quinta-feira (7) [junho] em que pretende definir sua estratégia eleitoral em 2012. [...] O convite enviado aos filiados deixa claro que a proposta a ser analisada é de composição com o PPS, de forma que Luis Carlos Pies concorra como candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada por João Salame Neto. >>> Segundo o partido, essa parceria teria o apoio de outras legendas (RONDA, 2012, ed.2.375, p. 3).

O Partido Verde (PV), presidido pelo médico Jorge Bichara, que havia lançando sua pré-candidatura a prefeito de Marabá (PARTIDO, 2012, ed. 2.373, caderno 01, p. 4), também caminhou em direção à coligação de Salame onde almejava o lugar de vice, porém, após fazer uma pesquisa para checar a intenção de voto, entre ele e o petista Luis Carlos, desistiu da candidatura. "Apesar de algumas pessoas aguardarem uma 'guerra' pelo vice de Salame Jorge Bichara preferiu não criar polêmica", abrindo mão de ser candidato (PV, 2012, ed. 2.386, p. 8).

E o pré-candidato do PMDB, Ítalo Ipojucan, também teve sua posição afetada pela astúcia e iniciativa do adversário João Salame (PPS), o qual negociou diretamente com Jader e Helder Barbalho o apoio do PMDB a sua candidatura, "principalmente tentando convencê-los de que o seu rompimento com Simão Jatene" era pra valer. Salame afirmou aos líderes do PMDB que seria o "único que poderia, como prefeito de Marabá, dar amparo e apoio a Helder", durante sua campanha para governador em 2014. Asdrúbal Bentes, presidente do diretório do PMDB em Marabá, "foi chamado a comparecer a Belém" e, mesmo dizendo não saber do que se tratava, revelou que a pauta da reunião com Jader e Helder Barbalho não deveria

[13] Na verdade, essa é uma promessa que não se cumpre porque não interessa nem à VALE e nem ao Governo Federal, uma vez que, no lugar que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, a exportação do ferro bruto gera mais dividendos ao capital do que os custos de implantação de uma grande siderúrgica que fará concorrência a outras gigantes existentes em países como China, Japão, Estados Unidos, entre outros.

“fugir do panorama eleitoral de Marabá” (REPÓRTER, 2012, ed. 2.376, caderno 01, p. 3). Assim, o PMDB se esquivou da candidatura de Ítalo Ipojucan, como manifestado pelo próprio candidato que deduziu que o seu partido seguiria em direção a coligação com o PT, PV e PPS (RONDA, 2012, ed. 2. 375).

No fim da corrida eleitoral, a coligação “Mudança pra Valer” vence o pleito, elegendo João Salame Neto para prefeito e Luis Carlos Pies (PT) para vice. Com o resultado, Sebastião Miranda declarou à impressa, “que só tinha adversários na campanha” e que a partir de então todos trabalhariam juntos por Marabá. O candidato eleito também se mostrou receptivo sobre o assunto de união em prol de Marabá; “Eu dizia sempre na campanha que isso não é uma guerra, é uma disputa para que escolhêssemos o melhor projeto, programa para poder administrar a cidade”, concluiu (PREFEITO, 2012, ed. 2.428, p.5). Entretanto, este foi além e ao mencionar o rival na disputa pela Prefeitura Municipal;

> Salame disse que após ser divulgado o resultado das eleições, recebeu um telefonema de Tião Miranda parabenizando-o pela vitória e se colocando à disposição, como deputado, para trazer recursos para Marabá. “É isso que a gente espera dos homens públicos, essa postura de correção e de equilíbrio”, sentenciou (Idem, ibidem).

Ainda em dezembro de 2012, a coligação de João Salame fora alvo de um pedido de cassação apresentado pelo Ministério Público Eleitoral. Neste, era solicitado a cassação tanto do registro de candidatura quanto da eventual posse; alegava-se a inelegibilidade de João Salame, seu vice Luiz Carlos e de mais quatro vereadores; Irismar Sampaio (PR) e Leodato Marques (PP) que haviam alcançado um espaço na Câmara Municipal, e ainda de Geraldo Lazário (PR) e Priscila Veloso (PDT), não eleitos.

> Trata-se de uma ação de investigação judicial eleitoral por arrecadação ilícita de doação eleitoral, abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio [...].
> Segundo a denúncia do MP [Ministério Público] Eleitoral, durante a campanha, todos os denunciados teriam utilizados de benefício da Igreja Assembleia de Deus Missão em Marabá, a maior instituição evangélica do município. “O benefício consistiu na realização de propaganda eleitoral e apoiamento explícito às suas candidaturas, através, inclusive, da utilização de informativo institucional da referida entidade religiosa (Assembleia de Deus – Boletim Informativo), com escancarada violação às normas eleitorais” diz a denúncia.
> Para o Ministério Público, o panfleto oficial da Assembleia de Deus fere a norma da propaganda eleitoral, consistindo no recebimento de recursos financeiros de fonte absolutamente vedada, ou seja, bem estimável em dinheiro. “O recebimento da benesse foi escamoteado e omitido nas prestações de contas dos investigados; todavia, em relação ao primeiro

> investigado (João Salame), chegou ao ponto de ser incluído na propaganda institucional da entidade religiosa seu CNPJ de campanha" (MP, 2012, ed. 2.458, p. 6) [grifos do autor].

O panfleto da Igreja Assembleia de Deus Missão teria sido distribuído nos mais de 100 templos da referida entidade religiosa. Neste, destacava-se que a "Igreja decide apoiar João Salame a prefeito de Marabá" (Idem, ibidem). Ao ser questionado sobre o assunto;

> João Salame ponderou que ações dessa natureza estão virando rotina no País, fruto de uma legislação precária, hipócrita, principalmente no que diz refere ao financiamento de campanha [...].
> Na avaliação do prefeito eleito, no bojo dessas mudanças, ocorrem ações corretas por parte do Ministério Público e outras que fogem da realidade, que não são justas. "É o caso dessa ação que foi movida contra nós, com todo o respeito ao Ministério Público, mas acho que ela carece de substância, por que todos que me conhecem em Marabá sabem que não faço política dando brindes, camisetas" (SALAME, 2012, ed. 2.459, p. 4).

Salame alegou que a acusação de captação ilícita de recursos movida contra ele, envolvendo o Boletim Informativo da Igreja Assembleia de Deus Missão, era frágil, dizendo ter esperança do bom discernimento do Poder Judiciário. Para mostrar sua sintonia com a instituição religiosa, ao referir-se a ação da Justiça, Salame fez menção a um versículo bíblico; "que saibam separar joio do trigo" (Idem, ibidem). Ao abordar a transição de governo revelou que o prefeito Maurino Magalhães apresentou-se prestativo e acessível fornecendo as informações necessárias para que o prefeito eleito tomasse pé da situação da Prefeitura Municipal, porém observou a falta de organização do ex-prefeito. A falta de organização referida por João Salame referia-se a uma gestão marcada por escândalos de desvios de dinheiro público. Em 2013, Maurino Magalhães e alguns de seus ex-secretários tiveram seus bens bloqueados pela Justiça. A origem do processo que levou o bloqueio de bens estava relacionada à uma dívida que em dezembro de 2012 chegou a R$ 11.337.780,98, valor relativo aos recursos do IPASEMAR, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Marabá, os quais foram descontados dos servidores, mas não repassados ao Instituto (BENS, 2013, ed. 2.609, p. 5).

Nos primeiros dias do ano de 2013, Marabá conheceu a nova equipe que faria parte do poder político local. Entres os escolhidos por João Salame para compor seu governo, destacamos; Antônio de Pádua Andrade, para a Secretaria de Obras, uma

indicação de Asdrúbal Bentes (FILHO, 2013), Luiz Bressan, presidente do diretório do PT em Marabá, para a Secretária de Educação; Roberto Salame Filho, irmão do prefeito Salame, para a Secretaria de Planejamento; Gilson Dias, presidente do PPS municipal, para a Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá (SDU); o vereador Nagib Mutran, do PMDB, para a Secretaria de Saúde; Ítalo Ipojucan, ex-presidente da ACIM, para a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração; Jorge Bichara, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e presidente do PV, em Marabá, para a Secretaria de Agricultura; e Ademir Martins, ex-vereador do PT, e assessor do governo de Ana Júlia Carepa PT, para a Secretaria de Administração (A NOVA, 2013, ed. 2.464, p. 8).

No cenário político de Marabá, a burguesia local se arroga representante dos explorados, mas, em 2013, a farsa alcançou seu ápice: políticos e empresários locais convocaram os movimentos sociais para uma manifestação em reinvindicação dos projetos anunciados pelos governos federal e estadual para a região, trata-se do movimento “O minério é nosso. Hidrovia e verticalização já”. Na pauta de reivindicações estavam: a verticalização da mineração, a ampliação do Distrito Industrial de Marabá, a implantação da ALPA e a construção da Hidrovia Araguaia Tocantins (REVOLTA, 2013, ed. 2.578, p. 6). O não acontecimento do evento pela ausência dos movimentos mostra que estes estão cientes de suas necessidades e o cunho de suas reais reivindicações: “nas lutas históricas deve-se diferenciar tanto mais as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses” (MARX, 2011, p. 61).

## 3.2 ABRINDO AS CORTINAS: O PODER LOCAL E AS CLASSES DOMINANTES

Dizer que as lutas das classes exploradas não ganham expressão na disputa pelo poder político é o mesmo que dizer que a política praticada pelas classes ou frações dominantes visa frustrar o avanço da política de revolução social. Podemos dizer que as práticas políticas da burguesia em si já possuem os aspectos, tanto no nível econômico quanto no ideológico, das contradições e do próprio caráter da luta das classes dominantes, cuja construção tem como objetivo principal a desarticulação e a dominação das classes exploradas. Nesta perspectiva, em Marabá, o que se observa é que a predominância política da burguesia comercial e industrial articula e combina a dominação econômica e ideológica destas frações

sobre as demais classes e frações de classe, ao mesmo tempo em que resulta de um esforço político por parte da burguesia em seu conjunto, seja ela agrária, do comércio ou industrial, em manter seus privilégios a favor da exploração dos que trabalham e criam as riquezas sem delas usufruírem.

No que diz respeito à luta de classes, os partidos que atuam na ordem capitalista são, ou melhor, representam os interesses concretos das frações dominantes, seja porque são diretamente dirigidos por empresários locais ou devido a supremacia do poder econômico promovida por meio do financiamento de campanha, ou ainda, em acordos entre empresários e políticos que ocupam a direção destes partidos no âmbito municipal ou regional. O cenário eleitoral de Marabá deixa claro que os partidos funcionam como grêmios da burguesia local; em 1985, e, nos anos que se seguem, Jader Barbalho tem sido o cacique regional do PMDB; o PSDB esteve sob a tutela de Haroldo Bezerra, em 1996, e depois em 2008 e 2012 aos cuidados do industrial Demétrius Ribeiro; o PT desde 1985 nunca saiu do controle ou/e influência de Luis Carlos Pies e sua esposa Bernadete Ten Caten; Asdrúbal Bentes e Nagib Mutran sempre tiveram o porto seguro no PMDB de Jader Barbalho. Estes, entre outros exemplos que poderíamos citar expressam a apropriação de espaços estratégicos para que as frações ou subfrações da classe dominante que disputam o controle do poder em Marabá continuem a frente do poder político local, ora aparentemente se confrontando e quase sempre estabelecendo alianças.

Dentro desta lógica, os partidos políticos são como trampolins usados para a participação nas eleições municipais, o que pode ser observado no ano de 2000, quando Elza Miranda mudou do PSDB para o PSD para poder ser candidata à Prefeitura Municipal de Marabá; ou ainda em 2004, quando Nagib Mutran e sua esposa Cristina Mutran deixaram provisoriamente o PMDB para que Cristina fosse candidata à prefeita pelo PFL, partido que naquele ano tinha Demétrius Ribeiro na direção. O uso dos partidos para fins de disputa pelo poder político também pode ser visualizado pelo abandono destes após o pleito eleitoral, como é o caso de Nagib Mutran que, depois de sua eleição para prefeito pelo PDC, em 1988, migrou para o PMDB; ou de João Salame que se elegeu pelo PPS, em 2012, a prefeito de Marabá e logo após migrou para o PROS. Os acordos, mesmo que temporários, entre partidos políticos, longe de representar uma disputa de ideologias ou propostas de modelos de sociedade, expressam os esforços das frações e subfrações da

burguesia local em garantir espaços de participação durante os mandatos de seus aliados. Já o temperamento da relação entre Câmara e Prefeitura Municipal obedeceu ao espírito de reciprocidade com a qual o Poder Executivo devotava-se em relação aos interesses da Casa Legislativa.

O histórico das eleições municipais e o das composições de governos entre 1985 e 2012 revelam não só a dominação política da burguesia, mas a indistinta relação entre o poder político e o poder econômico. De forma geral, podemos dizer que o poder político local buscou corresponder às necessidades do poder econômico local, assim como as burguesias industrial e comercial passaram a disputar, cada vez mais, espaços de decisão ou exercer influência sobre o poder político local para viabilizar seus interesses específicos de classe, seja por meio de medidas políticas voltadas para estes setores da economia, ou ainda, pela relação direta com o poder político municipal através da prestação de serviços. Pode parecer redundante, porém as duas afirmações acima correspondem a fenômenos diferenciados. O primeiro refere-se ao próprio caráter do Estado como promovedor das necessidades do capital, já o segundo refere-se a ações da burguesia marabaense visando criar e ocupar espaços integrantes do poder político local para promover a reprodução de seu capital, sobretudo, porque o controle sobre o poder político municipal é “uma estrutura voltada para a dominação política” (ALMEIDA, 1997, p. 113).

### 3.2.1 Desenvolvimento e fé: ilusões que constituem poder

Um outro aspecto importante a ser percebido na constituição do poder local diz respeito a forte influência do campo ideológico, principalmente no que se refere a ideia de desenvolvimento e da fé. Não se trata de dizer que o desenvolvimento e a fé sejam ilusões, no sentido de que ambas configuram-se pelo espírito de esperança que provocam no imaginário social. No entanto, tanto a noção de desenvolvimento quanto de fé são ideias que podem contribuir para a dominação de uma classe ou frações de classes sobre as demais. Em Marabá, desde o período da redemocratização do poder político, observa-se que o discurso em prol do desenvolvimento ligado à siderurgia tem sido a matriz que tem dado o contorno da cena política, de modo que eleição após eleição o poder político local tem sido

constituído sob a noção de uma administração promovedora dos interesses de toda a população marabaense.

Saes (1987, p. 68) diz que “o aparelho de Estado funciona como uma “máquina eleitoral” em favor da fração cuja influência ideológica e política se faz sentir mais fortemente em seu seio” [grifos do autor]. E, como foi visto nos últimos anos, nenhuma fração manteve mais proximidade e influência sobre o poder político de Marabá quanto à burguesia industrial e comercial, de modo que podemos concluir que o poder político local, desde 1985 aos dias atuais, tem representado os interesses destas frações semeados pela ideologia do desenvolvimento para todos.

> Isto nos leva a abordar a dimensão ideológica presente neste próprio aparato de dominação política, o Estado burguês. Como já insistimos até agora, ele não existe para administrar. Aliás, se fosse esta fosse sua finalidade precípua, diante de seus rotundos e persistentes fracassos, a humanidade já teria inventado outra instituição para tão ilustre finalidade. Estado não é voltado para os interesses do conjunto da sociedade, mas voltado fundamentalmente nas sociedades capitalistas, para reproduzir a questões políticas de dominação burguesa de classe (ALMEIDA, 2011, p.32)

Neste sentido, Almeida (2011) expõe a ideia de que as políticas desenvolvimentistas pensadas para a Amazônia são planos e políticas carregados de ideologias que permitem difundir a noção de que o progresso e o desenvolvimento são fenômenos relacionados a expansão do capital. A ideologia dominante, por meio da democracia burguesa constituída pelo sufrágio universal, faz com que o poder político seja visto como algo exercido em nome e para a sociedade quando na verdade quem detém o poder são os proprietários dos meios de produção, em outras palavras, os capitalistas, os quais via de regra são o poder por trás das cortinas “empresários e empresas ‘vão à luta’ e, enquanto a democracia não atropela, mas legitima, seu poder político, engajam-se bravamente no financiamento das candidaturas que lhe são mais favoráveis” (Idem, p. 34-35).

A definição de ideologia que utilizamos aqui é a apresentada por Chauí (2008, p.113-114), a qual discorre que;

> A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional

> para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção.

É importante perceber que, no cenário político, o discurso contra a velha burguesia extrativista, a qual era acusada de representar o retrocesso político do município de Marabá; o discurso do desenvolvimento a ser promovido pela ampliação e municipalização do Distrito Industrial de Marabá; o crescente apelo ao espírito religioso que faz com que o trabalhador braçal sinta-se semelhante a um industrial ou a qualquer representante político de outra classe social; ou ainda, o discurso de criação do estado do Carajás são ideias, correspondentes aos interesses de uma fração ou frações da burguesia local, que se universalizam no cenário político, mesmo entre as classes exploradas. Estas são ideias que favorecem a dominação política da classe burguesa. A fração industrial tem se esforçado para hegemonizar a ideia de desenvolvimento atrelado ao crescimento da economia local a ser promovido pela atividade de mineração e siderurgia. No campo de debate, a implantação da ALPA, em Marabá, tem sido apresentada como uma resposta às demandas sociais, principalmente, no que diz respeito às desigualdades sociais.

Nessa disputa ideológica, o sentimento religioso também tem sido fortemente acionado pela burguesia local para aflorar o sentido de pertencimento, de igualdade entre os diferentes agentes da produção, ou ainda como recurso para fortalecer uma política personalista, onde o bom gestor é aquele cujo poder divino o recobre de seriedade e competência. Apesar de que apenas em 2008 as igrejas protestantes começam a alcançar maior importância nas negociações de campanhas, já em 2000, o candidato à prefeitura de Marabá, Plínio Pinheiro do PSDC, era membro da ADHONEP, Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno (RONDA, 2000, ed. 918, p.3), um indício de que há algum tempo a burguesia marabaense buscava maior vantagem na luta de classes ocupando espaços onde podiam criar maior força ideológica.

Nas eleições de 2012, o sentimento religioso contribui para a dissimulação das contradições e conflitos de interesses entre as classes antagônicas, principalmente porque dentro do discurso religioso o trabalhador assalariado e o proprietário dos meios de produção são despojados de suas diferenças sociais para tornarem-se irmãos, iguais perante Deus. Em Marabá, no que diz respeito à luta

ideológica a partir do grupo evangélico Assembleia de Deus, as classes dominadas permanecem em desvantagem, visto que o capitalista e o líder religioso, neste caso o pastor, confundem-se na mesma pessoa. A aceitação da doutrina de criação divina também contribui para a aceitação e naturalização das desigualdades sociais, fazendo com que a passividade política da classe explorada seja a regra frente aos conflitos de interesses de classe, o que tem contribuído para que a classe dominante desfrute de maiores vantagens na disputa pelo poder político local.

Assim como os líderes partidários negociam seu apoio às candidaturas, os pastores das igrejas utilizam-se da mesma prática para negociar os votos dos fieis de seus templos. E, assim como os partidos conseguem garantir o controle sobre alguma secretaria, as igrejas também negociam a indicação de pastores para as secretarias municipais, como foi o caso do secretário de saúde de Maurino Magalhães, Nilson Piedade. Há também a contribuição financeira da Prefeitura municipal para atividades da Igreja, como mostra o extrato de convênio, onde a Secretaria Municipal de Administração repassou o valor de R$ 177.553,00 à Associação Educativa e Cultural Missão Amazônica, para apoio ao XIX Congresso de Senhoras da Assembleia de Deus, como pode ser visto em Filho (2011a; 2011b), É comum também a presença de pastores da Assembleia de Deus Missão na Câmara Municipal, como é o caso do atual vice-presidente da Casa Legislativa, o pastor Leodato da Conceição Marques. A estreita relação entre as autoridades políticas e religiosas marcam as diferentes áreas em que a ideologia capitalista busca estender seu domínio para melhor se reproduzir e garantir o controle de classe dominante. A mostra de tal afirmação é o Decreto Legislativo, nº 1.124, de 9 de julho de 2013, no qual a Câmara Municipal de Marabá declara que o município de Marabá está sob o governo e proteção de Deus (DIA, 2013, ed. 2.609, p. 3).

O espírito religioso, além de contribuir para o sentimento de igualdade formal entre o trabalhador assalariado e o capitalista, também serve para a naturalização da relação de exploração, visto que, Deus, verdade e bondade são postos como sinônimos; assim, ao anunciar que o poder político está sob a proteção divina, a analogia serve aos prósperos burgueses que justificam sua “situação excepcionalmente favorável” (MARX; ENGELS, 2007, p. 123) por meio da ideia de que a origem de sua fortuna, propriedade privada ou poder político, não se encontra na relação de exploração que mantem com as classes dominadas, mas nos propósitos e vontades de um ser divino, o qual se ocupa do equilíbrio da

humanidade. Deste modo a esperança pelo desenvolvimento e pelo progresso prometido pela verticalização da produção do aço ou da ampliação do Distrito Industrial de Marabá, bem como, o sentimento religioso baseado na fé de que todas as ações dos governantes locais estão **nas mãos** e sob a proteção de um Deus justo e benigno, corrobora para que a dominação da classe burguesa se perpetue no cenário político, ou ainda, mantenha-se sem muitos confrontos no plano da disputa por espaços de decisão e no controle sobre o poder político local.

### 3.2.2 A indistinta relação entre o econômico e o político

O poder econômico se converte em poder político na medida em que as frações da classe dominante estão presentes nas composições do poder municipal por meio de financiamentos de campanha. Destaca-se que a promíscua relação entre o político e o econômico não se configura somente pelos casos de corrupção, uma vez que esta interação entre os dois níveis está firmada numa relação continua, entrelaçada a tal ponto, que a origem de um está imbricada com a conquista do outro.

É importante salientar que;

> Denomina-se poder econômico local o conjunto dos setores capitalistas cuja lucratividade depende dessas ações de regulamentação e de produção levadas a afeito pelo poder político local. Tais setores buscam influenciar as decisões políticas municipais com o intuito de maximizar lucros e viabilizar a reprodução de seu capital. Quanto maior e mais cotidiana a dependência de sua lucratividade das decisões políticas, mais presente costuma ser na vida local o poder econômico, e vice-versa (DANIEL, 1988, p. 29).

Nesta perspectiva, em Marabá, existem duas relações principais por meio das quais o poder econômico se relaciona com o poder político local, para assim, aumentar sua lucratividade. Em seu conjunto estas relações revelam que o Poder Executivo no Estado capitalista não é mais do que “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 42). As principais atividades econômicas de Marabá, atualmente, são o comércio (serviços) e a indústria (siderurgia), estas, respectivamente, correspondem ao primeiro e o segundo lugar no PIB do município (REVISÃO, 2011, p.52). No entanto, outros setores são relevantes, como a pecuária representada por grandes latifundiários da região e o agronegócio, cuja expansão é notória.

Porém, considerando o comprometimento do poder político local com o nível econômico, deduz-se que os dados do PIB refletem uma luta da burguesia local em busca de aquecer a economia da região como uma forma de favorecer e reproduzir as condições de sua dominação.

Em 1985, o candidato eleito expressava os interesses políticos da burguesia industrial, Hamilton Bezerra (PMDB) trazia em sua proposta de governo a criação e implantação da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. Tal instância administrativa seria o espaço de representação direta dos interesses destes setores da economia atrelado ao poder político local. Em 1992, Haroldo Bezerra (PSDB), também eleito, em seus discursos enfatizava que era imprescindível o desenvolvimento econômico de Marabá por meio do crescimento da siderurgia e reforçava que tal desenvolvimento necessitava do apoio e amparo do Poder Executivo. O governo de Haroldo Bezerra fora definitivo para ascensão da burguesia industrial, não somente no poder político, mas no próprio campo da luta de classes; as delegações de empresários locais dirigidas aos poderes estadual ou federal, com vistas a conseguir a contribuição destes para o fortalecimento da indústria siderúrgica em Marabá eram colocadas na cena política como reivindicações de interesse do município. Tal postura favoreceu a disseminação e aceitação da ilusão de desenvolvimento a ser promovido pela verticalização da produção do aço.

Foi, também, durante o governo de Haroldo Bezerra que a Associação de Indústria e Comércio de Marabá – ACIM - conseguiu se acoplar ao poder político local a fim de promover seus interesses, dentre os quais se destaca a busca pela municipalização do Distrito Industrial de Marabá - DIM. Durante o governo de Haroldo, a ACIM e a Prefeitura Municipal de Marabá, juntas buscavam promover o fortalecimento do setor siderúrgico e a ampliação do Distrito Industrial. Para levar para a candidatura a prefeito de Marabá, em 1996, o apoio de Haroldo Bezerra, resguardando a proximidade com a ACIM, Sebastião Miranda, irmão do presidente da ACIM, foi indicado para ser o vice do médico Geraldo Veloso. Dentre as propostas de governo de Geraldo Veloso e Sebastião Miranda, a luta para assegurar a implantação da metalurgia do cobre no Distrito Industrial de Marabá, a criação de políticas de incentivos fiscais e contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, eram tidas como prioridade para o Poder Executivo. Em 2000, ambos foram reeleitos e deduzimos que as diretrizes gerais deste foram as mesmas do governo anterior.

Em 2004, a coligação “União pelo Trabalho” que conquistou o Poder Executivo de Marabá, permaneceu sob a tutela da burguesia industrial, foi a vez de Sebastião Miranda ser o candidato a prefeito, seu vice, Ítalo Ipojucan, com o aval do presidente da ACIM, Félix Miranda, “a quem agradavam as idéias de Ítalo de agregar um perfil mais ligado ao fortalecimento da indústria e do comércio no governo local”[14]. Em 2008, o candidato, João Salame, com o apoio de Sebastião Miranda, não fora eleito, porém isto não significou a derrota política da burguesia industrial, uma vez que durante o mandato de Maurino Magalhães houve concessões que beneficiaram esta fração, além do que, este contou com o apoio financeiro destes setores. A eleição de João Salame, em 2012, também expressa características de favorecimento a esta fração visto que na pauta de reivindicações do poder político local e a própria composição do governo de Salame mantém o perfil e a linha de administração, historicamente, ligados aos interesses da burguesia comercial e industrial. Em exemplo disto, nota-se que na Secretaria de Indústria, Comércio, Mineração, Ciência e Tecnologia - SICOM de Marabá atua Ítalo Ipojucan, o qual até aquele ano estava à frente da ACIM.

Outra fração da burguesia que tem se beneficiado por sua relação com o poder político local é a burguesia comercial, principalmente no ramo de prestações de serviços. Empresas de fornecimento de combustíveis, prestações de serviços de reparo em máquinas e tratores são as que têm alcançado altos níveis de lucro em curto prazo o que não representa algo particular de determinados governos. Em 1992, Nagib Mutran foi acusado de usar o dinheiro público para beneficiar empresários locais. Em 1996, as denúncias do vice, Reinaldo Zucatelli, apontavam para um esquema semelhante. No ano de 2000, Geraldo Veloso também sofreu acusações que apontavam para um esquema que configurava a improbidade administrativa, as quais foram postas na cena política, como práticas “perfeitamente justificáveis”. O governo de Maurino Magalhães, 2008-2012, fora marcado por casos de superfaturamento e esquemas de fornecimento de serviços e materiais à prefeitura de Marabá garantindo elevado nível de lucro aos empresários envolvidos.

Em 2013, já no governo de João Salame, num curto prazo de seis meses, existem setores do comércio, os quais foram agraciados com uma significativa quantia referente ao fornecimento de serviços à Prefeitura Municipal. Dentre estas

[14] Ver página 106.

empresas destacamos a Transportador e Revendedor Olivi LTDA, que durante o primeiro ano de governo de João Salame recebeu R$ 5.352.551,10 milhões; a Marques & Oliveira recebeu R$ 1.565.916,10; a Gameleira Comércio e Serviços LTDA EPP, R$ 1.302.996,30, no mesmo período. Estes dentre outros casos que constam na prestação de contas da Prefeitura Municipal de Marabá evidenciam que parte da lucratividade do comércio local se encontra na sua interação com o poder político por meio do fornecimento de mercadorias e serviços.

O poder econômico local interfere sobremaneira na constituição do poder político na medida em que, independentemente de partidos, a burguesia busca seu predomínio político por meio do financiamento de campanha. Ao receber as doações de empresas, os candidatos, caso eleitos, ficam comprometidos com seus financiadores e de algum modo devem corresponder aos interesses da fração ou frações que contribuíram para sua campanha. É o caso da burguesia industrial como pode ser observado nas eleições municipais 2004, 2008 e 2012[15], onde se destacam doações feitas pela Cia Siderúrgica do Pará - COSIPAR, Da Terra Siderúrgica, Siderúrgica do Pará - SIDEPAR, Marabá Gusa Siderúrgica - MARAGUSA, Siderúrgica Ibérica, Siderúrgica Norte Brasil - SINOBRAS e a Usina Siderúrgica de Marabá - USIMAR, de tal forma que, pouco a pouco o setor de siderurgia vem alcançando do poder político local o apoio requerido. Um exemplo desta compreensão é a Lei Municipal de Marabá Nº. 17.446, de 14 de janeiro de 2011, a qual dentre outras prerrogativas, regula que;

> Fica o Poder Executivo autorizado ainda a conceder estímulos econômicos às empresas envolvidas diretamente na ampliação, implantação e operação de indústrias siderúrgicas e metal mecânicas no Município de Marabá, nos termos desta Lei e do regulamento próprio a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, a fração industrial consegue criar o espaço e as condições ideais para melhor promover e administrar os seus negócios não somente em secretarias ligadas diretamente ao setor econômico, mas também a outras áreas como, por exemplo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, ou ainda, o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, haja vista que a produção siderúrgica está ligada diretamente ao desmatamento da floresta amazônica, devido a produção do carvão vegetal para a alimentação dos altos fornos das guseiras.

[15] Dados nas tabelas 01 e 02, no apêndice.

Neste sentido, as instancias ligadas a proteção do meio ambiente tornam-se espaços estratégicos para que burguesia industrial gerencie de perto os problemas ligados as suas atividades.

Toni e Pacheco (2005) apresentam um estudo sobre a gestão ambiental descentralizada realizado em três municípios da Amazônia brasileira, tendo Marabá como um dos lócus de investigação, no período entre 2003-2004. Os autores definem a descentralização como “a transferência de poder do governo central para atores e instituições em níveis mais baixos da hierarquia político-administrativa e territorial” (idem, p. 19). No entanto, eles advertem que a descentralização da gestão ambiental pode permitir que determinados grupos econômicos ligados ao uso predatório de recursos naturais capturem estes espaços para evitar os possíveis conflitos com estas instâncias. Especificamente sobre Marabá, discorrem;

> Em síntese, o contexto político de Marabá é bastante complexo: ainda persiste uma dinâmica de expansão de fronteira agrícola nas áreas mais distantes da sede municipal, e há presença marcante de grandes pecuaristas, madeireiros e empresas do setor siderúrgico que demandam grandes quantidades de carvão para as suas atividades. Esses atores são poderosos e tentam impor restrições às atividades de gestão ambiental que possam ferir seus interesses (idem, p. 32).

Para exemplificar tal afirmação, Toni e Pacheco citam que o primeiro secretário indicado pelo Poder Executivo, em 1999, fazia parte da burguesia madeireira. Sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente alegam que qualquer membro pode ser eleito como presidente, todavia, em 2002, “o presidente eleito na primeira gestão foi o secretário da SEMMA, o que tem limitado um desempenho mais autônomo do conselho” (idem, p. 46). Nos dias de hoje esta realidade não tem se mostrado diferente uma vez que, atualmente, o presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente é o secretário de agriculta, Jorge Bichara, o qual é presidente do Partido Verde em Marabá, que como vimos no item anterior compõe o governo de João Salame.

A Secretaria de Indústria, Comércio, Mineração, Ciência e Tecnologia, em 2012, apresentou o Plano de Desenvolvimento Industrial para o município de Marabá dando uma maior ênfase a ampliação do Distrito Industrial de Marabá, destacando como atrativo para novos investidores a já mencionada Lei nº 17.446, de 14 de janeiro de 2011, a qual estipula “diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico e social e prevê a concessão de benefícios fiscais às

indústrias siderúrgicas e da cadeia metal mecânica, instaladas ou que vierem a se instalar no município de Marabá" (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2012). O plano também destaca o projeto Aços Laminados do Pará - ALPA, apontando os setores da economia local a serem beneficiados com a verticalização da produção do aço, onde os índices apontam que 46% para os setores do comércio e prestação de serviços e 32% para a mineração e siderurgia. Expõe também o projeto de construção da Hidrovia Tocantins Araguaia; o plano estipula que;

> A logística oportuniza vantagens competitivas para o setor produtivo. Várias empresas prospectam Marabá em função da hidrovia. Empresas como Ferros, Buritirama, Brasil Mineral, Anglo America, Sidepar, Vertical, Colossus, certamente terão a navegação como alternativa de transporte de seus produtos e insumos, são novos mercados, novas oportunidades (Idem, p. 56).

Nesta perspectiva, concordamos com Almeida (2000, p.185), o qual afirma que; "Sob este aspecto, não há como ser neutro: ou se "conquistam" prefeituras com vistas a melhor "administrar" o capitalismo em nível local ou se coloca a gestão do município a serviço do avanço das lutas populares" [grifos do autor]. A respeito da luta de classes e a atuação do poder político numa formação capitalista e sobre a correspondência do Estado burguês com a dominação da burguesia, o autor discorre;

> [T]tanto no que se refere às relações entre classe dominante e classes dominadas como aos conflitos intraburgueses, sempre se questiona ou o poder de Estado (poder de classe) ou a política implementada pelo Estado (objeto de permanente debate entre as frações burguesas, as quais procuram, e não poucas vezes conseguem, apresentar suas "demandas" como expressivas dos interesses do conjunto da sociedade [grifos do autor] (Idem, p. 178-179).

Seja como for, fazer política não deve se resumir a administrar o existente a aceitar as desigualdades e tentar amenizá-las. Aos explorados compete denunciar o caráter de classe do Estado burguês e a luta pelo poder político pode representar novas perspectivas de organização social, suscitar novas possibilidades políticas que respeitem os direitos de todos os agentes envolvidos na produção. A tomada do poder político pelas classes exploradas não deve ser tido como um fim, mas representar o início de uma longa jornada em busca de novos planos econômicos que reserve espaço para todos os agentes que formam a sociedade, e que, acima de tudo, respeite os limites da natureza.

É preciso reconhecer que:

> O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para encontrar numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política (MARX; ENGELS, 2010b, p. 48)

Nestes termos, a luta pelo poder político como forma de resistência a exploração capitalista, mesmo que se reduza ao âmbito local, pode representar uma possibilidade de resistência para além das fronteiras da Amazônia, em que novos aliados possam somar forças contra a expansão predatória do capitalismo As investidas do grande capital na região são desafios que os movimentos sociais têm enfrentado para romper com este processo que reúne no plano político, econômico e ideológico lutas emergentes contra a expropriação e exploração que tem promovido a devastação socioambiental na Amazônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta reflexão não com as respostas para os problemas debatidos, mas com a convicção de que o estudo aqui apresentado não é o início e nem o encerramento do debate sobre o caráter de classe do Estado capitalista. O resultado desta pesquisa tão pouco representa uma análise completa sobre o poder político do município de Marabá, entretanto, expressa um esforço teórico de se pensar os limites da democracia burguesa, a relação entre o espaço local e global, ao mesmo tempo em que expressa concordância com estudos que indicam a necessidade de construção de uma nova ordem social.

A explanação aqui esboçada teve a intenção de provocar o debate que nos leve a compreender que o caminho para uma sociedade realmente democrática não se encontra na luta pela boa administração do Estado - ou compartilhamento desta- mas na própria reconstrução da ordem social e o modo como produzimos nossos meios de subsistência. A luta de classes a exemplo do que fora escrito por Marx e Engels (2010a; 2010b), Poulantzas (1977), Offe (1984), Saes (1998), entre outros, deve ter por objetivo romper com as barreiras de uma democracia que tão somente serve à dominação de classe.

Buscamos evidenciar que o capitalismo, por meio de sua lógica de expansão, pouco a pouco molda o mundo à sua imagem, a qual retrata as diferentes faces de seu domínio que se pretende absoluto. Wood (2003, p. 49) observa que as “batalhas puramente ‘políticas’ em torno do poder de governar e dominar continuarão sem solução enquanto não implicarem, além das instituições do Estado, os poderes políticos que foram privatizados e transferidos para a esfera econômica”. Dito de outro modo, a luta dos trabalhadores pelo poder político consiste em revogar os direitos de decisão sobre o processo de produção. A devastação da floresta e a precarização do trabalho na Amazônia nos traz a evidência de que o confronto entre explorados e exploradores, não apenas no campo econômico (luta por melhores condições de trabalho e salários), mas também no espaço político (pela tomada do Estado e pela a reconstrução social), torna-se cada vez mais uma necessidade.

Observando-se o poder local na Amazônia, mais especificamente a composição do poder político em Marabá/Pará entre o período de 1985 a 2012, é notório que os movimentos populares sempre estiveram presentes na conjuntura

política. Suas reivindicações - na luta pela terra, contra o saque do minério, dos atingidos por barragens, entre outros - de algum modo influenciaram os debates das campanhas eleitorais; no entanto, foram distorcidas na cena política pelas classes dominantes e usadas em favor destas. O poder político de Marabá tem sido ocupado por uma burguesia que, diante das novas dinâmicas econômicas e da chegada de novas forças sociais que aqui se instalam, tem conseguido se adaptar, de modo que a cada ano eleitoral o poder político é composto e recomposto sem alterar o predomínio do poder econômico sobre as classes exploradas.

Neste contexto, os diretórios dos partidos políticos são espaços disputados para propiciar aos seus ocupantes maiores vantagens para barganhas, negociações e acordos que atendam aos interesses individuais das partes envolvidas. O que se percebe é que eleição após eleição, a prefeitura, a câmara de vereadores e secretarias municipais permanecem a serviço da bem aventurada classe, que nos últimos anos têm invocado a proteção divina para justificar seu privilegiado lugar social: a propriedade privada onde o direito do desenfreado uso das riquezas naturais ou, ainda, a espoliação da população marginalizada, que deixa de ser fruto da expropriação e exploração, para representar a “vontade de Deus”.

As cortinas do teatro político precisam ser abertas e, assim, desvelar as forças e interesses por trás das ações dos Poderes Legislativo e Executivo, os quais, longe de representar os interesses comuns da sociedade marabaense, tem auxiliado na reprodução do capital em detrimento daquela. Contudo, não podemos desprezar as reflexões de Hébette (2004b, p.197) sobre a participação política dos momentos sociais na região, que, segundo o autor, são “fenômenos que vão de Gritos da Terra ao Massacre”. Dentre as questões elencadas pelo autor, duas, em especial, são fundamentais para a complementação de nossas considerações sobre o poder local e a participação política dos movimentos sociais. A primeira delas é que apenas a conquista da terra não representa a garantia da independência e autonomia dos trabalhadores que por ela lutam, e dela e nela pretendem viver. Neste sentido, há a necessidade de políticas e medidas que atendam a pequena produção e que dê suporte para que esta consiga se estabelecer e se manter. Sobre tal assunto, Hébette (Idem, p. 209) afirma que tanto os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais quanto o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra deparam-se com um novo dilema, que é “como sobreviver na terra conquistada”, uma demanda que incorpora às lutas populares dimensões técnicas e econômicas. Por outro lado, o autor, diz

que não há como negar a presença política e as conquistas dos trabalhadores rurais no âmbito nacional, porém adverte que; “Tem que se reconhecer, entretanto, que todos esses avanços representam apenas as conquistas da categoria para a categoria, sem terem sido sancionadas por mudanças da sociedade global ou do Estado em relação a eles” (idem, p. 210).

Tomemos por advertências, as questões colocadas por Hébette. Em primeiro lugar está a estratégia, a previsão sobre as barreiras a serem vencidas após a conquista da terra. A concretização da busca imediata, a posse da terra, não altera as condições de subsistência dos trabalhadores a ponto de sua luta histórica, a emancipação das relações de subordinação que mantem com o capitalista, torne-se desnecessária. Por último, o autor nos atenta para uma importante compreensão sobre a política reivindicativa: ela não deve ser tão individualizada a ponto de focar apenas nas necessidades de determinado movimento popular. A ação política das diferentes forças sociais, neste sentido, deve transcender os problemas particulares de uma determinada categoria, classe ou camada, deve buscar a origem de suas mazelas, a qual se encontra como anunciávamos, no modo como produzimos nossos meios de subsistência.

Num âmbito mais amplo, percebe-se que a política neoliberal, que privilegia a grande burguesia, impõe novas configurações tanto econômicas quanto políticas nas diferentes regiões do globo. Tal visualização, sobre as implicações de um modo de produção internacional, que ao invés de equilibrar aprofunda as desigualdades sociais, fornece elementos para a compreensão de que apenas o compartilhamento das decisões sobre a administração dos problemas causados pela exploração capitalista não representa a possibilidade de solução, muito menos produz resultados satisfatórios no que diz respeito à busca pela equidade social. Diante disto, a força dos explorados, expropriados, marginalizados, em resumo, dos excluídos pela lógica de produção vigente, está em seu potencial de organização e, a organização política destes representa o caminho a uma revolução em direção a uma sociedade mais justa.

A constituição dos diferentes movimentos reivindicatórios tem mostrado que as lutas populares têm buscado se organizar e angariar forças para enfrentar a invasão do capital nesta região. A participação política, nestes termos, tem colocado ações que não visam uma melhor administração dos problemas causados pela exploração capitalista, antes disto, propõem o avanço em direção a uma sociedade

onde todos os envolvidos possam opinar e decidir sobre como, para quê e para quem produzir. Isto implica em participar de decisões sobre as diretrizes e os objetivos da exploração mineral e demais atividades produtivas. Certamente, os problemas não seriam extintos de imediato, pois a origem de muitos conflitos que aqui afloram encontra-se bem distante das possibilidades do poder local. Todavia, mesmo com limites, essa participação traria significativas mudanças para a ordem social amazônica. Seria um ótimo começo!

Após o estudo aqui exposto percebemos a dimensão do que Marx e Engels anunciavam: “Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões” (2010b, p. 69). Compreendemos, por final, que as classes exploradas não devem se lastimar pelos limites impostos pela democracia burguesa, mas explorar as possiblidades desta, não em disputa pela administração, mas em prol da destruição do Estado e a favor da emancipação humana.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. O Estado em questão: reordenamento do poder. In: **Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais**. GADELLA, Regina Maria A. Fonseca (Org.). São Paulo; Educ, 1997. (p.111-123).

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In: **Desafios da Globalização**. DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A.(Org). 3 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000. (p. 175-186).

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. Do carvão ao aço: Estado, ideologia e dinâmicas sociais de ocupação na Amazônia. In: **Confronteiras**. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins, Grupo de Estudos e Pesquisa Social no Sudeste do Pará - GEPEMSSP, n. 1, Marabá; FCSAT/UFPA, 2011. (p. 24-36)

BARBOSA, Cloves. O capital na Amazônia: uma lógica universal na localidade. In: **Confronteiras**. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins, Grupo de Estudos e Pesquisa Social no Sudeste do Pará - GEPEMSSP, n. 1, Marabá; FCSAT/UFPA, 2011. (p. 79-89)

BELLO, Carlos Alberto. Orçamento participativo em São Paulo: uma invenção de limitado alcance. In: **A era da indeterminação**. OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). São Paulo; Boitempo, 2007. (p.103-128).

BOGÉA, Hiroshi. **120 pastores da Assembleia de Deus entram na campanha pró-Salame**. Marabá, 27 set. 2012. Disponível em: <http://hiroshibogea.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BOITO JR, Armando. A política neoliberal no Brasil. In: **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo; Xamã, 1999. (p. 23-122).

BOITO JR, Armando. **Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista**. Comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. Critica Marxista, n 15, 2002. (p.127-139). Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista>.

BORGES, Jonas. **Maurino Magalhães:** Vencer ou vencer. Sua vida e sua história, Belém; Semin. 2006.

BUNKER, Stephen G. Da castanha- do- Pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. In: **Novos cadernos Naea**, v.6, n. 2, Belém; NAEA/UEFA, 2003. (p.5-38).

CARDOSO, Fernando H; Müller, Geraldo. **Amazônia**: Expansão do capitalismo. São Paulo; Brasiliense, 1977.

CASARA, Marques; VIGNES, Sérgio. Para obter o aço, siderúrgicas e montadoras financiam a devastação da Amazônia. In: **INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL**. Edição Especial, fev. 2011. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br>. Acesso em: 02 out. 2013

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo; Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo; Brasiliense, 2008.

CONGILIO, Celia R. **Taylorismos, fordismos e toyotismos: mineração, siderurgia e luta de classes na Amazônia.** Trabalho apresentado no simpósio CLASES SOCIALES Y CIUDADANÍA EN MOVIMIENTOS ANTI-SISTÉMICOS EN AMÉRICA LATINA CONTEMPORÁNEA, no VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP) – Quito, Equador, 2012**.**

COSTA, João Bosco Araujo da. A ressignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.10, nº3, 1996. (p.113-118).

COUTINHO, Carlos Nilson. A hegemonia de pequena política. In: **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy Braga; RIZEK, Cibele (Org.). São Paulo; Boitempo, 2010. (p. 21-27).

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. In: **Espaço e Debates**, nº24, ano VIII. São Paulo; Parma. 1988. (p.26-39).

DOWBOR, Ladislau. Reordenamento do poder e políticas neoliberais. In: **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org). São Paulo; EDUC, 1997.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In: **Desafios da Globalização**. DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Org). 3 ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2000. (p. 9-16).

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?.** São Paulo; Brasiliense, 2008.

**ELEIÇÕES**. Contas eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em 23 de set. 2013.

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais**. 2.ed. Belém; UFPA/NAEA, 1999.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução de Lívia Catrim e Márcio Bilharinho Neves. 2.ed. São Paulo; Boitempo, 2012.

FARIAS, Francisco Pereira. Sobre a participação na esfera local do Estado capitalista. São Paulo; **Revista Lutas Sociais**. nº 28, junho, 2012. (p.45-46).

FILHO, Chagas (2011a). **O que é que eu falei**. Marabá, 29 nov. 2011. Disponível em: <http://marabaterrabendita.blogspot.com.br>. Acesso em 26 nov 2013.

FILHO, Chagas (2011b). **O que é que eu falei** (parte 2). Marabá, 30 nov. 2011. Disponível em: <http://marabaterrabendita.blogspot.com.br>. Acesso em 26 nov 2013.

FILHO, Chagas. **João Salame nomeou a maioria dos secretários**. Pará, 3 jan. 2013. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br>. Acesso em 01 jul 2013.

FIORI, José Luís. O mito da morte dos Estados nacionais. In: **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo; Boitempo, 2007. (p.75-80).

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Liber Livro; Brasília, 2005. (Série Pesquisa).

HALL, Anthony. **Amazônia**: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa grande Carajás. Tradução de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro; Zahar, 1991.

HÉBETTE, Jean. (2004a). O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: **Cruzando Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. III. EDUFPA; Belém, 2004.

HÉBETTE, Jean. (2004b). Movimentos sociais contemporâneos no campo paraense. In: In: **Cruzando Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. II. EDUFPA; Belém, 2004.

IKEDA, Joyce C. Olímpio. **Marketing Político**: a construção da imagem pública em campanhas eleitorais em Marabá (1984-2008). Trabalho de conclusão de curso (graduação) Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais Araguaia Tocantins, Marabá, 2011.

JUNIOR, Wilson Rodrigues Ataíde. **Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil**: A situação do sudeste do Pará, Brasília; Universidade de Brasília, 2006.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás**: Na trilha do saque, São Luiz; Anita Garibaldi, 1995.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. Saberes e Territórios em disputa: construindo uma epistemologia fronteiriça. **Anais**. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, GT 10. Belém; UFPA, 2010. Disponível em: <http://sbsnorte2010.ufpa.br>. Acesso em: 20 de out. 2013.

MARABÁ. **Lei nº. 17.446 de 14 de janeiro de 2011**. Estabelece diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico e social e prevê a concessão de benefícios fiscais as indústrias siderúrgicas e metal mecânicas instaladas ou que vierem a se instalar no Município de Marabá e expede providências. Câmara Municipal, 2011.

MARX, Karl. **Os 18 de brumário de Luiz Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo; Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo; Boitempo, 2013.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiener e do Socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo; Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2010a) **Lutas de classes na Alemanha**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo; Boitempo. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2010b) **Manifesto Comunista**. Traduzido por Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo; Boitempo, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Em busca do carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. In: Novos Cadernos NAEA, vol. 9, dez 2006. (p.55-97)

NUNES, Edison. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. São Paulo; **Revista São Paulo em Perspectiva**. v.10, nº 3, 1996. (p.32-39).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste Planejamento e conflitos de Classes. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: **Os sentidos da democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.), Brasília; Vozes, 1999. (p.55-82).

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: **A era da indeterminação**. OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). São Paulo; Boitempo, 2007. (p.15-45).

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1984.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: **A era da indeterminação**. OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). São Paulo; Boitempo, 2007. (p. 221-256).

PETER, Cynthia. A chacina na Ponte. In: **Ecos da terra**. RUSSO, Osvaldo (Org.), Brasília; Thesaurus, 2001. (p.82-87).

PETIT, Pere. **Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós –1964**, Belém; Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flavio. **Amazônia**: No Rastro do Saque. São Paulo; HUCITEC, 1980.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**. Marabá, Secretaria de Indústria, Comércio, Mineração, Ciência e Tecnologia. Prefeitura Municipal de Marabá, 2012.

**PLEBISCITO 2011**. Relatório de votação por zona eleitoral/município. Disponível em: <http://www.tre-pa.jus.br. Acesso em: 03 mar. 2013.

**PORTAL TRANSPARÊNCIA**. Empenho. Marabá, 2013. Disponível em: <http://www.gdip.com.br>. Acesso em: 23 de set. 2013.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e Classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo; Martis Fontes. 1977.

REIS, Iara F.; SANTOS, Jane Martins dos; CRUZ, Thiago M. da. A ALPA e os impactos sócio ambientais em Marabá no sudeste do Pará. In: **Confronteiras**. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins, Grupo de Estudos e Pesquisa Social no Sudeste do Pará - GEPEMSSP, n. 1, Marabá; FCSAT/UFPA, 2011. (p. 59-68)

RIZEK, Cibele. São Paulo: orçamento e participação. In: **A era da indeterminação**. OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). São Paulo; Boitempo, 2007. (p.129-156).

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo; Ática,1987.

SAES, Décio. **República do capital**. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo; Boitempo, 2001.

SAES, Décio. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. 2.ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências humanas,1998.

SAES. Décio. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. Critica Marxista, n 16, 2003. (p. 9-38). Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista>.

TONI, Fabiano; PACHECO, Pablo. **Gestão ambiental descentralizada**: um estudo comparativo de três municípios da Amazônia brasileira. Brasília; Ministério do Meio Ambiente, 2005.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da, et al. **Uma cidade média na Amazônia oriental**: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense. Belém, s/d. Relatório de pesquisa (mimeo).

WEFFORT, Francisco C. **Por que Democracia?** 3.ed. São Paulo; Brasiliense, 1985.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo; Boitempo, 2003.

REFERÊNCIAS DE JORNAL

A NOVA cara do poder de Marabá com 22 secretários. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXI. Edição n. 2.464, caderno 1, p. 8, 3 a 4 jan. 2013.

ACIM tem presidente interino. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.372, caderno 1, p. 2, 31 mai. a 1 jun. 2012.

ADEMIR Martins faz avaliação do quadro político. **Correio do Tocantins.** Marabá. Ano XIV. Edição n. 550, p. 6, 09 a 15 fev.1996.

ADVOGADO garante que Veloso não será afastado nem inelegível. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 908, p. 3, 30 mai. a 8 jun. 2000.

ALEGRIA e tristeza marcaram o final das apurações em Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 585, p. 8, 11 a 17 out. 1996.

ALIANÇA entre grupos antagônicos gera curiosidade e expectativa. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 938, p. 7, 12 a 14 de set. 2000.

ASDRÚBAL quer siderúrgica da Vale com retorno social. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.789, p. 4, 14 a 15 ago. 2008.

ASDRÚBAL retira candidatura. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.802, p. 5, 13 a 15 set. 2008.

ASDRÚBAL Bentes garante que não sairá da política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXII. Edição n. 2.649, p. 3, 22 a 24 mar. 2014.

AUDITORIA do MS diz que denúncias do conselho contra Veloso são legítimas. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 890, p. 8, 28 a 30 mar. 2000.

BENS de Maurino e mais doze são bloqueados pela Justiça. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXI. Edição n. 2.609, p. 5, caderno 01, 12 a 13 de dez. 2013.

BERNADETE, Elza e Veloso são os 3 o prefeito de Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 918, capa. 4 a 6 jun. 2000.

CÂMARA diz “não” ao pedido de cassação do prefeito Maurino. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.408, p. 2, 23 a 24 ago. 2012.

CARAJÁS vira tema de embate no horário Eleitoral Gratuito. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.413, caderno 1, p. 4, 4 a 5 set. 2012.

CASSAÇÃO do prefeito e vice fica longe de aprovação na câmara. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.423, caderno 1, p. 5, 27 a 28 set. 2012.

CASSADO de novo, Maurino tenta se manter no poder. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXIX. Edição n. 2.271, caderno 1, p. 5, 4 a 5 out. 2011.

CHAMON: Curió é inimigo do povo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano III. Edição n. 91, p. 3, 21 a 27 nov. 1985.

CINCO partidos selam acordo para a "3ª via" nas eleições. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.354, caderno 1, p. 5, 19 a 20 abr. 2012.

COMISSÃO processante continua em ação. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano X. Edição n. 385, p. 5, 27 nov. a 3 dez. 1992.

CONFIRMADO: Antônio Carlos será o vice de Haroldo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 194, p. 4, 5 a 11 ago. 1988.

CONVENÇÃO do PMDB movimenta classe política e empresarial. **Correio do Tocantins**. Ano VI. Edição n. 176, p. 5, 25 a 30 mar. 1988.

COSIPAR enfrenta burocracia para retirar invasores de suas terras. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 550, p.11, 9 a 15 nov. 1996.

DEMÉTRIUS para inglês, espanhol e português ler. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.782, caderno 2, p. 3, 29 a 30 jul. 2008.

DEPOIMENTOS levam comissão a impressas e assessores fantasmas no prefeito. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XX. Edição n. 385, capa, 27 nov. a 3 dez. 1992.

DIA da Bíblia é celebrado em sessão solene na Câmara. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXI. Edição n. 2.609, p. 3, caderno 03, 12 a 13 de dez. 2013.

ELZA confirma que campanha está nas ruas. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXII. Edição n. 1.339, p. 4. 27 a 29 jun. 2004.

EMPRESA de cosmético tem contrato milionário com a PMM. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.358, caderno 3, p. 4, 28 a 30 abr. 2012.

ESCÂNDALO na prefeitura prende Lucídio e afasta 8 servidores. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.435, caderno 3, p. 4, 25 a 26 out. 2012.

EU deveria ter sido mais político do que técnico. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVII. Edição n. 2.000, caderno 1, p. 4, 31 dez. a 4 jan. 2009.

EX- Governadora Ana Júlia visita o CT e fala de eleições. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.386, caderno 3, p. 5, 3 a 4 jul. 2012.

FORÇAS ditatoriais comandam o diretório do PMDB em Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 196, p. 7, 19 a 25 ago. 1988.

FRENTE Marabá para todos lança documentos que regulamenta acordo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 559, p. 11, 12 a 18 abr. 1996.

HAMILTON e Adelina apresentam: proposta de governo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano III. Edição n. 89, p. 7, 25 a 31 out. 1985.

HAMILTON responde acusações. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 166, p.3, 15 a 21 jan. 1988.

HAROLDO Bezerra faz avaliação de seu governo durante lançamento da proposta compromisso da frente. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 560, p. 11, 19 a 25 abr. 1996.

HAROLDO Bezerra repele aos que querem culpá-lo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 561, p.7, 26 abr. a 2 mai. 1996.

HAROLDO explica sobre rompimento com o PT. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 562, p. 7, 03 a 09 mai. 1996.

HIDROVIA no Tocantins terá recursos de R$150 milhões. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.767, p. 5, 24 a 25 jun. 2008.

ÍTALO diz que só se afasta, mas não desiste da política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.770, p. 5, 1 a 2 jul. 2008.

JUIZ impugna prefeito eleito e quer diplomar o 2° colocado. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 594, p.8, 13 a 19 dez. 1996.

JUSTIÇA retira Tião do horário eleitoral. **Correio de Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.810, capa, 2 a 3 out. 2008.

JUSTIÇA eleitoral impugna 40 candidatos em Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.401, caderno 1, p. 4, 7 a 8 ago. 2012.

LIMINAR do TRE garante diplomação e posse de prefeito e vereadores. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 595, p. capa, 20 a 26 dez. 1996.

LINHA cruzada. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.319, caderno 3, p. 3, 26 a 27 jan. 2012.

LULA visita Marabá e critica investigação sobre o massacre. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 573, p.3, 19 a 25 jul. 1996.

MAIS um ministro de Dilma promete a apoio à hidrovia. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXI. Edição n. 2.357, caderno 1, p. 2, 26 a 27 abr. 2013.

MARABÁ é escolhida pela Vale. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.777, p. 5, 17 a 18 jul. 2008.

MAURINO eleito: Tá na mão do povo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.812, capa, 6 a 8 out. 2008.

MAURINO sofre duas derrotas na mesma sessão da câmara. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.363, caderno 3, p. 5, 10 a 11 mai. 2012.

MP pede prisão do prefeito e ainda do secretário de saúde. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.409, caderno 1, p. 5, 25 a 27 ago. 2012.

MP pede cassação de Salame e mais três candidatos eleitos. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.458, caderno 1, p. 6, 18 a 19 dez. 2012.

NAGIBINHO incrementa campanha com passeata. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 202, p. 5, 30 set. a 6 out. 1988.

OLIVEIRA, Francisco Barbosa. A era do medo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano II. Edição n. 52, p. 3, 30 mar a 4 abr. 1984.

PARTIDO verde lança Dr. Jorge Bichara como pré-candidato a prefeito de Marabá. **Correio de Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.373, caderno 1, p. 4, 2 a 4 jun. 2012.

PLÍNIO concorre pela frente do trabalho. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano X. Edição n. 363, p. 5, 26 jun. a 2 jul. 1992.

PMDB tentou suspender operação por suspeita de fraude. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 585, p. 8, 11 a 17 out. 1996.

PMDB não abrirá mão de candidatura em Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXIX. Edição n. 2.271, caderno 2, p. 8, 4 a 5 out. 2011.

POLÍTICOS e empresários visitam aciaria. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1. 760, p. 3, 7 a 9 jun. 2008.

PREFEITO Veloso concede entrevista polêmica a jornal de Imperatriz. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 875, p. 5, 4 a 7 fev. 2000.

PREFEITO é prefeito de todo mundo, prega João Salame. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.428, caderno 1, p. 5, 8 a 10 out. 2012.

PT realiza votação interna e escolhe delegados que decidirão candidaturas. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXII. Edição n. 1.300, caderno 2, p. 2, 12 a 15 mar. 2004.

PTB oficializa apoio a Salame. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.770, caderno 3, p. 3, 1 a 2 jul. 2008.

PV abriu mão do vice após pesquisa. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.386, caderno 2, p. 8, 3 a 4 jul. 2012.

REPÓRTER tocantins. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano. XXVI. Edição n. 1.772, p. 3, 5 a 7 jul. 2008.

REPÓRTER tocantins. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.769, p. 3, 28 a 30 jun. 2008.

REPÓRTER tocantins. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.802, p. 4, 13 a 15 set. 2008.

REPÓRTER tocantins. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.376, caderno 1, p.3, 9 a 11 jun. 2012.

REPÓRTER tocantins. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.386, caderno 1, p. 3, 3 a 4 jul. 2012.

REVOLTA dos explorados terá ato público no próximo dia 21. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXI. Edição 2.578, p. 6, 1 a 2 out. 2013.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 176, p. 3, 25 a 30 mar. 1988.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 185, p. 3, 3 a 9 jun. 1988.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 546, p. 3, 29 dez. a 4 jan. 1996.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 548, p. 3, 26 jan. a 1 fev. 1996.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 561, p. 3, 26 abr. a 2 mai. 1996.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 562, p. 3, 3 a 9 mai. 1996.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 572, p. 3, 12 a 18 jul. 1996.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 875, p. 3, 4 a 7 fev. 2000.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 888, p. 3, 21 a 24 mar. 2000.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 918, p.3, 4 a 6 jul. 2000.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXII. Edição n. 1.285, p. 3, 20 a 22 jan. 2004.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXII. Edição n. 1.332, p. 3, 2 a 5 jul. 2004.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXII. Edição n. 1.355, p. 3, 21 a 23 set. 2004.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.764, p. 3, 17 a 18 jun. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.770, p. 3, 1 a 2 jul. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.771, p. 3, 3 a 4 jul. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1772, p. 3, 5 a 7 de jul. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.774, p. 3, 10 a 11 jul. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.776, p. 3, 15 a 16 jul. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.777, p. 3, 17 a 18 jul. 2008.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.310, caderno 1, p. 3, 5 a 6 jan. 2012.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.372, caderno 1, p. 3, 31 mai. a 1 jun. 2012.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.375, caderno 1, p. 3, 7 a 8 jun. 2012.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.386, p.3, 3 a 4 jul. 2012.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.401, p. 3, 7 a 8 ago. 2012.

RONDA política. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.423, p. 3, 27 a 28 set. 2012.

SALAME promete anunciar secretariado antes do natal. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.459, caderno 1, p. 4, 20 a 21 dez. 2012.

SARNEY e Jader vieram apoiar candidata do PMDB. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 583, p.7, 27 set. a 3 out. 1996.

SEBASTIÃO Miranda diz que PT deveria apresentar projetos e não denúncias. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 892, p. 5, 4 a 5 abr. 2000.

SUCESSÃO Municipal. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano VI. Edição n. 165, p. 3, 8 a 14 jan. 1988.

TIÃO lidera pesquisa Ibrape para prefeito de Marabá. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.349, caderno 1, p. 5, 5 a 9 abr. 2012.

TOINHA e Marcelo avaliam resultado como “positivo”. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXXI. Edição n. 2.602, caderno 1, p. 4, 26 a 27 nov. 2013.

TRABALHADORES aprovam programação de governo de Haroldo Bezerra. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XX. Edição n. 368, p. 7, 31 jul. a 6 ago. 1992.

TROPAS federais garantiram pleito. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano III. Edição n. 91, p. 6. 21 a 27 nov. 1985.

TSE mantém Elza impugnada e Maurino procura outro vice. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXX. Edição n. 2.420, caderno 1, p. 5, 20  21 set. 2012.

VAVA é aclamado. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano III. Edição n. 88, p. 4, 12 a 18 out. 1985.

VELOSO é o candidato da situação. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XIV. Edição n. 571, p. 5, 5 a 11 jul. 1996.

VEREADOR rompe com prefeito e denuncia superfaturamento. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XVIII. Edição n. 887, p. 3**,** 17 a 20 mar. 2000.

VEREADORES recebem denúncias de irregularidades. **Correio do Tocantins.** Marabá. Ano XX. Edição n. 381, p 7, 30 out. a 5 nov. 1992.

VOZ do povo. **Correio do Tocantins**. Marabá. Ano XXVI. Edição n. 1.805, p. 3, 20 a 22 set. 2008.

APÊNDICE A – Tabela elaborada pela pesquisadora a partir dos dados disponibilizados no site do TSE.

| EMPRESAS QUE FIZERAM DOAÇÕES PARA CANDIDATOS À PREFEITURA DE MARABÁ (2004-2012)<br>CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS | | |
|---|---|---|
| ELEIÇÕES | CANDIDATOS | EMPRESAS |
| 2004 | ASDRÚBAL BENTES-PMDB & LUÍS CARLOS PIES-PT | CIMAVAN COM. E IND. DE MADEIRAS AVANCINI |
| | | M. SOUZA DAVI |
| | | COSIPAR S/A |
| | | USIMAR LTDA |
| | | LAND COM. INTERNACIONAL LTDA |
| | | INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SARANDI LTDA |
| | | RR MADEIRAS LTDA |
| | | MADECIL |
| | | POSTO RODA BRASIL II |
| | | NAPOL MADEIREIRA PROGRESSO LTDA |
| | | WHITE TRATORES SERVIÇOS E COMERCIO LTDA |
| | ELZA MIRANDA-PSDB & CRISTINA MUTRAN-PFL | USIMAR LTDA |
| | | CASA BELA VISTA LTDA |
| | | M.B. PREÇO LTDA |
| | HEITON NONATO DA SILVA – PPS & MARCIO ROBERTO REIS ALVES – PtdoB | A DECLARAÇÃO DESTES CANDIDATOS NÃO CONSTA NO SISTEMA DO TSE |
| | SEBASTIÃO MIRANDA FILHO-PTB & ÍTALO IPOJUCAN-PDT | CONSTRUFOX CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA |
| | | LEOLAR MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA |
| | | YCEL COMÁRCIO E SERVIÇOS LTDA |
| | | SIMARA SIDERÚRGICA MARABÁ LTDA |
| | | COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ S/A |
| | | MARQUES & OLIVEIRA LTDA |
| | | USIMAR LTDA |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA LTDA |
| | | J MARIANO DE ALMEIDA E FILHO LTDA |
| | ASDRÚBAL BENTES – PMDB & NAILA RIBEIRO - PSDB | LATICINIOS BIANA COM E IND LTDA |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA |
| | | R.R MADEIRAS |
| | | SIDEPAR |

| | | |
|---|---|---|
| 2008 | | SIDERURGICA NORTE BRASIL S.A. |
| | | USIMAR LTDA |
| | BERNADETE TEN CATEN – PT & SEBASTIÃO FERREIRA FILHO - PSB | AGUIAR E AGUIAR LTDA |
| | | BORGES INFORMÁTICA LTDA |
| | | CIKEL BRASIL VERDE MADEIRAS LTDA |
| | | CONSTRUTORA EL SHADAY |
| | | DA TERRA SIDERÚRGICA LTDA |
| | | E. A. DE FATIMA FARIAS ME |
| | | J.N. DE OLIVEIRA & O. T. DA PAZ – ME |
| | | MARABÁ GUSA SIDERÚRGICA LTDA |
| | | MARQUES E OLIVEIRA LTDA |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA S.A. |
| | | R.C.G.C. LOPES – ME |
| | | SIDEPAR SIDERÚRGICA LTDA DO PARÁ S.A. |
| | | SIDERURGICA IBERICA S/A |
| | | SIDERURUGICA NORTE BRASIL S.A. |
| | | TRANSLIVI TRANSPOSTADORA |
| | | USIMAR – USINA SIDERURGICA DE MARABÁ |
| | FÉLIX URANO – PSOL & JOYCE CORDEIRO PSOL | NÃO CONSTAM DOAÇÕES DE EMPRESAS |
| | JOÃO SALAME NETO - PPS & PEDRO CORRÊA LIMA - PTB | CARAJÁS EXPORTAÇÃO DE ÁGUA MINERAL LTDA |
| | | CLINICA DE OLHOS SR. LUIZ MADEIRA LTDA |
| | | COSIPAR – CIA SIDERÚRUGICA DO PARÁ S/A |
| | | DA TERRA SIDERÚRGICA LTDA |
| | | G L COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA |
| | | J. SALAME NETO PUBLICIDADE – EPP |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA S/A |
| | | OCEANO IND. GRAFICA E EDITORA LTDA |
| | | PNEUSERVE LTDA |
| | | POSTO FAZENDÃO LTDA |
| | | POSTO SÃO BENTO LTDA |
| | | SIDEPAR – SIDERURGICA DO PARÁ S/A |
| | | SIDERURGICA IBÉRICA S/A |
| | | SIDERURGICA NORTE BRASIL |

| | | |
|---|---|---|
| | | S/A - SINOBRAS |
| | MAURINO MAGALHÃES – PR & NAGILSON AMAURY - PRB | ADMINISTRADORA DE BENS E ATIVOS S/A – ABA |
| | | BONANÇA TERRAPLANAGEM LTDA |
| | | BORGES INFORMATICA LTDA |
| | | CASAS PRATA LTDA |
| | | COMERCIAL AUTO PEÇAS SÃO BENTO LTDA |
| | | CONORT CONSTRUTORA NORDESTE LTDA |
| | | CORREA & PAIXÃO LTDA |
| | | COSIPAR – CIA SIDERURGICA DO PARÁ |
| | | DA TERRA SIDERURGICA S/A |
| | | DACAR SERVIÇOS LTDA |
| | | E.ENG.PAVIMENTAÇÃO LTDA |
| | | FOSSIL SANEAMENTO LTDA |
| | | G.F.SOUZA SERVIÇOS ME |
| | | GRAFAMA GRAFICA MARABÁ LTDA |
| | | MARABÁ COMUNICAÇÃO LTDA |
| | | MINERADORA BURITINAMA S/A |
| | | SIDEPAR SIDERURGICA DO PARÁ S/A |
| | | SIDERURGICA NORTE BRASIL S/A SINOBRAS |
| | | TRAICE AUDITORIA E SERVIÇOS LTDA |
| 2012 | JOÃO SALAME NETO – PPS & LUÍS CARLOS PIES - PT | ANNAS SERVIÇOS E COMERCIO LTDA |
| | | BONANÇA TERRAPLANAGEM LTDA |
| | | CLIMECI-CLINICA MEDICA CIRURGICA DE MARABÁ |
| | | CONJUNTO INTEGRADO DE COMUNICAÇÕES LTDA – ME |
| | | ENECOLPA – ENGENHARIA, ELITRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO |
| | | INDÚSTRIA MARONI S/A |
| | | IRMÃOS OLIVI LTDA |
| | | LARANJEIRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA |
| | | MARQUES & OLIVEIRA LTDA |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA |
| | | POSTO SÃO BENTO |
| | | POSTO SERRA AZUL LTDA |
| | | SAIMON COMUNICAÇÕES VISUAL E SERVIÇOS LTDA |

| | | |
|---|---|---|
| 2012 | | SINOBRAS – SIDERURGICA NORTE BRASIL S.A. |
| | | TRANSPORTADOR REVENDEDOR OLIVI LTDA |
| | | USIMAR – USINA SIDERÚRGICA DE MARABÁ |
| | | WEYL.FREITAS.KAHWAGE.VIEIRA E SALAME ADVOGADOS ASSOCIADOS – EPP |
| | MANOEL RODRIGUES DA SILVA – PSOL & RIBAMAR RIBEIRO JÚNIOR - PSOL | NÃO CONSTA DOAÇÃO DE EMPRESAS |
| | MAURINO MAGALHÃES DE LIMA – PR & EDNA LUSIA DE SOUSA COSTA – PSC | POSTO SÃO BENTO LTDA |
| | | MARQUES & OLIVEIRA LTDA |
| | | PAPELARIA E GRAFICA LIDER LTDA – ME |
| | | POSTO MAGAZINE LTDA |
| | | REPRESENTAÇÕES E EMPREENDIMENTO ROCHA DE SERVIÇOS LTDA |
| | | SAM REIS CONSTRUÇÕES LTDA |
| | | TC S EVANGELISTA |
| | | TRAICE AUDITORIA E SERVIÇO EMP LTDA |
| | PAULO CESAR DE CARVALHO SILVA – PRP | S.R.B. PRIMO |
| | SEBASTIÃO MIRANDA FILHO – PTB & FRANCISCO ADAILTON DIAS DE AS – PSDB | CONSTRUFOX CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA |
| | | FENIX CONSTRUTORA LTDA |
| | | A.S.S.TRANSPORTE COMÉRCIO B.L.EPP |
| | | AGROPECUÁRIA SANTA BARBARA XINGUARA S.A. |
| | | CARAJÁS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA ME |
| | | CENTRO RADIOLÓGICO SÃO LUCAS |
| | | D.A. REMOR ME |
| | | IRMÃO OLIVI LTDA |
| | | MERCURICO FRIGORIFICO FRABIL E EXPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA S/A |
| | | NORTIRAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA |
| | | POSTO CARAJAS COMERCIO DE |

| | | |
|---|---|---|
| | | COMBUSTIVES LTDA |
| | | XINGUARA INDÚSTRIA E COMERCIO S/A |

APÊNDICE B – Tabela elaborada pela pesquisadora a partir dos dados disponibilizados no site do TSE.

| EMPRESAS QUE FIZERAM DOAÇÕES PARA CANDIDATOS À VEREADORES DE MARABÁ (2004-2012) CANDIDATOS ELEITOS | | |
|---|---|---|
| ELEIÇÕES | CANDIDATOS | EMPRESAS |
| 2004 | ADELMO AZEVEDO DE LIMA – PTB | MARQUES & OLIVEIRA |
| | | USIMAR LTDA |
| | ADEMAR DE ALENCAR SANTOS – PMDB | RETIFICA MOTORES A E C LTDA |
| | FRANCISCO ELTON GOMES ANDRADE – PSB | E S AMORIM COMÉRCIO |
| | | EMPRESA DE ALIMENTOS LARANJEIRAS |
| | JOSÉ SOARES DA SILVA – PT | NÃO CONSTAM DOAÇÕES DE EMPRESAS |
| | JULIA MARIA FERREIRA ROSA - PDT | USIMAR LTDA |
| | | SIMARA |
| | | M A SANTOS SERVIÇOS GRAFICOS |
| | | GRÁFICA E EDITORA PRIMUS LTDA |
| | LEODATO DA CONCEIÇÃO MARQUES – PP | NÃO CONSTAM DOAÇÕES DE EMPRESAS |
| | MAURINO MAGALHÃES DE LIMA – PL | J SALAME NETO PUBLICIDADES |
| | MIGUEL GOMES FILHO – PP | USIMAR LTDA |
| | | TERRA NORTE METAIS |
| | | CIA SIDERÚRGICA DO PARÁ S/A |
| | OSVALDO MUTRAN JÚNIOR – PFL | USIMAR LTDA |
| | RONALDO ALVES ARAUJO – PHS | USIMAR LTDA |
| | SEBASTIÃO FERREIRA NETO – PTB | USIMAR LTDA |
| | | TERRA NORTE METAIS LTDA |
| | VANDA AMÉRICO - PSB | S N DOS SANTOS – ME |
| | | GRAFICA E EDITORA PRIMUS LTDA |
| | ALECIO STRINGARI – PSB | NÃO CONSTA DOAÇÃO DE EMPRESA |
| | ANTONIA CARVALHO – PT | MADEIRAÇO – ATAIR T. FERREIRA ME. |
| | | SULPARÁ CAMINHOES |
| | ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA - PR | NÃO CONSTA DOAÇÃO DE EMPRESA |
| | EDIVALDO SANTOS – PPS | CONSTRUFOX CONSTRUÇÕES E INC. LTDA |
| | GERSON AUGUSTO DOS SANTOS VARELA | NÃO CONSTA DOAÇÃO DE EMPRESA |

| | | |
|---|---|---|
| 2008 | – PHS | |
| | IRISMAR NASCIMENTO ARAUJO SAMPAIO - PR | CONSTRUFOX – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES |
| | | GL OUTDOOR & PLACAS |
| | | GRAFICA ITACAIUNAS LTDA EPP |
| | ISMAELKA QUEIROZ TAVAREZ - PTB | CONSTRUFOX – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. |
| | | M.V. SOLINO CAMARA – ME |
| | | TCN ENGENHARIA LTDA |
| | JULIA MARIA FERREIRA ROSA VELOSO - PDT | CORRENTÃO COMERCIAL LTDA |
| | | J.M. ALMEIDA CIA LTDA. |
| | | MARABA GUSA SIDERURGICA LTDA. |
| | | REVEMAR REVENDEDORA DE VEICULOS MARABÁ |
| | MIGUEL GOMES FILHO - PP | A.L. SILVA COMERCIO-ME |
| | | CIA SIDERURGICA DO PARÁ |
| | | CONSTRUFOX - CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. |
| | | DACAR SERVIÇOS LTDA. |
| | | EMPRESA MORAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA |
| | | FLAVIO LOPES DA SILVA-ME |
| | | GOIAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA |
| | | IRMÃOS OLIVI LTDA |
| | | J.M. ALMEIDA E CIA LTDA. |
| | | LOCAR SERVIÇOS LTDA |
| | | MARABÁ COMUNICAÇÃO LTDA |
| | | P. DA SILVA COSTA MALHARIA E SERIGRAFIA-ME |
| | | PARAGUASSU EDIÇÕES DE JORNAIS LTDA. |
| | | TCN ENGENHARIA LTDA. |
| | NAGIB MUTRAN NETO - PMDB | MARABÁ COMUNICAÇÃO LTDA |
| | RONALDO BATISTA - PTB | AT DE SOUZA E OLIVEIRA LTDA-ME |
| | | CONSTRUFOX – CONSTRUÇOES E INCORPORAÇÕES LTDA. |
| | VANDA AMÉRICO - PV | AIRES ARQUITETURA E ENGENHARIA |
| | | CONSTRUFOX-CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA |
| | | ERNESTO ALMEIDA COIMBRA FILHO |
| | | POSTO CARAJAS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA |

| | | |
|---|---|---|
| | | YCEL COMERCIO E SERVIÇOS |
| | | OLINDA RIBEIRO BARROS-ME |
| 2012 | ADELMO AZEVEDO DE LIMA - PTB | CORRENTÃO COMERCIO LTDA |
| | | N. PEREIRA SANTOS LTDA - ME |
| | ALECIO STRINGARI - PSB | MINERAÇÃO BURITIRAMA S/A |
| | ANTONIA CARVALHO – PT | POSTO SÃO BENTO LTDA |
| | | WA PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA |
| | CARLOS ROBERTO GONÇALVES MIRANDA -PSDB | LUCIA M. C. MORBACH ME |
| | ELOI SILVA RIBEIRO - PRB | NÃO CONSTA DOAÇÕES DE EMPRESAS |
| | GERSON AUGUSTO DOS SANTOS VARELA - PHS | DISTRIBUIDORA MARABÁ DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. |
| | | POSTO DO BOLINHA LTDA. |
| | IRISMAR NASCIMENTO ARAUJO MELO - PR | MARABÁ-DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. |
| | | RONI COMERCIO DE VEICULOS LTDA-ME |
| | | SAIMON COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVIÇOS LTDA-ME |
| | JOÃO VANDERLA SOUZA ALBUQUERQUE - PPS | NÃO CONSTA DOAÇÃO DE EMPRESA |
| | JOSE SIDINEI FERREIRA DA SILVA - PSDB | SIDEPAR – SIDERURGICA DO PARÁ S/A |
| | JULIA MARIA FERREIRA ROSA - PDT | CLIMEC-CLINICA MEDICO CIRURGICA |
| | | IRMÃO OLIVI LTDA |
| | | SACOPÃ 180 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA |
| | LEODATO DA CONCEIÇÃO - PP | GRAFIL GRAFICA ITACAIUNAS LTDA |
| | | IRMÃOS OLIVI LTDA |
| | | R E ROCHA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME |
| | MARIA DE NAZARÉ RIBEIRO DE ALENCAR - PSDB | A.S. DE SOUZA COSTA E CIA |
| | | APARECIDO E MACHADO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA |
| | | ACO CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA |
| | MIGUEL GOMES FILHO | SINACON SINALIZAÇÃO E COMERCIO LTDA |
| | | IRMÃOS OLIVI LTDA |

| | | |
|---|---|---|
| | | R E R EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA |
| | | ZUCATELLI MOTORES LTDA |
| | | CLIMEC – CLINICA MEDICA DE CIRURGIA MARABÁ |
| | | COMERCIAL 28 LTDA |
| | | DT DISTRIBUIDORA TOCANTINS LTDA |
| | | E LUIZ VIGNE |
| | | EMPRESAS CASAS PRATA LTDA |
| | | ERNESTO ALMEIDA COIMBRA FILHO |
| | | GE GOMES SOUZA – ME |
| | | GOIAS MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA |
| | | LEOLAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA |
| | | LOURENÇO & NASCIMENTO MALHARIA E SIREGRAFIA LTDA-ME |
| | | M N SILVA EMPREENDIMENTOS EPP |
| | | MARABÁ COMUNICAÇÃO LTDA |
| | | MARA-SEIXO EXTRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS |
| | | MINERAÇÃO BURITIRAMA S.A. |
| | | NORTKAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. |
| | | SIDERURGICA NORTE BRASIL S.A. |
| | | STAR MALHARIA E SERIGRAFIA LTDA |
| | | TRANSPORTADORA COLOMBO LTDA. |
| | | USI – FORTE EQUIP. PROF. LTDA-ME |
| | NAGIB MUTRAN NETO - PMDB | IRMÃOS OLIVI LTDA |
| | | J.M. SOARES JUNIOR E CIA LTDA |
| | | MILHOMEM MOVELARIA E COMERCIO LTDA-ME |
| | | SACOPÃ 180 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA |
| | | TRANSPORTADOR E REVENDEDOR OLIVI LTDA |
| | ORLANDO DA SILVA ELIAS – PMDB | NÃO CONSTA DOAÇÕES DE EMPRESAS |
| | PEDRO RIBEIRO DE SOUZA – PPS | NÃO CONSTA DOAÇÕES DE EMPRESAS |

| | | |
|---|---|---|
| | PEDRO CORREA LIMA - PTB | CALL COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA-ME |
| | | GAMELEIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. |
| | | M.A.B. OLIVEIRA COMERCIO E SERVIÇO |
| | | MARQUES E OLIVEIRA LTDA |
| | | FRANCISCO ARLES LORENZONI ME |
| | | T S FRANCO JUNIOR COMERCIO EPP |
| | RONALDO BATISTA CHAVES - PTB | AT DE SOUZA & OLIVEIRA LTDA ME |
| | | GAMELEIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA |
| | UBIRAJARA NAZARENO SOMPRÉ - PSS | MACEDO RODRIGUES LTDA |
| | | SAIMON COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVIÇOS LTDA-ME |
| | VANDA AMÉRCIO - PSD | AIRES ARQUITETURA E ENGENHARIA ELETRICA LTDA |
| | | M DO S DA SILVA MELO COMERCIO ME |
| | | VERSAT – COMERCIO VAR. DE TECIDOS E CONFECÇÕES LTDA-ME |

APÊNDICE C – Tabela elaborada pela pesquisadora a partir dos dados do jornal Correio do Tocantins.

| CANDIDATOS ELEITOS PARA O CARGO DE PREFEITO E VICE (1985-2012) |
|---|
| ELEIÇÕES DE 1985: HAMILTON BEZERRA – PMDB / MARIA ADELINA BRÁGLIA – PMDB |
| ELEIÇÕES DE 1988: NAGIB MUTRAN - PDC / ONIAS DIAS |
| ELEIÇÕES DE 1992: HAROLDO COSTA BEZERRA – PSDB / REINALDO JOSÉ ZUCATELLI |
| ELEIÇÕES DE 1996: GERALDO VELOSO – PFL / SEBASTIÃO MIRANDA FILHO - PSDB |
| ELEIÇÕES DE 2000: GERALDO VELOSO – PSDB/ SEBASTIÃO MIRANDA FILHO |
| ELEIÇÕES DE 2004: SEBASTIÃO MIRANDA – PTB / ITÁLO IPOJUCAN |
| ELEIÇÕES DE 2008: MAURINO MAGALHÃES – PR/ NAGILSON AMOURY |
| ELEIÇÕES DE 2012: JOÃO SALAME NETO – PPS/ LUIS CARLOS PIES – PT |

APÊNDICE D – Tabela elaborada pela pesquisadora a partir dos dados do jornal Correio do Tocantins.

| CANDIDATOS ELEITOS PARA O CARGO DE VEREADORES (1988-1012) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº. | ELEIÇÕES DE 1988 | ELEIÇÕES DE 1992 | ELEIÇÕES DE 1996 | ELEIÇÕES DE 2000 | ELEIÇÕES DE 2004 | ELEIÇÕES DE 2008 | ELEIÇÕES 2012 |
| 01 | EVALDO BICHARA – PTB | JOÃO BATISTA, TIO JOÃO – PL | MAURINO MAGALHÃES – PMDB | SEBASTIÃO FERREIRA, FERREIRINHA – PSDB | ADELMO DE LIMA, ADELMO DO SINDICATO – PTB | MIGUELITO – PP | JÚLIA ROSA – PDT |
| 02 | MANOEL NILO – PDC | ELZA MIRANDA – PST | JOEL RODRIGUES – PSDB | MAURINO MAGALHÃES – PSDB | FRANCISCO ELTON – PSB | NAGIB MUTRAN – PMDB | VANDA AMÉRICO – PSD |
| 03 | VANDA AMÉRICO – PDC | JÚLIA ROSA – PSDB | BERNADETE – PT | JÚLIA ROSA – PPS | JÚLIA ROSA – PDT | ANTONIO DA ÓTICA – PR | TOINHA – PT |
| 04 | MIGUELITO- PDC | LEDA BEZERRA – PSDB | GUIDO MUTRAN JR – PFL | JÚNIOR DO VAVÁ – PMDB | MAURINO MAGALÃES – PL | IRISMAR ARAÚJO – PR | ADELMO DO SINDICATO – PTB |
| 05 | JÚLIA ROSA – PMDB | RAIMUNDO, CHEFINHO – PSDB | RAIMUNDO, CHEFINHO – PSDB | PAULO SÉRGIO, BADECO – PSDB | OSVALDO MUTRAN JR – PFL | RONALDO YARA – PTB | BETO MIRANDA – PSDB |
| 06 | ANTONIO CABELUDO – PMDB | SEBASTIÃO FERREIRA, FERREIRINHA – PSDB | VANDA AMÉRICO - PSB | LUÍS CARLOS – PT | SEBASTIÃO FERREIRA, FERREIRINHA – PTB | ISMAELKA QUEIROZ – PTB | JOÃO HIRAN – PPS |
| 07 | GUIDO MUTRAN – PDC | ADERSON MUTRAN JR. – PMDB | SILVINO SANTIS NETO – PFL | AMARILDO CAVALLINI – PSD | ADEMAR ALENCAR – PMDB | JÚLIA ROSA – PDT | LEODATO – PP |
| 08 | EMERSON CASELLI – PDC | PAULO SÉRGIO, BADECO – PMDB | LEODATO – PMDB | VANDA AMÉRICO – PSB | JOSÉ SOARES, ZEZITO – PT | VANDA AMÉRICO – PV | ORLANDO ELIAS – PMDB |
| 09 | JOÃO DA MATA – PDC | RAIMUNDO ALVES, DEQUINHA – PDC | MIGUELITO – PPB | REGINALDO CARVALHO – PSB | LEODATO – PP | TOINHA – PT | PASTOR ELÓI – PRB |
| 10 | MAURINO MAGALHÃES - PMDB | MAURINO MAGALHÃES –PMDB | ADEMIR MARTINS – PT | MIGUELITO – PPB | MIGUELITO – PP | RONALDO DA 33 – DEM | PEDRO CORRÊA – PTB |
| 11 | RAIMUNDO, CHEFINHO - PMDB | JOEL RODRIGUES – PMDB | JUVENAL ALVES – PRP | ANANIAS AGUIAR - PPS | RONALDO ALVES – PHS | EDIVALDO SANTOS – PPS | PEDRO RIBEIRO – PPS |
| 12 | | JOSÉ GABY – PDS | CAPITÃO JOSÉ DUARTE – PSD | PASTOR JESUEL – PST | VANDA AMÉRICO – PSB | GERSON DO BADECO – PHS | JOSÉ SIDNEI – PSDB |
| 13 | | ADEMIR | REGINAL | RONALDO | | ALÉCIO | UBIRAJAR |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | MARTINS – PT | DO CARVALHO PSB | YARA – PSD | | DA PALMITEIRA - PSB | A - PPS |
| 14 | | VANDA AMÉRICO – PDT | OSVALDO MUTRAN JR – PMDB | LENOIR DEZEM – PTB | | | ALÉCIO DA PALMITEIRA – PSB |
| 15 | | JOAO CARDOSO – PDT | FRANCISCO SÁ – PRP | RAIMUNDO GOMES, RAIMUNDINHO – PT | | | GERSO DO BADECO - PHS |
| 16 | | | ANTONIO DOS SANTOS – PPB | RAIMUNDO NONATO GOMES - PDT | | | IRISMAR ARAÚJO – PR |
| 17 | | | | | | | MIGUELITO – PP |
| 18 | | | | | | | NAGIB MUTRAN – PMDB |
| 19 | | | | | | | RONALDO YARA - PTB |
| 20 | | | | | | | CORONEL ARAÚJO - PR |
| 21 | | | | | | | IRMÃ NAZARÉ – PSDB |

APÊNDICE E– Quadro elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do jornal Correio do Tocantins, o qual apresenta as principais alianças e oposições que marcaram a cena política de 1985 a 2012.

| Eleições | Alianças e oposições | | |
|---|---|---|---|
| 1985 | Osvaldo Mutran (PDS), Sebastião Curió | X | Hamilton Bezerra, Adelina Bráglia (PMDB), Asdrúbal Bentes (PMDB), Jader Barbalho (PMDB), Plínio Pinheiro. |
| 1988 | Nagib Mutran (PDC), Plínio Pinheiro, Jader Barbalho (PMDB), Asdrúbal Bentes (PMDB). | X | Haroldo Bezerra (PMDB), Adelina Bráglia (PMDB). |
| 1992 | Plínio Pinheiro, Nagib Mutran (PMDB). | X | Haroldo Bezerra (PSDB), Reinaldo Zucatelli (os quais contaram com uma ampla coligação de partidos, entre estes o PT, com Luis Carlos Pies e Bernadete ten Caten, que ficou a frente de uma secretaria durante quase todo governo de Haroldo) |
| 1996 | Geraldo Veloso (PFL), Sebastião Miranda (PSDB), Félix Miranda (presidente da ACIM). (Luis Carlos Pies e Bernadete Ten Caten seguiam em apoio ao candidato com o apoio de Haroldo Bezerra, porém após o Massacre de Eldorado dos Carajás, Luis Carlos lança-se como candidato independente ao cargo majoritário) | X | Cristina e Nagib Mutran (PMDB), Jader Barbalho (PMDB). |
| 2000 | Geraldo Veloso (PSDB), Sebastião Miranda, Cristina e Nagib Mutran (PMDB). | X | Elza Miranda (PSD), Haroldo Bezerra (PSDB). (As eleições de 2000, também contou com a candidatura de Bernadete Ten Caten para prefeita pelo PT) |
| 2004 | Sebastião Miranda (PTB), Ítalo Ipojucan | X | Cristina Mutran (PFL) e Elza Miranda (PSDB), Demétrius Ribeiro (PFL). (As eleições de 2004, contou com a candidatura de Asdrúbal Bentes, PMDB, e Luis Carlos Pies, PT). |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2008 | Maurino Magalhães (PR), Pastor Sales Batista, Asdrúbal Bentes (PMDB). (Em 2008, Asdrúbal Bentes havia lançado candidatura própria para prefeito com o apoio de Demétrius Ribeiro, porém após algumas negociações, Asdrúbal renuncia sua candidatura e informa seu apoio a Maurino, com isto Demétrius passa dar seu apoio para a candidata Bernadete Ten Caten do PT). | X | João Salame (PPS), Tião Miranda (PTB). |
| 2012 | João Salame (PPS), Luis Carlos Pies (PT), Bernadete Ten Caten (PT), Gilberto Leite (PT), Nagib Mutran (PMDB), Pastor Sales, Asdrúbal Bentes (PMDB), Jader Barbalho (PMDB). | X | Sebastião Miranda (PTB) |